

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Maria Luiza Nobre Lamarão

**A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico:
estudo sobre estigma e subalternidade**

Belém

2008

Maria Luiza Nobre Lamarão

**A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico:
estudo sobre estigma e subalternidade**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - nível de Mestrado.

Orientador: Profº Dr. Carlos Alberto Batista Maciel

Belém

Fevereiro/2008

Lamarão, Maria Luiza Nobre

A Constituição das relações sociais de poder no trabalho
infanto-juvenil doméstico: estudo sobre estigma e subalternidade/Maria
Luiza Nobre Lamarão. - 2008. 166 f.: il. ; 29 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social. Belém, 2008.

1. Trabalho Infantil. 2. Trabalho Doméstico. 3. Relações de Poder. 4.
Subalternidade. 5. Estigma. I. Título. CDD: 331.31

Maria Luiza Nobre Lamarão

**A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico:
estudo sobre estigma e subalternidade**

Banca Examinadora

Profº Dr. Carlos Alberto Batista Maciel

Orientador/ UFPA

Profª Dra. Maria Angela D’Incao

Examinadora/UNESP

Profª Dra. Maria Angelica Motta-Maués

Examinadora/UFPA

Profº Dr. Aldrin Moura de Figueiredo

Examinador/UFPA

Aprovado em: ___/___/___.

À minha mãe Luzia, no ano do seu nonagésimo aniversário.

Ao meu filho Victor.

Agradecimentos

Ao prof^o Dr. Carlos Alberto Batista Maciel pela orientação competente, troca fecunda de aprendizados e incentivos à participação no vasto universo da vida acadêmica.

Aos professores do Mestrado pela possibilidade do diálogo nas atividades acadêmicas.

À Universidade Federal do Pará, em especial ao Departamento de Políticas e Trabalhos Sociais, pela oportunidade de incentivo à qualificação profissional.

As colegas de trabalho do CEDECA EMAÚS, especialmente Celina Hamoy, Mary Cândida e Fátima Santos pelo apoio ao projeto no qual este estudo foi gestado e por terem garantido a continuidade das atividades na minha ausência no período do Mestrado.

Aos colegas da atividade de estudos do GEPIA pelas férteis discussões sobre família, infância e adolescência, em especial Rosana Barros, Sonia Bahia e Helena Aood.

As colegas do PIA e GEPIA, da UFPA pela condução das atividades nos dois anos que estive ausente das minhas atividades, em especial a Psicóloga Maria de Nazaré Palheta.

A todas as pessoas que colaboraram na indicação das fontes e proporcionaram condições para a efetivação das entrevistas e da elaboração deste trabalho.

As onze senhoras que participaram deste estudo como informantes.

A minha mãe, pelo apoio incondicional aos meus projetos e pela “bolsa” (apoio financeiro) durante o período do Curso.

Aos meus familiares e amigos, em especial meu filho Victor pela confiança e presença firme ao meu lado.

À amiga Lilia Cavalcante pelo incentivo aos meus projetos.

“Domingas, a cunhantã mirrada, meio escrava, meio ama, ‘louca para ser livre’, como ela me disse certa vez, cansada, derrotada, entregue ao feitiço da família, não muito diferente das outras empregadas da vizinhança, alfabetizadas, educadas pelas religiosas das missões, mas todas vivendo nos fundos da casa, muito perto da cerca ou do muro, onde dormiam com seus sonhos de liberdade” .

(Milton Hatoum)

Resumo

Esta dissertação estuda a constituição das relações de poder e dominação no trabalho doméstico realizado por crianças e adolescentes que nasceram nas primeiras cinco décadas do século XX no Pará e em Estados vizinhos. Reflete sobre a inserção de crianças e adolescentes no trabalho doméstico como prática social naturalizada em processos históricos institucionalizadores e socializadores de atitudes de submissão que geraram subalternidade e estigma. A base empírica deste estudo foi formada por onze mulheres que passaram por essa experiência, por meio da recuperação e análise de suas histórias de vida. Os resultados obtidos permitem inferir que, em meio a situações ambíguas e contraditórias, o exercício do trabalho doméstico desde a infância favorece a formação e reafirmação de atitudes subalternizadas e estigmatizadas como expressão de violência simbólica no contexto da sociedade brasileira marcada pela desigualdade social, em particular da realidade do Estado do Pará.

Palavras-chave: Trabalho Infanto-juvenil Doméstico. Relações de Poder. Institucionalização. Dominação. Subalternidade. Estigma.

Abstract

This dissertation explores the construction of the relationships of power and control in child domestic service; a phenomenon that came to light in the first five decades of the twentieth century in Pará and other neighbouring Brazilian states. The dissertation analyses how the role of children and adolescents in domestic service became the norm, and the historical and social processes that generated an acceptance of what was a state of submission and stigma. The methods used for this study comprised in-depth interviews exploring the life histories of eleven women who experienced such domestic service as children. The results suggest that faced with ambiguous and sometimes contradictory circumstances, childhood domestic service leads to the development of ingrained attitudes of alienation and stigma. At its worst it is a symbolic expression of the violence that exists in a Brazilian society marked by extremes of social and economic inequity.

Key-Words: Child domestic service. Relationships of power. Institucionalization. Domination. Subalternity. Stigma.

Lista de Ilustrações

Quadro 1 – Entrevistadas por idade, ano e década de nascimento	32
Quadro 2 – Entrevistadas por localidade, cidade e município de nascimento	33
Quadro 3 – Entrevistadas por idade ao ingressar no trabalho doméstico em Belém ...	33

Listas de Abreviaturas e Siglas

ABHO	Associação Brasileira de História Oral.
CEDECA EMAÚS	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente.
CF	Constituição Federal.
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho.
DRT	Delegacia Regional do Trabalho.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
FUNCAP	Fundação da Criança e do Adolescente do Pará.
FUNPAPA	Fundação Papa João XXIII.
GEPIA	Grupo de Estudo e Pesquisa da Família, Infância e Adolescência.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPEC	Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil.
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização.
MPT	Ministério Público do Trabalho.
MRE	Movimento República de Emaús.
NAPP	Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PETID	Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.
PROEXT	Programa de Apoio à Extensão Universitária.
SINTDAC	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, Arrumadores e Camareiros do Pará.
TID	Trabalho Infantil Doméstico.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Sumário

Listas de ilustrações

Lista de siglas

Introdução	13
1 A pesquisa	19
2 O trabalho infanto-juvenil: uma construção histórica	43
2.1 O trabalho mercantil e a negação do humano	43
2.2 O trabalho infantil: elementos históricos	50
2.3 O trabalho infanto-juvenil doméstico – uma face da pobreza no universo feminino	55
3. Componentes sócio-históricos da Amazônia e a naturalização do trabalho infanto-juvenil doméstico	64
4. A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico	81
4.1 Relações de poder e dominação no trabalho infanto-juvenil doméstico ...	81
4.1.1 Nominção e o reconhecimento da identidade	81
4.1.2 Socialização e institucionalização de relações de poder	90
4.1.3 A inserção no trabalho doméstico: relações de poder, dominação, submissão, disciplina	103
4.2 Formação da subalternidade e constituição do estigma	130
Considerações finais	152
Referências bibliográficas	158
Apêndice	

Introdução

A infância no Brasil - como objetivação da existência de uma categoria diversa da dos adultos, se afirmou em meio ao seu uso em atividades de trabalho em condições de reprodução social desiguais (PRIORE, 1991; RIZZINI, 1997). O envolvimento de crianças e adolescentes no trabalho remonta à época da colonização e se estende aos dias atuais. Este estudo trata dessa expressão da questão social – o trabalho infantil e juvenil, em uma de suas singularidades – o trabalho doméstico.

A motivação inicial para estudar este tema partiu de uma demanda de pesquisa do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA EMAÚS, entidade integrante do Movimento República de Emaús - MRE, em 2000, apresentada ao Grupo de Estudo e Pesquisa da Família, Infância e Adolescência - GEPIA, do qual fazemos parte. Esse primeiro contato com o tema traduziu-se em um estudo exploratório, apoiado pela organização do Reino Unido denominada *Save the Children* e envolveu 16 (dezesesseis) adolescentes trabalhadoras domésticas em Belém, oriundas do interior do Estado do Pará e do Maranhão¹. Esse estudo local somado a resultados de pesquisas em outras regiões fomentaram debates regionais e nacionais nos quais constatou-se a necessidade de ampliar o campo de informações sobre essa expressão da questão social no Brasil na medida em que as pesquisas nacionais apontavam um contingente de cerca de meio milhão de crianças e adolescentes realizando trabalho doméstico em todo o território nacional².

A Organização Internacional do Trabalho - OIT no âmbito do seu Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC, no qual se insere o Projeto Subregional para a Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil Doméstico em Casas de Terceiros, mobilizou esforços para realização de um estudo em 3 (três) cidades brasileiras:

¹ O relatório dessa pesquisa foi publicado pelo CEDECA EMAÚS com apoio de SAVE THE CHILDREN e UNICEF (CEDECA EMAÚS, 2000).

² Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 2001 (IBGE, 2002).

Belém, Recife e Belo Horizonte. Em âmbito local, essa pesquisa foi realizada pelo CEDECA EMAÚS com apoio acadêmico do GEPIA e envolveu 250 (duzentas e cinquenta) crianças e adolescentes, 90 (noventa) famílias e 30 (trinta) empregadores no período de novembro de 2001 a abril de 2002³. Esses novos resultados formaram a base para a implementação do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico – PETID, coordenado pelo CEDECA EMAÚS e executado com a participação de entidades governamentais e não governamentais, sob a forma de um Comitê Gestor no qual a Universidade Federal do Pará - UFPA se faz representar por meio do GEPIA. Ainda no âmbito dessa parceria o GEPIA colaborou com a publicação de 10 (dez) histórias de crianças e adolescentes de Belém, do Recife e de Belo Horizonte que foram trabalhadoras domésticas⁴. A participação nesses trabalhos resultou na proposição e aprovação de um projeto de extensão para desenvolver ações de prevenção e combate ao trabalho infanto-juvenil doméstico, por meio de um processo de grupalização de crianças, adolescentes e suas famílias.

A ação prática diante dos sujeitos (crianças, adolescentes e suas famílias), revelou a necessidade de buscar ferramentas teórico-metodológicas para melhor compreender a realidade na qual esses sujeitos estavam envolvidos, uma vez que situações emergidas dessa prática se revelavam como questões de pesquisa, dentre as quais destacam-se: Por que a maioria das mães⁵ de crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas foi empregada doméstica na infância? Por que há uma dificuldade das meninas se reconhecerem como trabalhadoras domésticas? Esta última questão, em particular, constituiu-se em uma inquietação maior, pelo fato de que as meninas retiradas do trabalho doméstico que

³ O relatório dessa pesquisa foi elaborado com o título “O Trabalho Infantil Doméstico em Casa de Terceiros”, em 2002. O original encontra-se na sede do CEDECA EMAÚS. A OIT publicou uma versão condensada com a análise dos dados das três cidades pesquisadas (OIT, 2003).

⁴ Esse trabalho foi publicado pelo CEDECA EMAÚS (CEDECA EMAÚS, 2002b).

⁵ LAMARÃO (2003, p. 73).

freqüentavam as atividades do PETID⁶, demonstravam atitudes recorrentes de dificuldades de expressão verbal, posturas corporais de encurvamento de ombros e cabeça, olhar cabisbaixo e dificuldade de assumir que eram trabalhadoras domésticas.

A partir daí, surgiram outras indagações: Estariam inculcadas, nessas atitudes, conotações de estigma em relação ao exercício do trabalho doméstico, a ponto de se revelar uma identidade social subalternizada? Em que medida essas atitudes são decorrentes de um processo de socialização instituidor de subalternidade na família de origem e em casa de terceiros? Que reações foram produzidas por elas diante dessa relação?

Nesse processo de envolvimento com o tema, elaborou-se no âmbito do Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEXT uma publicação denominada “Mulheres do Benguí: contanto histórias de trabalho infantil doméstico”⁷, com o registro de 10 (dez) histórias de mulheres responsáveis familiares por crianças e adolescentes participantes do PETID. Nesse estudo, identificou-se como a reprodução social dessas famílias ultrapassava gerações de mulheres envolvidas no trabalho doméstico. Era um legado que tentava ser superado pela geração feminina atual como projeto de vida, mas combalido, cotidianamente, pela condição de subcidadania (SOUZA, 2003), deixando escassas as possibilidades de responder às exigências atuais da sociedade brasileira altamente competitiva e excludente.

Há um esforço institucional de entidades governamentais (MPT, DRT, FUNPAPA, FUNCAP, UFPA etc.) e não-governamentais (OIT, UNICEF, CEDECA EMAÚS, SINTDAC etc.) em manter o foco de discussão sobre o trabalho infanto-juvenil doméstico para além da ação pontual, exposta pela mídia, por exemplo, apenas quando uma criança é assassinada na

⁶ Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico. Situação também presente em estudos exploratórios dos quais participamos sobre o tema, basicamente, entrevistas realizadas com meninas e mulheres adultas que exerceram trabalho doméstico.

⁷ Publicação financiada pelo MEC/SESU/PROEXT, organizada por Maria Luiza N. Lamarão e Carlos Alberto B. Maciel, contando com a participação de estagiários do Projeto TID/UFPA e de meninas envolvidas no PETID/CEDECA EMAÚS (LAMARÃO e MACIEL, 2006).

casa de seus patrões⁸. O avanço nas discussões e ações dessas entidades aponta para a inclusão do tema no âmbito da questão social e como categoria de estudo e análise na perspectiva de produzir informações que possam desnaturalizar a relação criança-feminino-pobreza e trabalho doméstico para um patamar de exigibilidade de direitos sociais inalienáveis assegurados em leis.

O exercício acadêmico no Curso de Mestrado em Serviço Social propiciou embasamento para esclarecimento de questões relativas ao trabalho doméstico permitindo compreender que o envolvimento de crianças e adolescentes em trabalho doméstico engendra uma teia de relações contraditórias, ambíguas e complexas permeadas por relações de poder, de dominação, de exploração, de resistência, de diferenças e de desigualdades, objetivadas numa multiplicidade de situações como, ser “quase” da família, ser criado(a), ser empregado(a) decorrentes de um processo socializador construído historicamente. Por isso, propomos neste estudo desvendar a constituição das relações sociais do trabalho infanto-juvenil doméstico com ênfase nos elementos de análise de dominação, particularmente, a compreendida como dominação simbólica (BOURDIEU, 2007) constituidores de subalternidade e estigma. Essa problematização resultou em dois objetivos: (1) Identificar e analisar a constituição da relação social de poder existente entre uma criança ou adolescente (família de origem) e um adulto (família empregadora) no exercício do trabalho doméstico em mulheres que passaram por essa experiência. (2) Identificar e analisar a formação de subalternidade e constituição de estigma na relação de poder existente no trabalho infanto-juvenil doméstico em mulheres que exerceram trabalho doméstico na infância ou adolescência.

⁸ Marielma de Jesus Sampaio, 11 anos, proveniente de Vigia (PA) trabalhava como babá em Belém (PA). No dia 12 de novembro de 2005, foi submetida a uma sessão de extrema violência que resultou em sua morte. Os patrões da menina são acusados do crime (CEDECA EMAÚS, 2002c).

A partir da proposição desse caminho analítico, consideramos pertinente realizar este estudo mediante a recuperação - por meio da memória-, do processo de construção da socialização de crianças nascidas até o final da década de 1950 do século passado envolvidas em trabalho doméstico. Daí, a base empírica foi constituída por mulheres adultas⁹, que, na infância ou adolescência, saíram do interior do Estado do Pará e Estados vizinhos para Belém na condição de cria da casa, agregada ou empregada doméstica.

Assim, este trabalho está constituído em quatro partes subseqüentes. Na primeira, que denominamos de - A Pesquisa, apresentamos a metodologia utilizada, destacando o objeto de estudo, as hipóteses, a indicação dos principais autores referenciados, o caminho analítico com os instrumentais de coletas de dados e sua fundamentação em se tratando de uma pesquisa qualitativa. Apresentamos também o perfil das entrevistadas em forma de alguns indicadores sócio-demográficos e uma caracterização pessoal de cada uma delas.

Na segunda parte, consideramos pertinente realizar uma discussão da categoria trabalho mercantil já que abordaremos o poder numa relação de trabalho, enfatizando as feições que o trabalho assume na sociedade capitalista. Essa compreensão do trabalho nos coloca diante da negação da infância e da adolescência para crianças e adolescentes que realizam trabalho, por isso fizemos um resgate das condições histórico-sociais do trabalho infantil no mundo e no Brasil. Para finalizar essa parte, discutimos o trabalho infanto-juvenil doméstico na perspectiva de uma atividade que ocupa mais mulheres que homens e agrega baixa qualificação.

Na terceira parte, realizamos a contextualização de nosso estudo, pontuando alguns elementos históricos que podem ser reveladores da formação de uma sociabilidade presente em um contingente populacional que se ocupou e se ocupa de trabalho doméstico em um contexto amazônico brasileiro.

⁹ Em razão do trabalho doméstico envolver um universo quantitativamente feminino. Segundo PNAD 2001, no Brasil as mulheres representam 93,7% no trabalho doméstico e na região norte 95,2% (IBGE, 2002). A média obtida nos estudos de Belém, Belo Horizonte e Recife é de 92,71% (OIT, 2003, p. 17).

A quarta e última parte contém a discussão das relações de poder e sua constituição no trabalho infanto-juvenil doméstico, o processo socializador que envolve a formação da identidade social da criança, como se dá a institucionalização das relações de poder, de resistência, de disciplina, de submissão na família de origem. Analisamos também o processo de inserção da criança e adolescente no trabalho doméstico na cidade de Belém, seus impactos, as mudanças no novo campo social na família empregadora. O último item dessa parte trata do estudo da subalternidade e do estigma a partir da expressão do *habitus* na perspectiva de um processo histórico constituidor de dominação e subalternidade.

1 A pesquisa

A ciência está longe de ser um instrumento perfeito de conhecimento. É apenas o melhor que temos. Nesse aspecto, como em muitos outros, ela se parece com a democracia. A ciência, por si mesma, não pode defender linhas de ação humana, mas certamente pode iluminar as possíveis conseqüências de linhas alternativas de ação.

(SAGAN, 1996, p. 41).

A realidade apresentada de forma imediata, esconde sua complexidade e contradição, isto porque o mundo imediato e prático é o mundo do senso comum que pode nos orientar para o viver prático, mas pouco contribui para atingir a essência das coisas (KOSÍK, 1976).

Este olhar imediato é como a ponta de um iceberg, ou seja, mostra apenas o que está na aparência do fenômeno, a pseudoconcreticidade, que segundo Kosík é:

um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno mas só de modo inadequado, parcial [...] A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é [...] Captar o fenômeno de uma determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência (KOSÍK, 1976, p.11, 12).

A ação cognoscente de um sujeito histórico tende a ser reduzida na vida cotidiana, uma vez que o cotidiano é marcado pela práxis-utilitária em que os indivíduos pouco ultrapassam o domínio da vivência repetida e superficial e que, via de regra, tornam-se reféns do pragmatismo perseverante das práticas sociais paramentados pela rotina. Em um processo de investigação científica é necessário assumir uma práxis-crítica capaz de atingir o conhecimento da realidade, buscando explicá-la em sua totalidade, como meio de destruir a pseudoconcreticidade. O mundo fetichizado, naturalizado, embota os sentidos, prende e limita a razão crítica, é “o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais

e não imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens” (KOSÍK, 1976, p. 11 - grifos nossos).

O objeto desta pesquisa – o trabalho infanto-juvenil doméstico-, é um fenômeno que, na sua imediaticidade se apresenta naturalizado, fruto de *condições aparentemente naturais*, dada a forma como este fenômeno foi construído na representação da sociedade. Quer dizer, em uma sociedade marcada pela desigualdade social, com uma história de amos e escravos, senhores e servos, recrutar crianças e adolescentes de áreas rurais para casa de terceiros na cidade, à primeira vista, ou seja, no mundo da pseudoconcreticidade, representa tirá-las da situação de pobreza de sua família de origem, o que opaciza relações de poder, de exploração, de dominação e de opressão, presentes na posição de criada, cria da casa ou empregada doméstica.

Ao se tomar essa imediaticidade como aparência fenomênica, indaga-se: que relações sociais constituem o campo do trabalho infanto-juvenil doméstico, a partir da exteriorização de três aspectos que se apresentam evidentes nessa prática social: 1) a “*atitude naturalizada*” da família de origem de entregar uma filha, seja diretamente ou por meio de um intermediário, para uma família de terceiros; 2) a “*atitude naturalizada*” da família de terceiros em recrutar e manter uma criança ou adolescente no trabalho em sua casa; 3) a “*atitude naturalizada*” da menina em se inserir no trabalho doméstico. É nessa aparência fenomênica que se encontram ocultados alguns aspectos das relações sociais do trabalho infanto-juvenil doméstico, como a subalternidade e o estigma. A pista para chegar a esse desvendamento surge da percepção de que a naturalização nesses três níveis oculta, sobremaneira, uma ambigüidade da posição da menina na família de terceiros, ora acessória (como agregada), ora ligada por laços familiares (quase da família). Estar na posição de cria, de criada, de empregada pode significar assumir uma posição subalternizada, estigmatizada, seja de forma mais explícita – na medida em que

percebem a exploração, seja de forma simbólica – quando assumem a dívida da submissão agradecida¹⁰.

Assim, o caminho analítico proposto neste trabalho acadêmico segue pela trilha da seguinte hipótese: As relações sociais do trabalho infanto-juvenil doméstico produzem subalternidade e estigma nos indivíduos que participam dessa experiência social. Esta hipótese foi concebida não como uma rigidez absoluta para o estudo, mas tão somente como elemento norteador nos processos sucessivos de aproximação com o objeto de estudo iniciado com a desconstrução dessa naturalização por meio da leitura crítica dos processos sócio-históricos que engendraram a instituição do trabalho infantil, considerando o dado empírico de que em 2001, existiam no Brasil 494 mil crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos exercendo trabalho doméstico em casa de terceiros¹¹.

A partir desse dado estatístico, iniciamos pelo desvendamento da associação criança e trabalho e pelo reconhecimento e afirmação do humano, da noção de pessoa, de infância frente à exploração pelo trabalho numa situação de pobreza. Crianças e adolescentes são sujeitos sociais em desenvolvimento, incompatíveis com o trabalho. A socialização destinada a crianças e adolescentes inclui também tarefas domésticas - educativa e socializadora, enquanto o trabalho doméstico, por suas múltiplas características, contribui para obliterar as possibilidades da formação de um adulto pleno, por reduzir as oportunidades necessárias ao desenvolvimento dos potenciais cognoscentes, criativos e lúdicos.

O caminho para o desvendamento da pseudoconcreticidade do mundo do trabalho infantil doméstico exigiu o estudo crítico de um quadro referencial constituído por elementos contextuais e categorias analíticas, como: trabalho, trabalho infanto-juvenil doméstico, infância e adolescência, socialização, dominação, poder, subalternidade e estigma.

¹⁰ A expressão submissão agradecida foi usada por Irene Rizzini (1997, p. 146) referindo-se à assistência humanitária ao pobre.

¹¹ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 (IBGE, 2002).

Por se tratar de um estudo sobre relações de poder numa dada situação de trabalho, consideramos importante apresentar a perspectiva conceitual de trabalho, feita a partir da teoria crítica em Marx (2004), Antunes (2005), Marcuse (1998) e Iamamoto (2005). Discutimos a noção de infância e adolescência com autores pioneiros nessa temática no Brasil, como Irene Rizzini (1997) e Irma Rizzini (1993), Mary Del Priore (2000). Salles (1971) foi fundamental para compreender o contexto histórico-social da Amazônia. O processo de nomeação, socialização, institucionalização foram estudados a partir de Mauss (2003), Berger e Luckmann (2000) e Bourdieu (1998, 2007). Para a discussão de poder e dominação as contribuições de Bourdieu (1998, 2007), Weber (1992) e Foucault (1998) foram imprescindíveis. Para o estudo do estigma as obras de Goffman (1988) foram fundamentais. Vários autores também foram referências importantes para este estudo conforme será apresentado no seu desenvolvimento.

Com base nesse quadro de referências teóricas procedemos a análise dos dados empíricos constituído pela reconstrução de histórias de vida de 11 mulheres que exerceram trabalho doméstico em sua infância na capital do Estado do Pará – Belém, vindas de cidades e localidades da zona rural e de Estados vizinhos – Maranhão e Amazonas.

A escolha de mulheres adultas e não de crianças e adolescentes deu-se em razão de se considerar a maior possibilidade de investigar a inculcação de subalternidade e estigma e por meio do mapeamento do *habitus* instituído na realidade social do trabalho infanto-juvenil doméstico. Baseamo-nos na afirmação de Bourdieu de que quanto maior o tempo que o indivíduo passa num campo de relações sociais a formação do *habitus* é mais forte (BOURDIEU, 2007). Em conseqüência, a base empírica deste estudo foi produzida no resgate de memórias de mulheres adultas sobre a sua infância e adolescência. Por isso utilizamos a história oral, por se tratar de um procedimento metodológico que vem se firmando válido no estudo acadêmico atual:

Está consolidado no mundo acadêmico que a utilização dos pressupostos teórico-metodológicos da história oral tornou mais rico o processo de pesquisa, ampliando significativamente as possibilidades dos pesquisadores e grupos de pesquisa vinculados às Ciências Humanas e Sociais, os quais se voltaram ao longo desse período, para dar vez e voz às comunidades e aos grupos sociais excluídos da história oficial.¹²

A obra da professora Dulce C.A. Whitaker, sobre recortes da memória viva de pessoas em forma de história de vida chama atenção para a importância desse método:

O levantamento desse tipo de história oral está ligado às atuais correntes da historiografia, rotuladas todas sobre o conceito impreciso de Nova História. Para que se entenda o significado desses novos estudos históricos é preciso dividir – grosso modo – a historiografia acadêmica em três grandes correntes: a História da Classe Dominante ou História Oficial, que exclui, sem contemplação, as mulheres, os subalternos em geral e os povos de outras etnias; o Materialismo Histórico, com suas preciosas análises da luta de classes, que exclui os indivíduos enquanto tais e, finalmente, a Nova História, que incorpora todos os excluídos e introduz a subjetividade (2004, p.19).

Contudo, há que se considerar o processo pelo qual a história oral adquiriu seu estatuto de instrumental metodológico reconhecido para a produção do conhecimento científico. Por volta da década de 80, esse reconhecimento parece ter sido afirmado levando em conta que a história oral não somente era um meio de incorporar a voz dos excluídos na história, mas de refletir sobre a sua dimensão discursiva e, por conseguinte, o desafio de legitimar a sua fonte – a memória. Nesse processo reflexivo, levou-se em conta que a história oral baseia-se numa relação interativa – pesquisador e depoente – e a memória é sua fonte, a subjetividade, portanto, é inerente ao processo de coleta de dados. Exige-se do pesquisador a clareza de que a memória tem “caráter dinâmico” e está em “constante reconstrução” num processo de “fazer, lembrar e narrar” (VIDAL, 1998).

A memória, longe de ser meramente um receptáculo passivo ou um sistema de armazenagem, um banco de dados do passado, é, isto sim, uma força ativa, que molda, que é dinâmica – o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra – e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo (SAMUEL apud VIDAL, 1998, p. 10).

¹² Material de divulgação da Associação Brasileira de História Oral – ABHO. Diretoria Regional Nordeste. Chamada de Trabalho do V Encontro de História Oral do Nordeste: memória, patrimônio e identidades, realizado no período de 5 a 9 de setembro de 2005, São Luis – MA.

A história oral, segundo Queiroz (1987) “é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar” (p. 274, p. 275). A história oral é uma forma de construir um documento por meio de técnicas como a entrevista, por exemplo, percorrendo um processo metodológico que possa tornar a fala em documento escrito.

Essa linha de pensamento é corroborada por Lucília de Almeida Neves Delgado, alertando que não se pode confundir história oral com a História pois:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. *Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida [...] é um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico* (DELGADO, 2006, p. 15, 16).

Todavia, deve estar claro para o pesquisador que, por meio da história oral:

Ao elaborar seu depoimento, nem o (a) depoente *revivia* o passado, resgatando intacta a memória de um acontecimento – a integridade de um momento –, nem recuperava as emoções, os sentimentos e os saberes que aquele instante lhe provocou originalmente [...] apenas, materializava em discurso suas reminiscências, construindo reelaborações no presente sobre o passado (VIDAL, 1998, p. 10).

Neste aspecto o estudo de Ecléa Bosi (1994): *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, traz uma importante contribuição para o campo da história oral, pela cuidadosa análise da constituição da memória. Para este estudo, interessa-nos entender que:

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da *memória-hábito*, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado (p. 48).

Assim, compreendemos que a narrativa coletada não é uma tradução pura do passado, mas uma visitação às memórias desse passado que, provavelmente, somente vieram ao presente por meio de lembranças o que se encontra revestido de significado, seja da memória-

habito, seja das singularidades, já que “A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento” (BOSI, 1994, p. 39). Na pesquisa de campo, foi interessante a atitude de algumas entrevistadas em tentar lembrar de nomes próprios, lugares e datas consideradas por elas como importantes, por exemplo:

Tu sabe qual remédio me curou? Ah, aquela, [pausa breve] péra ai, deixa eu me lembrar [falando pausadamente tentando se lembrar], um remédio muito bom que a minha mãe comprou pra mim. Eu tomei, foi que arriou a minha menstruação [pausa breve] Num é água inglesa é outro nome [pausa breve] Égua, esqueci agora! [pausa breve] Não, num é verônica. Era um remédio que a gente comprava na farmácia. Eu tomei um vidro só. [pausa breve] Esqueci! Égua, me esqueci agora! [pausa breve] Um remédio muito bom, acho que nem existe mais isso. Agora tem o remédio das parturientes também, mas não era esse [levanta as duas mãos em torno da cabeça parecendo estar inconformada por ter esquecido] Égua, esqueci menina!!! Deixa eu ver se eu me lembro [coloca a mão direita na frente, apoiada no encosto do banco – pausa longa]. Robusterina!!!! [gesticulando com entusiasmo] (Entrevistada 8).

Essa metodologia, segundo Bourdieu (1997), baseia-se numa relação de pesquisa essencialmente interativa. Segundo ele:

Eu creio que não há maneira mais real e mais realista de explorar a relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular de interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que ele interroga [...] (p. 693 - grifos nossos)

Essa relação eminentemente social enfatizada por Bourdieu (1997) exprime-se na prática no momento do contato, da abordagem, do encontro, da concessão do depoimento. A decisão de falar de si, se expor ao pesquisador pode desencadear inúmeras reações: resistência, medo, já que, ainda segundo Bourdieu, nessa relação se institui um *mercado de bens lingüísticos e simbólicos*. Nesse mercado, quase sempre o pesquisador ocupa uma posição hierarquizada superior. Daí, Bourdieu sugere ações para minimizar os efeitos dessa violência simbólica inerentes à entrevista:

Tentar conhecer os efeitos que se podem produzir sem o saber por esta espécie de *intrusão* sempre um pouco arbitrária que está no princípio da troca (especialmente pela maneira de apresentar a pesquisa, pelos estímulos dados ou recusados, etc.) é tentar esclarecer o sentido que o pesquisado se faz da situação, da pesquisa em geral, da relação particular na qual ela se estabelece, dos fins que ela busca e explicar as razões que o levam a aceitar

de participar da troca. É efetivamente sob a condição de medir a amplitude e a natureza da distância entre a finalidade da pesquisa tal como é percebida e interpretada pelo pesquisado e a finalidade que o pesquisador tem em mente [...] (BOURDIEU, 1997, p. 695).

Na pesquisa de campo, encontramos a situação de uma Entrevistada, que, no primeiro contato, nos recebeu gentilmente e concordou em dar seu depoimento. Já o segundo contato, marcado para o final de semana seguinte, foi remarcado por ela. A partir daí, percebemos que a remarcação continuada da entrevista – três vezes e a indefinição do local onde ocorreria, poderiam ser elementos de resistência e medo. Resolvemos não insistir, contudo, ela retornou o contato telefônico, e marcou o dia e o horário e se propôs a nos encontrar próximo à sua residência. No dia marcado, ela não estava aguardando no local combinado, seu telefone não atendia. Mesmo assim, conseguimos chegar no endereço dado por ela, que ao nos atender, desculpou-se dizendo ter perdido a hora. Contudo, sugeriu que entrevistássemos sua amiga, moradora na mesma rua. Assim o fizemos. Ela ficou acompanhando a entrevista da amiga e ao final, começou a falar de si e, foi então, que iniciamos a entrevista com ela. Este episódio nos fez refletir sobre a propriedade intrínseca de violência simbólica da entrevista e como a estratégia utilizada de entrevistar a amiga permitiu minimizar essa propriedade e possibilitar o processo interativo.

De forma contrária, segundo Bourdieu (1997) existem pessoas que encaram a entrevista como uma possibilidade de “testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma ocasião também de *se explicar*, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo [...]” (p. 704). Nesta pesquisa, uma das entrevistadas foi solícita no primeiro contato, marcou a hora da entrevista e o local - sua residência. Ao chegar na casa, ela estava perfumada, vestida como se fosse sair, sorriso aberto, fala solta, reconstruiu sua história de vida com narrativas quase ininterruptas, se expressando com risos, choro, silêncios e, em alguns momentos, como se estivesse falando pra si mesma. Ao final convidou-nos à mesa

para um lanche e expressou o convite para um próximo encontro. Foi a segunda entrevista mais longa deste estudo.

Por isso, atentos à ética profissional, procuramos ao máximo, respeitar o processo ativo do ato de lembrar, que remeteu a lembranças de dores, sofrimentos, medos, e também de alegria, satisfação expresso no choro, no riso, na expressão corporal, ao mesmo tempo em que procuramos ativar a memória por meio de visualização de documentos (carteira de trabalho), fotografias (foto do casamento), cicatrizes no corpo, aromas, acontecimentos históricos. Em decorrência desse procedimento metodológico, procuramos realizar as entrevistas em locais que resguardassem a privacidade da entrevistada – apenas 1 (uma) entrevista foi realizada em local público, uma parte mais reservada de uma praça.

A riqueza dos conteúdos narrados nos fez acreditar que as histórias colhidas representaram uma história pessoal, contudo expuseram elementos de uma história mais geral, de um tempo, de uma situação social – o trabalho doméstico na infância e adolescência, conforme enfatiza Delgado (2006, p. 16): “No processar da memória estão presentes as dimensões do tempo individual (vida privada - roteiro biográfico) e do tempo coletivo (social, nacional e internacional)”. Nos depoimentos coletados, esse tempo coletivo foi referenciado pelas entrevistadas da seguinte maneira:

Eu já ia fazer 6 anos, 5 anos [na casa do patrão], por conta dos 6 ele casou, foi o tempo da guerra dos Expedicionários¹³, então não passava nada pro Brasil, num vinha nada né. Nesse tempo não vinha nada, você pode se informar e saber pelos livros, você sabe que você [referindo-se à entrevistadora] estudou sabe disso, né? Não passava nada (Entrevistada 2).

Ah, eu não sei daonde eles [crianças e adolescentes] vinham pro Juiz, se era alguém que dava, se eles pegavam na rua, porque no tempo do Barata¹⁴ a coisa era muito diferente, dona. A coisa era muito diferente, porque no tempo do Barata [...] (Entrevistada 3).

¹³ Referindo-se a Segunda Guerra Mundial.

¹⁴ Governador do Pará – 1930 a 1934 e de 1955 a 1959.

Por isso é relevante o confronto da narrativa com documentos escritos “com o intuito de perceber maneiras como certas representações do passado e do presente foram sendo construídas individual e socialmente (VIDAL, 1998, p. 12).

A história oral insere-se no conjunto de procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa. Assim, é importante destacar os limites e as possibilidades deste tipo de metodologia. “Situa-se no terreno da contrageneralização e contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas” (DELGADO, 2006, p. 18). Segundo a autora, são inúmeras as potencialidades metodológicas da história oral, como a revelação de novos temas de estudo, documentação de temas não registrados em fontes documentais, dentre outras. Quanto aos limites, ressalta a delimitação histórica da pesquisa ao tempo presente, a subjetividade nas etapas da coleta do depoimento e as dificuldades de descrever com maior fidelidade as expressões emocionais e corporais dos entrevistados (DELGADO, 2006, p. 19, 20).

Por isso, analisar uma expressão da questão social por meio da história oral carece de procedimentos metodológicos que lhe permita confiabilidade científica e rigor metodológico. Segundo Vidal (1998) quatro momentos no processo de construção do documento oral devem ser observados: a preparação da entrevista, a situação de entrevista, a transcrição e, o retorno da transcrição ao entrevistado.

A preparação da entrevista, segundo Vidal, exige que o pesquisador delimite o seu objeto de interesse, se munície de conhecimento bibliográfico sobre o assunto de modo que esteja apto a selecionar os depoentes, elaborar o roteiro da entrevista e explorar as informações durante a entrevista. Ainda nessa fase, Vidal considera importante o cuidado com a qualidade e conservação do registro e para isso é importante a utilização de equipamentos adequados e a escolha do ambiente para a realização da entrevista.

O segundo momento é a situação da entrevista quando ambos “trazem visíveis elementos como sexo, idade, linguagem, vestimenta” (VIDAL, 1998, p. 11) que são analisados a partir de referenciais de ambas as partes e se constituem em elementos da fala assim como as expressões de cansaço, o interesse ou desinteresse demonstrados por parte do pesquisador, o que pode alongar ou encurtar a fala. Nessa fase, Bourdieu (1997) nos orienta a enfrentar o fantasma da neutralidade pela participação ativa no diálogo estabelecido “à maneira de um parteiro, sob a condição de possuir um conhecimento aprofundado das condições de existência de que são o produto e dos efeitos sociais que a relação de pesquisa e, através desta, suas posições e suas disposições primárias podem exercer” (p. 708). Assim, a narrativa pode ser “entrecortada de intervenções destinadas seja, muito simplesmente, para ‘acusar recebimento’ pela simples repetição, no modo afirmativo ou interrogativo, da última frase pronunciada, seja para manifestar interesse ou afirmar a identidade dos pontos de vista” (BOURDIEU, 1997, p. 706).

No trabalho de campo, essa experiência foi vivenciada na medida em que pudemos constatar que não haveria prejuízo para a narrativa as manifestações dessas expressões, como: “Foi mesmo?”; “Era?”; “Uhummm”; “Ahhh!!!”; “Entendi!”, dentre outras.

O terceiro momento é o da transcrição “é a passagem da oralidade à escrita, o que de certo constitui uma reelaboração da entrevista na medida que pausa, entonação, silêncio, ritmo são algumas características da oralidade dificilmente enquadráveis nas regras gramaticais do escrito” (VIDAL, 1998, p. 12). Essa etapa do processo de construção do documento oral não pode ser delegada a quem se encontra fora do processo da pesquisa, é de responsabilidade do pesquisador porque implicará inevitavelmente em escolhas. Exige o máximo de atenção às particularidades da fala e da forma como foi expressa. Bourdieu enfatiza esse procedimento afirmando que:

[...] a transcrição muito literal (a simples pontuação, o lugar de uma vírgula, podem comandar todo o sentido de uma frase) já é uma verdadeira *tradução*

ou até uma interpretação [...] transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever: como a passagem do escrito para o oral que o teatro faz, a passagem do oral ao escrito impõe a mudança de base, infidelidades que são sem dúvida a condição de uma verdadeira fidelidade (1997, p. 709, 710).

Finalmente, o quarto e último momento da produção do documento é o retorno do material transcrito ao entrevistado para apreciação para que lhes seja concedido o “direito de autorizar, restringir ou negar seu uso público” (VIDAL, 1998, p.12). Nessa etapa – adverte Vidal, é importante negociar corte e acréscimos de aspectos diretamente ligados ao tema de estudo, o que pode ser considerado uma reescrita tão importante quanto a entrevista inicial. “A versão autorizada da transcrição deve ser conservada como documento” (VIDAL, 1998, p.13). Ainda segundo Vidal, a discussão sobre essa construção não se encerra nesses procedimentos, pois existem variações de percepções sobre a condução do processo documental da oralidade.

Neste estudo as entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro pré-estabelecido, (no apêndice), o que caracteriza o instrumental técnico de entrevista semi-estruturada, em razão da necessidade de focalizar para o recorte da pesquisa – relações de poder no trabalho infanto-juvenil. O tempo disponível para a elaboração deste trabalho acadêmico também contou como fator definidor do uso da entrevista semi-estruturada de modo a preservar o foco da pesquisa. Contudo, tivemos o cuidado de preservar a espontaneidade das entrevistadas, especialmente no início da entrevista, momento em que, a partir de uma pergunta desencadeadora, como “Eu gostaria que a senhora me contasse a sua história, a senhora é de que cidade?”, elas trouxeram, de um fôlego só, as lembranças de toda uma vida. Depois desse primeiro momento mais aberto, fomos orientando as perguntas de acordo com o roteiro da entrevista. Contudo, cada entrevista ocorreu com uma dinâmica própria, um ritmo, mesclando momentos de descontração, momentos de introspecção, como algo vivo, em construção. As onze entrevistas duraram uma hora, em média, a mais longa durou 1 (uma) hora e 45 (quarenta e cinco minutos) em meio digital e magnético, sem considerar os momentos da

chegada e da saída do contato com a entrevistada. Na forma transcrita, esse material somou 209 (duzentos e nove) páginas digitadas em espaço simples, fonte *book antiqua* 12.

A idéia inicial era entrevistar cinco mulheres, contudo, no decorrer da pesquisa de campo, fomos ampliando o número de entrevistadas no intuito de alargar as possibilidades de diversificar as fontes e com isso enriquecer a análise. Ao final, totalizou-se onze entrevistadas, sendo que uma delas, não corresponde a um dos critérios definidos na processo de amostragem: ter nascido na zona rural. Essa entrevistada nasceu em Belém, poderia estar fora da pesquisa, contudo, optamos por mantê-la, em razão da riqueza de conteúdo expresso na entrevista, principalmente no que tange à sociabilidade das crianças e adolescentes no período histórico estudado.

O processo de amostragem foi intencional no sentido de que havíamos definidos 3 critérios metodológicos: 1) a idade da entrevistada - ter nascido até o final da década de 1950 do século XX; 2) a localidade de nascimento – ter nascido em cidades do interior do Estado do Pará ou de Estados vizinhos; 3) a experiência de trabalho doméstico na infância e/ou adolescência.

A seguir apresentamos os perfis das entrevistadas, com base nos critérios metodológicos com uma breve descrição de suas características físicas e aspectos da interação durante a entrevista.

1 Por idade e década de nascimento:

O Quadro 1 mostra que as entrevistadas têm idades variando de 53 a 89 anos, contudo, todas nascidas nas décadas da primeira metade do Século XX. Uma entrevistada nasceu em 1918, portanto na segunda década que vai de 1910 a 1919. Três entrevistadas nasceram respectivamente em 1931, 1932, 1935, correspondendo à terceira década que vai de 1930 a 1939. Quatro delas nasceram em 1944, 1945, e duas em 1949, portanto na quarta década que

envolve os anos de 1940 a 1949 e três entrevistadas nasceram na última década da primeira metade do século XX, de 1950 a 1959, nos anos de 1951, 1953, 1954.

ENTREVISTADAS	ANO DE NASCIMENTO	IDADE	DÉCADA DE NASCIMENTO
Entrevistada 4	1954	53	1950 - 1959
Entrevistada 7	1953	55	
Entrevistada 8	1951	56	
Entrevistada 10	1949	58	1940 - 1949
Entrevistada 11	1949	58	
Entrevistada 6	1945	62	
Entrevistada 9*	1944	62	
Entrevistada 1	1935	72	1930 - 1939
Entrevistada 3	1932	75	
Entrevistada 5**	1931	75	
Entrevistada 2	1918	89	1910 - 1919

Quadro 1 – Entrevistadas por idade, ano e década de nascimento.

Fonte: Pesquisa de campo.

* Fez 63 anos em outubro de 2007.

** Fez 76 anos em novembro de 2007.

2 Por cidade e Estado de origem:

No que se refere ao local de nascimento, as entrevistadas são procedentes de três Estados da região Norte: Pará - PA, Maranhão - MA e Amazonas - AM. A maior parte delas (9 entrevistadas) é proveniente do Estado do Pará, de localidades e cidades de regiões diversificadas, com destaque para o Polo Marajó: Soure, Chaves, São Sebastião da Boa Vista - 4 entrevistadas. O Polo nordeste do Pará figura na pesquisa com 1 entrevistada do município de Bragança, já a região do Baixo Tocantins aparece com 2 entrevistadas provenientes do município de Bujaru e de Acará. A região metropolitana figura com 1 entrevistada nascida em Mosqueiro. Conforme já foi citado, 1 entrevistada nasceu em Belém.

A entrevistada do Estado do Maranhão é natural da capital, São Luis e a do Amazonas é da cidade de Tefé, à oeste do Estado.

ENTREVISTADAS	LOCALIDADE/CIDADE/MUNICÍPIO	ESTADO
Entrevistada 5	Mangueiras – Soure	PA
Entrevistada 6	Rio Jurupucu – Chaves	PA
Entrevistada 7	Rio Jurupucu – Chaves	PA
Entrevistada 11	Rio Urucuzal - S. Sebastião da Boa Vista	PA
Entrevistada 1	Boa Vista – Acará	PA
Entrevistada 2	Baía do Sol - Mosqueiro	PA
Entrevistada 3	Belém	PA
Entrevistada 8	Bujaru (criada em Mojú)	PA
Entrevistada 10	Bragança	PA
Entrevistada 4	São Luis	MA
Entrevistada 9	Tefé (interior)	AM

Quadro 2 – Entrevistadas por localidade, cidade e município de nascimento.
Fonte: Pesquisa de campo

3. Por idade ao ingressar no trabalho doméstico em Belém

Do grupo das entrevistadas 6 (seis) ingressaram no trabalho doméstico em Belém ainda na infância, com idades de 8 a 11 anos, e 5 (cinco) na fase da adolescência, com idades de 12 a 17 anos.

ENTREVISTADAS	IDADE AO INGRESSAR NO TRABALHO DOMÉSTICO EM BELÉM
Entrevistada 2	8 anos
Entrevistada 4	10 anos
Entrevistada 8	10 anos
Entrevistada 3	10 anos
Entrevistada 1	11 anos
Entrevistada 11	11 anos
Entrevistada 7	13 a 14 anos
Entrevistada 6	15 ou 16 anos
Entrevistada 9	16 anos
Entrevistada 10	16 anos
Entrevistada 5	17 anos

Quadro 3 – Entrevistadas por idade ao ingressar no trabalho doméstico em Belém.
Fonte: Pesquisa de campo.

A seguir apresentaremos as características físicas e aspectos da interação durante a entrevista. A elaboração deste item decorreu do desejo de tornar mais visível quem são os sujeitos da pesquisa, uma vez que, em se tratando de pesquisa qualitativa, é uma maneira de dar vida aos dados coletados. Contudo, alertamos que se trata de apreensões subjetivas sobre

cada uma das entrevistadas durante a pesquisa de campo. Em decorrência disso, corremos o risco de omitir ou, ao contrário, enfatizar alguns aspectos em detrimento de outros. Ainda assim, consideramos pertinente apresentar o que foi capturado a respeito da interlocução verbal, da expressão corporal, da manifestação vocal e da carga afetiva de cada entrevistada.

Entrevistada 1:

A entrevistada é de estatura baixa, aproximadamente um metro e meio, é magra, pele negra, cabelos pretos e lisos, olhos bastante amendoados. Descende de mãe indígena e pai negro. O corpo é marcado por cicatrizes de acidentes na infância e no trabalho doméstico: cortes, queimaduras, picadas de inseto. Aparenta idade inferior a que tem, 72 anos. É viúva há 15 anos. É a penúltima de seis filhos, três homens e três mulheres, dos quais somente ela e um irmão estão vivos. No momento da entrevista usava roupas coloridas, pulseiras, anéis e brincos. Sua expressão vocal é acelerada, acompanhada por gestos corporais de balançar as mãos, a cabeça, de auto tocar-se, de indicar objetos no ambiente como referência a algum fato relatado. Usa o modo de falar típico da região interiorana do Estado do Pará, não pronuncia a letra S no final dos substantivos no plural, troca a pronúncia do E pelo I, o L pelo R e o R pelo L. Sorriu bastante durante a entrevista, e, às vezes, gargalhava ao lembrar e narrar situações vividas. Em nenhum momento da entrevista expressou-se chorando, lacrimejando, embora em algumas passagens tenha diminuído o ritmo da fala. Na maior parte do tempo, falou em ritmo acelerado. Interagia com a pergunta mesmo antes de ter sido formulada completamente. O ambiente da entrevista não era muito silencioso, com a presença de barulhos da rua (vozes, músicas, latidos de cachorro) e de pessoas que entravam na casa, cuja porta ficou aberta durante toda a entrevista. Na sala, a entrevistada possuía um oratório com uma imagem de N.S. de Nazaré e de vários santos. Na parede ao lado, havia um quadro com a fotografia dela com seu esposo.

Entrevistada 2:

A entrevistada é de estatura baixa, um pouco mais que 1 metro aproximadamente. É muito magra, de aspecto franzino, mas de aparência saudável. Têm os olhos castanhos claros, cabelos claros, grisalhos e encaracolados, a pele branca. Aparenta ter a idade de uma pessoa abaixo de sua faixa etária. É uma das 4 filhas de uma família de 4 mulheres e 5 homens. Descende de mãe branca, cabelos lisos, proveniente do nordeste brasileiro, Estado do Ceará e de pai natural da região sudeste, Estado de São Paulo, segundo ela, “alto, magro, moreno do cabelo bem chegado¹⁵”. Casou aos 27 anos e hoje é viúva. Durante a entrevista estava com roupa de passeio, porém simples em cores suaves, demonstrando ter se preparado para nos receber. Não usava nenhum tipo de acessório no vestuário. Tinha um semblante sereno, acolhedor. Sorria, com contenção de gestos e, mesmo em momentos mais descontraídos, não se excedeu nos gestos. Sua expressão vocal era suave, ora em ritmo mais acelerado, ora em ritmo mais lento, ora como sussurro. Um destaque para a expressão vocal foi a forma como imitava a voz da pessoa que, em sua narrativa, era o sujeito da ação: voz fina para mulher, voz mais grave para homens, por exemplo. Foi bastante expressiva nos sentimentos, sorrindo nos relatos dos fatos alegres e chorando ao lembrar situações que a entristeciam. Alguns trechos de sua entrevista ficaram inaudíveis porque chorava ao falar, o que impossibilitou o registro. Usa o modo de falar típico do interior do Estado do Pará, trocando o R por L e vice-versa. Ao pronunciar o R antes de uma consoante e no início de uma palavra o fez de modo reverberado. Usou, com mais frequência a concordância verbal padrão da língua portuguesa. O ambiente da entrevista era silencioso, sem interferências da rua ou de pessoas da casa, apenas uma ave (papagaio) interferiu algumas vezes, imitando a voz de alguém da casa. A entrevistada

¹⁵ Cabelo crespo e lanoso.

mostrou uma fotografia antiga, na qual ela aparece, com 20 anos a menos, aproximadamente, junto a irmã mais velha e a neta ainda criança, numa praia em Mosqueiro (PA).

Entrevistada 3:

Esta entrevistada é aquela referida anteriormente, que serviu de suporte para a realização da entrevista 4. Nascida em Belém estaria, a rigor, fora da pesquisa. Sua entrevista foi mantida por conter informações importantes sobre o contexto da época estudada. Ela é esbelta, alta, medindo aproximadamente 1,70 m, forte, pele branca queimada pelo sol. Usava cabelos curtos, grisalhos e lisos. Aparenta menos idade do que tem – 75 anos. É uma dos seis filhos de um casal de migrantes portugueses, radicados em Belém no bairro do Reduto. É casada e seu marido encontra-se enfermo e cego. Durante a entrevista estava com roupas de usar em casa, bastante à vontade. Tem a voz rouca e fala num ritmo acelerado. Na maior parte do tempo da entrevista falava e sorria ao mesmo tempo, dificultando o entendimento da sua fala em alguns trechos. Seu modo de falar é típico da área urbana, sem nenhum traço de sotaque português. No geral, conjuga a norma culta da língua portuguesa, usando os verbos adequadamente. Expressa alegria e jovialidade, é muito simpática, falante e irrequieta. Teve participação em movimento político partidário, e relacionamento com pessoas de destaque na política partidária local, poetas, escritores por meio do trabalho doméstico. Afirmou conhecer a geografia urbana de Belém e gostar de resolver situações que possibilite seu movimento pelas ruas. É prestativa com familiares e amigos para resolver assuntos externos como pagar contas, matricular crianças em colégio, acompanhar alguém a uma consulta médica, dentre outros. O ambiente da entrevista estava tranqüilo. Apenas um neto, ainda criança, ficou por alguns instantes no ambiente para ver do que se tratava. Não houve interferência da rua, apenas no finalzinho apareceu um carro som, mas não chegou a prejudicar a entrevista.

Entrevistada 4:

A entrevistada é de estatura baixa, aproximadamente um metro e meio. Tem a pele negra, cabelos pretos de tamanho médio usado em forma de coque no centro da cabeça. É descendente de pai e mãe nordestinos, Estado do Maranhão. Tem porte físico equilibrado (nem magra, nem gorda). Tem olhos pequenos. Seu modo de falar tem poucos vestígios de sotaque maranhense. Fala em ritmo equilibrado - nem muito lento nem muito acelerado. Durante a entrevista estava vestida de forma simples, com roupas de usar em casa. Não chorou ao se expressar emocionalmente, contudo, lacrimejou ao falar de trechos de sua vida no trabalho doméstico na infância. Foi contida nos gestos. Sorriu pouco, embora tenha um sorriso aberto, não gargalhou nenhuma vez durante a entrevista. Pareceu ser uma pessoa extremamente solícita. A impressão que ficou durante a interação foi de uma pessoa triste. É solteira, não tem filhos. Prefere morar com a família com a qual trabalhou desde a adolescência, apesar de já ter casa própria. Aparenta ser uma pessoa introvertida, não gosta de sair muito de casa, seu divertimento é assistir programa de TV. O ambiente da entrevista estava tranqüilo, interrompido apenas com a presença de algumas crianças que procuravam saber do que se tratava e em seguida foram embora.

Entrevistada 5:

A entrevistada é de estatura alta, aproximadamente em torno de 1,70 m. Tem a pele negra, os cabelos pretos e curtos. Sua compleição física é equilibrada – nem gorda, nem magra. Descende de pais e mães paraenses, da região do Marajó. É a segunda de 8 irmãos dos quais 4 já faleceram. Seu modo de falar é típico de pessoas interiorana do Pará, troca o L pelo R e vice-versa. Fala de forma lacônica, em volume baixo e ritmo muito lento. No geral sua expressão corporal é muito contida, quase não faz gestos com as mãos nem com a cabeça. Durante a entrevista estava vestida com roupa de sair, preparada para nos receber. Sorriu de

forma contida, colocando a mão sobre a boca. Em poucos momentos sorriu mais expressivamente. Aparentou ser uma pessoa muito introvertida, de saúde debilitada, mas cordial. Está viúva há 14 anos. O ambiente da entrevista teve bastante ruídos de trânsito, pois ocorreu no pátio da casa, gradeado, muito próximo à pista de veículos.

Entrevistada 6:

A entrevistada é de estatura mediana, aproximadamente 1,60 m. De compleição física obesa, segundo ela em razão de uma cirurgia que a prejudicou. Tem a pele escura cabelos pretos. Descende de família marajoara. É a filha mais velha de um casal com 12 filhos. Durante a entrevista estava com roupas de usar em casa. Aparentou estar cansada. O volume de sua voz é baixo e o ritmo é lento. Falou pouco sobre sua vida, parecia ter dificuldade em lembrar o passado. Tem um semblante tranquilo e interage de modo muito cordial. Sua expressão corporal foi muito contida durante o diálogo. Quando sorria quase não abria a boca e usava a mão para conter o sorriso. O ambiente da entrevista estava calmo, apenas com uma rápida interferência do seu esposo que veio nos cumprimentar.

Entrevistada 7:

A entrevistada é de estatura mediana, aproximadamente 1,60 m. De compleição física equilibrada. Tem a pele morena, os cabelos encaracolados. Descendente de pai e mãe marajoara. É uma das últimas na seqüência de 12 irmãos. O modo de falar é típico do meio urbano, com poucos vestígios da fala interiorana. Durante a entrevista estava vestida com roupas de sair, pois estava na casa de sua irmã. Se expressa com desenvoltura, em ritmo equilibrado e volume dentro da média. Em nenhum momento se expressou com choro ou com risos. É casada e tem filhos. O ambiente da entrevista estava tranquilo, sem interferências.

Entrevistada 8:

A entrevistada é de estatura baixa, um metro e meio aproximadamente. Tem a pele clara, os olhos castanhos claros e o cabelo castanho claro, levemente ondulado e já com alguns fios brancos. Compleição física levemente obesa, informou ter 55 kg. É descendente de mãe nordestina, do Estado do Ceará e pai paraense. É a 3ª de nove filhos. É casada e tem filhos. Durante a entrevista mostrou-se muito simpática. Seu modo de falar tem muitos vestígios da fala interiorana pela expressividade e maneira de relatar os acontecimentos, colocando vida nas palavras, imitando sons, vozes, usando bastante recurso da onomatopéia. O ritmo da fala é acelerado, tom agudo, e volume tendendo para o alto. Acompanha a fala com muitos gestos, exemplos, analogias. Fala esticando as vogais, imprimindo emoção na expressão da fala: chorou ao falar das lembranças tristes e gargalhou de situações alegres. Em sua narrativa, imitava a voz do sujeito da ação a qual se referia. O ambiente da entrevista foi uma parte calma de uma praça no centro de Belém.

Entrevistada 9:

A entrevistada é de estatura baixa, aproximadamente 1,40 m. Tem a pele clara, queimada pelo sol. Os olhos são castanho escuro, cabelo castanho claro, liso, com poucos fios brancos. Não possui os dentes superiores. Tem manchas de sol no rosto, braços e pernas. É magra, de aparência franzina, mas bastante ágil. Tem aparência de uma pessoa que trabalha muito. Suas mãos são grossas e fortes, a palma de aspecto avermelhado. Ela tem várias unhas com micoses que é comumente conhecido como unheiro. Mostrou várias cicatrizes adquiridas na infância. Seus olhos são pequenos e pareciam inflamados, com secreção. É a primeira de seis filhos. Descende de pais amazonenses, de avós nordestinos, do Estado do Ceará. Viveu maritalmente com o pai de seus dois filhos que não é mais vivo. Tem mais uma filha de um segundo relacionamento. Durante a entrevista mostrou-se muito simpática, afetuosa. Seu

modo de falar guarda vestígios do falar interiorano - pronuncia o N diferente do falar paraense. Tem a voz solta, num volume tendendo para o alto, as vezes baixando por dificuldade provocada pela ausência dos dentes superiores e em relatos de lembranças tristes. Sorriu e gargalhou lembrando situações engraçadas. De modo contrário, falou em tom baixo e até em forma de sussurro em determinadas passagens de seu relato. O ritmo de sua voz é normal, nem acelerado nem calmo, bastante expressiva ao narrar suas lembranças, esticando as vogais, suprimindo sílabas, utilizando onomatopéia para exprimir sons típicos da vida na floresta. O ambiente da entrevista estava tranqüilo, somente interrompido ao final, pela aproximação de uma forte chuva e de gangues que moram próximo à sua casa.

Entrevistada 10:

A entrevistada é de estatura mediana, um pouco mais que um metro e meio. Tem a pele escura, cabelos encaracolados e olhos pretos. De aspecto físico equilibrado – nem magra, nem gorda. Tem cicatrizes pelo corpo, resultado de acidentes na infância. Queixou-se de uma dor no ombro direito. É descendente de mãe nordestina, do Estado do Maranhão, o pai era paraense. É separada e tem filhos. Durante a entrevista estava vestida com roupa de sair, parecia estar pronta a nos receber. Pareceu extrovertida e de riso fácil. Falou com desenvoltura e foi muito receptiva. O ambiente da entrevista estava tranqüilo, sem interrupções.

Entrevistada 11:

A entrevistada tem estatura baixa, aproximadamente um metro e meio. A pele de cor amarronzada, os cabelos encaracolados, os olhos pretos. Tem um peso aparentemente compatível para altura, ou seja, não aparenta ser gorda nem magra. Tem manchas avermelhadas nas mãos, segundo ela provocada por alergia. É descendente de pais

marajoaras. Durante a entrevista pareceu-nos disposta. Estava vestida com roupa de usar em casa. O volume de voz era normal, nem muito baixo, nem muito alto. Tem um timbre levemente grave. Seu modo de falar era calmo, com vestígios do falar interiorano. Teve dificuldade em lembrar de fatos do passado. O ambiente da entrevista estava tranqüilo embora, segundo ela, o local seja muito perigoso, onde moram muitos traficantes de drogas. Sua casa estava em construção então ela alugou um quarto e cozinha ao lado enquanto subia o piso de sua casa porque alaga quando chove.

Por fim, queremos registrar a indicação dos sujeitos da pesquisa. Em primeiro lugar consultamos a representante do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos, Arrumadores e Camareiros do Pará – SINTDAC, que sugeriu procurarmos em grupos de idosos de comunidades sociais e religiosas. Fizemos contato com a representante do Apostolado da Oração da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, agendando participação na reunião mensal, na qual pudemos apresentar os objetivos da pesquisa e os critérios para escolha das entrevistadas. Ao final dessa reunião, muitas senhoras se apresentaram, mas apenas uma delas se adequou aos critérios eleitos. Uma segunda entrevistada foi indicada pela coordenadora do projeto do CEDECA EMAÚS que trabalha com mulheres no bairro do Bengui e Pantanal¹⁶. A terceira indicação foi feita por membro do Sindicato acima referido. A quarta indicação veio de um membro do Conselho Regional de Serviço Social do Pará. A quinta foi indicada por uma das entrevistadas. A sexta, sétima e oitava foram indicadas por uma pessoa conhecida que é trabalhadora doméstica. As demais foram indicadas por pessoas da nossa rede de relações sociais.

A coleta dos dados ocorreu no período de 02.07 a 07.08.2007, aproximadamente um mês. Nesse período foram feitos os contatos com as entidades e com as pessoas que fizeram as indicações. Seguiram-se a seleção - a partir dos critérios da pesquisa-, e os contatos

¹⁶ Bairros periféricos de Belém

telefônicos para marcar as sessões de entrevistas. Optamos por realizar a entrevista e logo após proceder a sua imediata transcrição como forma de minimizar os efeitos da subjetividade na passagem do discurso oral para a escrita. Optamos também por aceitar as orientações dos autores citados de que é mais profícuo que o próprio pesquisador deva proceder à transcrição das gravações. Daí, a cada entrevista seguiu-se a sua transcrição para em seguida realizarmos uma nova entrevista. Foi um processo exaustivo, mas bastante promissor, pois ambas estratégias metodológicas contribuíram qualitativamente para a pesquisa, porque favoreceu o registro da dinâmica do processo interativo ocorrido nas entrevistas, especialmente o que não ficou registrado nas gravações.

Com o material de campo devidamente registrado, procedemos a sistematização do conteúdo das entrevistas por categoria de análise distribuídas em 5 itens: 1) Identidade e Nomeação; 2) Socialização e Institucionalização; 3) Inserção no trabalho doméstico 4) Relações de poder e 5) Subalternidade e Estigma.

A seguir realizamos a leitura crítica de cada item e procedemos a interpretação dos dados e a análise com base no referencial teórico por categoria.

2 O trabalho infanto-juvenil: uma construção histórica

2.1 O trabalho mercantil e a negação do humano

O conceito de trabalho utilizado neste estudo pertence ao campo da teoria crítica, como categoria central na produção de riqueza, baseada nas concepções de Karl Marx (2004) e de autores que discutem o trabalho na contemporaneidade como Herbert Marcuse (1998), Ricardo Antunes (2005) e Marilda Iamamoto (2005).

Trata-se de entender “o significado do trabalho no processo de constituição do indivíduo social e na produção da vida material, nos marcos da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2005, p. 31). Essa linha de pensamento coloca no centro da discussão do trabalho a sua essência, cujo “o ponto de partida é a produção material: produção de um grau determinado de desenvolvimento social, em uma dada época histórica: produção de indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2005, p. 37).

A construção do conceito de trabalho tem sido objeto de investigação de diversas correntes de pensamento da ciência clássica, moderna e contemporânea. Segundo Marcuse (1998) a construção do conceito de trabalho feita pela teoria econômica é limitada, não contempla a totalidade, a sua essência. Para esse autor, essa explicação o reduz a uma atividade que se atém ao âmbito da dimensão econômica, cujo modelo é o trabalho assalariado, e por isso, não dá conta de suas demais dimensões relativas à existência humana. Ainda para Marcuse (1998) a fundamentação do conceito de trabalho é possível por meio de uma discussão filosófica porque “o trabalho é um conceito ontológico, isto é, um conceito que apreende o ser da própria existência humana como tal” (1998, p.10). Esse autor enfatiza que:

O trabalho de maneira alguma é um fenômeno da dimensão econômica, mas se encontra enraizado no curso da própria existência (*Dasein*) humana, e que justamente mediante o conceito de trabalho a ciência econômica remete a esferas mais profundas que a fundamentam – de tal maneira que qualquer consideração econômica fundamental do conceito de trabalho exige o recuo

a essas esferas fundantes, que transcendem a própria ciência econômica (MARCUSE, 1998, p. 18).

Portanto, para Marcuse, a pertinente construção desse conceito é a que provém da discussão filosófica travada por Hegel depois assumida, em seus pressupostos, por Marx que desnuda os níveis mais abstratos do trabalho até o plano da concretude da existência histórica. Sua explicação é que, diferentemente, da ciência econômica, Hegel não considera o trabalho uma atividade e sim o fazer. Marx, a partir de Hegel amplia e problematiza o conceito de trabalho na perspectiva de um fazer no contexto da existência humana e não uma atividade que se encerra em si mesma. Ao fazer isso, Marx categoriza o trabalho no cerne da existência humana, como mola mestra para a produção e reprodução dessa existência no sentido de que o homem:

obtem um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetiva uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, seu objeto, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, apud ANTUNES, 2005, p. 67).

Segundo Marx, há no trabalho um ato de auto-elaboração ou de auto-objetivação do homem, o ato de exteriorização do homem. É o trabalho como mediação e como objetivação do homem com a natureza, quer dizer: pelo trabalho o homem se exterioriza, se objetiva:

A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência *externa* (*äussern*), mas, bem além disso, [que se torna uma existência] que existe fora *dele* (ausser ihm), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Macht*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha (MARX, 2004, p. 81)

Marx vai mais além ao tratar da relação do trabalhador não somente com seu produto, mas e principalmente com o processo de produção: “O produto é, sim, somente o resumo (Resumé) da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tem de ser a exteriorização ativa [...]” (MARX, 2004, p. 82). Isto significa que ao trabalhar o trabalhador encontra-se fora de si, apartado de seu ser ao ponto

de: “O homem (o trabalhador) só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda, habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano se torna animal” (MARX, 2004, p. 83).

Para melhor compreender essa relação, Marcuse traz para esta reflexão o antagonismo do trabalho com o jogo:

No jogo por instantes torna-se sem efeito a “objetividade” dos objetos e seu resultado, a realidade efetiva do mundo objetivo, que de resto continuamente obriga o homem a um confronto de reconhecimento com ela: agora o homem faz com os objetos tudo o que quer, se impõem a eles, “liberta-se” dos objetos neles mesmos. Isto é o decisivo: nessa sua imposição, nesse passar por cima da objetividade, o homem se encontra a si *próprio* em uma dimensão da *liberdade* que não lhe é facultada no trabalho (1998, p. 15).

Então, se o jogo é um momento em que o homem se encontra livre para ditar regras, dominar os objetos à sua vontade, estaria ele – ao jogar, livre da objetivação? O trabalho objetivado ao ser o oposto do jogo subjuga o homem ao invés de o libertá-lo? Isso parece revelar um paradoxo: a objetivação pelo trabalho é a condição essencial do homem dar continuidade a sua existência ainda que o subjugue? Marx encontra as respostas na contradição intrínseca do trabalho “o auge desta servidão é que somente como *trabalhador* ele [pode] se manter *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador” (2004, p. 82), ou seja, o trabalho é externo – não pertence ao trabalhador e objetivado – é obrigatório.

Essa questão torna-se mais clara pela discussão de três características do trabalho feitas por Marx comentadas por Marcuse: a continuidade, a permanência e o caráter penoso.

A continuidade e a permanência que caracterizam o trabalho faz parte do:

acontecer da vida humana é práxis no destacado sentido de que o homem precisa *fazer* a sua própria existência – de maneira a aceitar isto como tarefa a ser cumprida. Seu acontecimento é um permanente *fazer-acontecer* (enquanto, por exemplo, o acontecimento da existência animal é um mero deixar-acontecer) (MARCUSE, 1998, p. 19).

Para Marcuse, Marx deixa claro que “o caráter penoso do trabalho, não é idêntico a ‘sentimentos de aversão’, ‘impedimentos’, ‘manifestações de fadiga’ que se instalam com e também antes de determinados trabalhos” (MARCUSE, 1998, p. 48). O sentido de penoso, para Marx é que ao trabalhar o homem “se deixa guiar pela coisa, se subordina à sua normatividade e se vincula a ela, inclusive quando domina seu objeto, recriminando-o, dirigindo-o, abandonando-o” (MARCUSE, 1998, p. 29). A esse processo, Marx denomina de exteriorização, do qual resulta a alienação da existência. Daí porque se instaura o paradoxo: “que o homem só pode chegar a seu próprio ser unicamente na passagem pelo outro de si mesmo, que unicamente passando pela exteriorização e pela alienação pode chegar a si mesmo” (MARCUSE, 1998, p. 29, 30).

Marx avança na sua problematização acerca da natureza do trabalho, pois ultrapassa a delimitação do conceito de trabalho no âmbito da esfera econômica e do âmbito da satisfação de necessidades do homem como ser natural-orgânico. Marx insiste na necessidade de compreender o homem como ser histórico e, por conseguinte, o trabalho como categoria do ser histórico (MARCUSE, 1998, p. 22).

Na medida em que o que está na natureza se torna um objeto, um bem pela ação do trabalho do homem, esse fazer se torna histórico, porque é produto das relações entre o indivíduo e os outros indivíduos e sua história. Já não é natureza pura, é objeto. “O que acontece com os objetos elaborados e trabalhados já não ocorre na dimensão da ‘natureza’, da ‘materialidade’ etc., mas na dimensão da história humana [...] sucede no espaço e no tempo de uma vida histórica, é um acontecimento histórico” (MARCUSE, 1998, p. 30).

Assim, a história se constitui da objetivação do trabalho que se solidificou, que se materializou nos objetos, sejam eles de uso, sejam de admiração, sejam de satisfação de necessidades, de acordo com o estágio de desenvolvimento da história da existência humana. O trabalho é parte intrínseca da história da humanidade. “Só e unicamente no trabalho o

homem histórico se torna realmente efetivo, assumindo sua posição determinada no acontecer histórico” (MARCUSE, 1998, p. 31).

Marx analisa o trabalho no desenrolar da história da humanidade, ou seja, parte do fato real, histórico, para desvendar o paradoxo que envolve o trabalho, quer dizer, ao mesmo tempo em que o homem altera a natureza, faz dela seu meio de vida, as coisas, os produtos passam a dominá-lo a tal ponto que ele próprio se torna um bem, um produto, uma mercadoria. Seguindo esse foco, afirma:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachnwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadoria em geral (MARX, 2004, p. 80).

Esta explicação clássica de Marx está intrinsecamente relacionada ao modo de produção capitalista no qual o trabalhador é despojado de seus meios de vida, de sua propriedade e ele mesmo se torna uma propriedade, portanto, somente dispõe de sua força de trabalho para sobreviver. Paradoxalmente, é justamente nesse modo de produção que ele se encontra “livre” para “vender” sua força de trabalho, único bem que lhe resta – seu corpo físico, seus músculos e cérebro. “A troca aparentemente igual da força de trabalho por salário é, de fato, uma troca desigual e essa desigualdade só se torna possível porque está encoberta pela igualdade necessária à troca de mercadorias equivalentes” (IAMAMOTO, 2005, p. 98).

De fato, essa evidência nos estudos de Marx é recorrente na compreensão de autores da contemporaneidade como Antunes que expressa:

Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida do processo de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado. Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma [...] desfigurando-se em seu sentido primeiro, de criação de coisas úteis, o trabalho se torna meio, e não “primeira necessidade” de realização humana (ANTUNES, 2005, p. 69).

Da análise de Marx, Antunes consegue traduzir de forma clara o sentido da negação da humanidade do trabalho para o homem no modo de produção capitalista:

[...] sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se reconhece, mas se nega [...] Desse modo, a alienação, como expressão de uma relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro, apresenta-se como “abstração da natureza específica, pessoal” do ser social que “atua como homem que se perdeu de si mesmo, desumanizado” (ANTUNES, 2005, p. 70, 71).

Essas notas sobre o conceito de trabalho são necessárias para a compreensão das relações de poder no âmbito de uma relação de trabalho específica - o doméstico, no sentido de se compreender qual a posição desse tipo particular de trabalho no fazer da existência humana.

Compreendemos que o trabalho doméstico se objetiva na existência humana como parte integrante das formas primárias de trabalho no processo de reprodução material e social, quando o homem transforma a natureza para garantir seu sustento próprio e de sua família. Nesse processo primitivo, ainda sem a perspectiva da acumulação, o trabalho doméstico se inscreve como uma atividade laboral que dá suporte às ações de mediação entre homem e natureza, pois a preparação do alimento, do vestuário, o cuidado com os filhos e a manutenção da casa são um dos fazeres do trabalho doméstico na escala de reprodução da existência humana. O trabalho doméstico é um componente da substância material desse fazer, é uma de suas objetivações, participa da garantia de reprodução biológica no atendimento primordial da necessidade de subsistência. Contudo, essa reprodução material se desdobra na reprodução social a partir da materialização das relações sociais que se desenvolvem no fazer que o trabalho doméstico também encerra.

Historicamente, a relação social expressada no fazer do trabalho doméstico, reproduz uma certa divisão sexual e social do trabalho, ou seja, na ordem do gênero coube mais às mulheres a realização do trabalho doméstico. Socialmente, envolve mais as mulheres pobres. Assim, a história registra a existência de: servas, criadas, empregadas domésticas, lavadeiras,

faxineiras, babás e atualmente as denominadas “diaristas”, que, na verdade, é uma das expressões do trabalho precarizado – sem garantias trabalhistas, sem vínculo empregatício (ANTUNES, 2005).

Para Marx a relação essencial do trabalho é a do trabalhador com a sua produção. (MARX, 2004). Assim, segundo ele, essa essencialidade não se resume apenas no resultado, no produto, mas também “no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva” (MARX, 2004, p. 82). Qual a relação essencial então no trabalho doméstico? O ato produtivo do trabalho doméstico parece ser a essência dessa relação, na medida em que a ação de produzir é contínua, permanente e penosa. Já o produto do trabalho doméstico é perecível, imediato, invisível à primeira vista. Somente é visualizado na externalização que se solidifica na reprodução material e social. Uma criada que amamenta o bebê da patroa, inscreve seu fazer na reprodução material da vida humana. Uma empregada que cuida da manutenção de uma casa de terceiros também deixa registrado, externalizado na história dos homens o seu trabalho, a sua atividade produtiva. O trabalho doméstico é um exemplo contundente da objetivação, da externalização, do estranhamento do fazer humano. Na relação que se encerra entre a empregada doméstica e o patrão, a alienação e o estranhamento, deixam de estar latente e passam a se expressar explicitamente, continuamente no ato de produzir, pois:

O trabalho é *externo* (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não se desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho... O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui de forma tão para que, tal logo inexista coerção ou outra qualquer, fogue-se do trabalho como a uma peste (MARX, 2004, 83).

Se o trabalho não pertence ao trabalhador, se é estranho a ele, a quem pertence o produto do trabalho? Marx responde que “O ser estranho ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual [está] o

produto, só pode ser o *homem mesmo*” (MARX, 2004, p. 86). No estudo do trabalho doméstico quem é esse *homem mesmo*? O homem mesmo que usufrui do produto do trabalho doméstico é o empregador, o patrão. Por isso, a relação que se estabelece entre a empregada doméstica e o patrão é intrinsecamente de poder, de dominação, de apropriação do trabalho. Além dessa dominação intrínseca que se solidificou nas relações sociais historicamente construídas, existem outras dimensões da dominação que inclui desde a física, moral, sexual até a simbólica, que, neste estudo, será o foco de análise embasada em autores que estudam mais diretamente o poder e a dominação.

2.2. O trabalho infantil: elementos históricos

A utilização de crianças e adolescentes no trabalho não é um fenômeno da contemporaneidade. Na passagem da produção do sistema predominantemente agrícola para a nascente produção industrial na Inglaterra, registra-se a utilização de crianças na produção doméstica.

[...] um número cada vez maior de empregados era necessário para atender à crescente procura, e por isso tais intermediários levavam sua matéria-prima não apenas aos membros das corporações que, nas cidades, estavam dispostos a trabalhar para eles, mas também para os homens, mulheres e crianças das aldeias (HUBERMAN, 1983, p. 112).

Foi na emergência da sociedade industrial que a demanda por mão de obra arrebatava crianças de até quatro anos de idade.

Entre as residências dos patrões estão espalhadas, em grande número, cabanas ou pequenas moradias, nas quais residem os trabalhadores empregados, cujas mulheres e filhos estão sempre ocupados em cardar, fiar, etc. [...] Quase todos os que têm mais de quatro anos ganham o bastante para si (DAFOE apud, HUBERMAN 1983, p. 113).

Da produção doméstica as crianças foram se incorporando aos empregados nos trabalhos da manufatura¹⁷ na fábrica:

[...] Jack Newbury era uma figura importante porque, ao contrário dos outros, que levavam matéria-prima para os artesãos trabalharem em suas

¹⁷ *Manu*, a mão + *factura*, ação de fazer = fazer com a mão (HUBERMAN, 1983, p. 114).

casas, ergueu um edifício próprio, com mais de 200 teares, no qual cerca de 600 homens, mulheres e crianças trabalhavam. Isso ocorreu em princípios do século XVI. Foi ele o precursor do sistema de fábricas que surgiria três séculos mais tarde (HUBERMAN, 1983, p. 113).

No sistema familiar, nas corporações, no sistema doméstico e no sistema fabril o emprego da mão-de-obra infanto-juvenil foi amplamente utilizado.

No novo mundo as crianças eram utilizadas em vários tipos de trabalhos. Uma história que começou nas embarcações marítimas que atravessaram o oceano. Crianças pobres eram retiradas de suas famílias em Portugal para trabalharem nas embarcações rumo ao além-mar. A presença das crianças nos navios, *compradas* de suas famílias, raptadas ou *órfãos da Coroa*, tinham um destino comum: a luta por sobreviver a todo tipo de violência: trabalhos pesados, fome, doenças, condições insalubres, abusos sexuais e assassinatos (RAMOS, 2000).

Meninos e meninas eram considerados como uma mercadoria no comércio marítimo, pois:

Em uma época em que as meninas de 15 anos eram consideradas aptas para casar, e meninos de nove anos plenamente capacitados para o trabalho pesado, o cotidiano infantil a bordo das embarcações portuguesas era extremamente penoso para os pequeninos. Os meninos não eram ainda homens mas eram tratados como se fossem, e ao mesmo tempo eram considerados como pouco mais que animais cuja mão-de-obra deveria ser explorada enquanto durasse sua vida útil. As meninas de 12 a 16 anos não eram ainda mulheres, mas em idade considerada casadoura pela Igreja Católica, eram caçadas e cobiçadas como se o fossem. Em meio ao mundo adulto, o universo infantil não tinha espaço: as crianças eram obrigadas a se adaptar ou perecer (RAMOS, 2000, p. 48).

De fato, no Brasil, trabalho e infância estiveram de mãos dadas desde a colonização. Priore (2000) discute em seus estudos a afirmação social da infância pelo trabalho, ou seja, a noção de que existia um segmento diverso do dos adultos, no Brasil, se deu de forma diferente que na Europa estudada por Áries. Este autor apresenta a tese de que a infância, enquanto categoria social, se deu pela emergência da vida privada e da escolarização (ARIÈS, 2005). Priore (2000) argumenta que as teses européias não explicam o fenômeno em terras brasileiras porque:

[...] entre nós, tanto a escolarização quanto a emergência da vida privada chegaram com grande atraso. Comparando os países ocidentais onde o capitalismo instalou-se no alvorecer da Idade Moderna, o Brasil, país pobre,

apoiado inicialmente no antigo sistema colonial e posteriormente numa tardia industrialização, deixou sobrar pouco espaço para tais questões (p.10).

O trabalho foi um elemento histórico presente na infância brasileira que foi edificada sobre uma sociedade escravocrata, com conseqüências sociais expressas na profunda desigualdade que empurrava crianças para o trabalho. Em meio a um contexto de um sistema escolar elitizado e de ações governamentais e religiosas voltadas para o combate à pobreza, a partir da concepção de pobreza como desvio de caráter, o trabalho surge nesse cenário como forma de combater a preguiça, a vadiagem, o mau caráter por meio de uma política higienista e moralizadora:

Através do estabelecimento de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, buscar-se-á atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto, sobre o universo da pobreza, moralizando-o. A degradação das “classes inferiores” é interpretada como um problema de ordem moral e social. Garantir a paz e a saúde do corpo social é entendido como uma obrigação do Estado. A criança será o fulcro deste empreendimento (RIZZINI, 1997, p.27).

Não por acaso, essas ações refletiam os anseios da elite local ávida por galgar padrões civilizatórios, por isso, era urgente a salvação dos pobres pelo trabalho, transformado em virtude e cura para todos os males, conforme expresso nos estudos de Rizzini:

E o que determinava a virtuosidade e a viciosidade de um indivíduo era, não por acaso, o cultivo ou não do “hábito do trabalho” – uma das mais nobres virtudes dentro da “escala da moralidade” [...] Qual mãe e qual pai, por mais desnaturados que fossem, sabendo que seu filho se tornaria um criminoso, permitiria que ele crescesse no ócio? (RIZZINI, 1997, p. 80).

Rizzini mostra como o discurso sobre a virtuosidade do trabalho no combate a viciosidade era freqüentemente veiculado na época:

[...] Como todos sabem, o trabalho é um hábito adquirido...há conseqüências gravíssimas sobre indivíduos a quem aquelle habbito não esteja bem fixado. Há uma predisposição mais ou menos latente no indivíduo que se manifesta logo que encontre meio favorável... depois opera-se uma verdadeira transformação nesses indivíduos que passam a ser ociosos voluntariamente (GOMES apud RIZZINI, 1997, p. 81).

Daí que o trabalho infantil se gesta historicamente baseado em categorias morais. Rizzini recorre a Hugh Cunningham em seu estudo sobre a legislação inglesa para fundamentar essa assertiva. Para o autor: “Constava da legislação desde 1536 a determinação de que se pusessem as crianças a trabalhar a partir dos sete anos de idade, como uma forma de combater a ociosidade [...] as crianças deveriam ser criadas acostumando-se ao trabalho para que não se tornassem ociosas” (CUNNINGHAM apud RIZZINI, 1997, p. 83).

Com essas informações históricas é possível compreender a forte conotação valorativa que persiste nos dias atuais sobre o trabalho precoce como representação social positiva, tanto nas famílias empobrecidas quanto na sociedade em geral. Esse componente moral de combate aos vícios e a ociosidade, encoberta as raízes da exploração econômica e social do sistema capitalista. Por isso, a representação do trabalho infantil reveste-se de uma capa de ajuda, de auxílio, negando assim as possibilidades de pensar a exequibilidade de direitos à vida, à saúde, a escolarização, à infância.

A mudança no paradigma do trabalho infantil da esfera moral para a esfera político-social, como uma das expressões da questão social brasileira, é um fenômeno recente gestado na própria discussão da questão social como decorrência da desigualdade social engendrada pelo modelo de acumulação capitalista desde suas formas primitivas aos dias atuais. Essas transformações são refletidas em abordagens críticas como as de RIZZINI (1997), PRIORE (1991, 2000), PASSETI (1991), dentre outros estudiosos da questão, e do enfrentamento de segmentos da sociedade civil brasileira e de organismos internacionais.

Portanto, a partir da discussão sobre as questões sociais, podemos compreender o trabalho infantil em meio às relações contraditória intrínsecas do sistema capitalista. Como parte da questão social, o trabalho infantil decorre de uma multiplicidade de fatores. Segundo Kassouf (apud VIVARTA, 2003, p. 37) existem causas internas e externas: “Em casa, a renda

e a sua volatilidade, as dívidas, o tamanho da família, a estrutura familiar e as percepções e aspirações dos pais são os principais fatores”. As externas:

[...] englobam questões sociais e culturais da comunidade, a qualidade, o custo e o acesso às escolas e a demanda por Trabalho Infantil, afetada pela estrutura do mercado de trabalho e pela tecnologia [...] A escolaridade do pai e da mãe, a idade da criança e o número de irmãos mais novos são [...] as variáveis que mais afetam a probabilidade de a criança trabalhar (KASSOUF apud VIVARTA, 2003, p. 37).

Em estudo realizado pelo Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa – NAPP, do Rio de Janeiro e UNICEF (VIVARTA, 2003), os pesquisadores Caio Silveira, Carlos Amaral e Débora Campineiro, enfatizam dois aspectos do trabalho infantil na dimensão estrutural: o movimento de oferta e de demanda por trabalho infanto-juvenil. Do lado do segmento que oferta a mão-de-obra infanto-juvenil o fator propulsor é a pobreza da família, em razão do baixo nível de renda dos adultos, insuficiente para assegurar a sobrevivência do grupo familiar; acresce-se a isso a inadequação do sistema educacional brasileiro, incapaz de atrair e manter crianças das classes populares nas escolas. Como fatores subjacentes, existe o desejo da própria criança de procurar, por meio do trabalho, uma forma de cobrir despesas pessoais incluindo a possibilidade, sedutora do mercado, de ter acesso a determinados bens de consumo inacessíveis pela renda familiar. Um dado interessante é que esse mesmo estudo ratifica as reflexões de RIZZINI (1997) citada anteriormente, acerca da representação social do trabalho desde a infância como um valor moral, considerado como salvaguarda do caráter e do risco à ociosidade e práticas infracionais. Esse fator condicionante presente na sociedade reforça um sistema de valores que, se tornando inculcado na cultura, pode sobreviver como elemento sustentador da dominação.

Pelo lado da demanda por mão-de-obra infanto-juvenil, o estudo destaca a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho que permite espaços para inserção desse tipo de mão-de-obra; e, a ineficiência da fiscalização do aparato jurídico-institucional encarregado de

estabelecer e fazer cumprir as normas legais referentes ao Trabalho Infantil (SILVEIRA, AMARAL, CAMPINEIRO, 2000).

Na Amazônia, seja pelas abordagens críticas, seja pelo julgamento moral, os elementos históricos do trabalho infantil são encontrados, tanto na zona rural quanto na urbana, desde o Brasil colonial aos dias atuais, expresso no envolvimento de crianças e adolescentes em atividades agrárias e extrativistas - base da economia do Brasil colônia-, até as atividades industriais e de mineração dos dias atuais, como: extração e preparo da goma (borracha), caça, pesca, cultivo de roças, fabrico da farinha, coleta e tratamento da malva; carvoarias, olarias, serrarias, serviços domésticos, corte da cana-de-açúcar, marcenaria, garimpo, dentre outras.

2.3 O trabalho infanto-juvenil doméstico – uma face da pobreza no universo feminino

Dentre as várias formas de expressão do trabalho infanto-juvenil, uma se constituiu menos visível social e historicamente - o trabalho doméstico¹⁸. Essa forma de exploração da criança e do adolescente atinge majoritariamente o sexo feminino em uma associação direta entre o universo feminino e o trabalho doméstico, como uma situação dada naturalmente¹⁹. Essa naturalização se firmou a tal ponto que, o senso comum, elabora meios de afirmação e reafirmação dessa condição na própria cultura construindo modelos de explicação no imaginário popular como no exemplo mostrado por Fonseca (1993) sobre a divisão sexual do trabalho:

Segundo o folclore gaúcho, os camponeses tinham o costume de enterrar o toco seco do cordão umbilical da criança na cozinha ou no galpão, para que as gurias se tornassem boas e prendadas donas de casa e os guris peões ou lavradores vigorosos (p. 118).

¹⁸ Estudo realizado por Sabóia confirma esse dado com base no Relatório da ONU: “as crianças trabalhadoras que prestam serviços domésticos constituem o grupo de crianças mais esquecido” (SABÓIA, 2000, p. 23).

¹⁹ Naturalização no sentido de uma coisa dada, uma coisa posta, sem uma construção histórica.

A história da construção da racionalidade e do processo de dominação da natureza pelo homem, revela que nas sociedades primitivas, não era incomum que homens e mulheres realizassem atividades distintas, resultando uma divisão natural do trabalho: “Numa família e posteriormente numa tribo surge uma divisão natural de trabalho, em virtude das diferenças de sexo e de idade, uma divisão de base puramente fisiológica” (MARX, 2006, p. 406). Contudo, essa divisão do trabalho não pode ser entendida somente em termos de papéis sexuais, mas também, no âmbito da cultura. Assim, trata-se de desconstruir a associação direta mulher e atributos naturais, que a concebe como se estivesse mais próxima às leis da natureza.

Estudos recentes sobre gênero mostram o caminho percorrido pelas pesquisas e movimentos feministas para romper com o paradigma da naturalização do feminino:

A origem das novas questões em torno da identidade do homem e da mulher iniciou há dois séculos com o nascimento das democracias ocidentais e a luta pelo princípio de igualdade [...] A queixa ao tratamento desigual centrada na divisão sexual do trabalho foi substituída pela regra da não-distinção [...] Antes, havia certeza no paradigma que designava a mulher a dar a vida e o homem a dar-lhe proteção. Hoje, a única diferença subsiste: a maternidade. O gestar filhos é próprio da mulher [...] É quando a categoria gênero desponta nas análises das diferenças sexuais, incorporada a uma perspectiva de construção cultural e social, tornando-se, destarte, a tecnologia libertadora das identidades formuladas até então sobre homens e mulheres [...] neutralizando-se o conteúdo anterior baseado na diferença naturalizada (ÁLVARES e D’INCAO, 1995, p. x, xii).

Contudo, não se trata de negar a diferença, a assimetria constitutiva entre os gêneros, mas por em discussão as razões que levaram múltiplas culturas a internalizar, como aptidão natural de mulheres, os cuidados com a criança e o espaço doméstico. Há uma profícua análise dessa problematização em estudo recente de Heilborn (2004) que busca respostas em vários estudos sobre gênero que incluem a hierarquia, o valor, a assimetria entre as relações de gênero. Contudo, a posição da autora se firma sobre as construções que dão “reconhecimento de uma elaboração realizada pelo social sobre o biológico” (HEILBORN, 2004, p. 32).

O conceito de gênero proposto por Heilborn (2004, p. 19) joga luzes sobre a desconstrução dessa naturalização. Ela diz “o termo convencionado significa a dimensão dos atributos culturais alocados a cada um dos sexos em contraste com a dimensão anatomofisiológica dos seres humanos”. Portanto, as objetivações do feminino e do masculino em cada sociedade não pode ser entendida sob uma visão determinista natural e sim numa perspectiva de escolha cultural sem qualquer relação com um “atavismo biológico” (HEILBORN, 2004, p. 19).

Além disso, a ausência de uma visão crítica da realidade fomenta juízos de valor sobre as condições de vida e de reprodução social. É muito comum considerar a inserção de crianças e adolescentes no trabalho doméstico na perspectiva de uma solução mais acessível para amenizar a pobreza do que um problema decorrente, em grande parte, desta. Por isso, não é incomum que o trabalho infanto-juvenil doméstico pareça inócuo, altamente tolerável pelas famílias, pelo poder público e pela sociedade.

Por outro lado, a exploração de crianças no trabalho doméstico ocorre no espaço privado, portanto, menos visível se relacionado ao trabalho realizado na rua, nas carvoarias, nos canaviais, nas olarias, entre outros, mais expostos aos olhares da sociedade.

Neste estudo cabe, tão somente, compreendermos criticamente o processo da divisão sexual do trabalho como o estabelecimento de relações no âmbito da construção social, diferenciadas entre o homem e a mulher, com configurações que tenderam a secundarizar o valor da atividade realizada pela mulher seja na perspectiva de trabalho produtivo, seja na perspectiva de espaços público e privado, pois:

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas estas contradições, e a qual por sua vez assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a *repartição*, e precisamente a repartição *desigual* tanto quantitativa como qualitativa, do trabalho e dos seus produtos, e portanto a propriedade, a qual já tem seu embrião, a sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são os escravos do homem (MARX & ENGELS, 1984, p. 36, 37).

Nos interessa examinar dois aspectos pertinentes à divisão do trabalho: a divisão sexual do trabalho e a oposição entre o público e o privado. Essa relação de oposição entre o trabalho do homem e o trabalho da mulher, traz implícita, uma polarização de relações desiguais entre casa-rua, privado-público, improdutivo-produtivo. Todavia, essas relações desiguais são parte de um mesmo processo histórico de relações produtivas, que se cruzam e se dicotomizam. Historicamente, a tríade trabalho-masculino-público passa a agregar valor produtivo enquanto que o espaço privado consolida-se como a esfera não produtiva. Para o modo de produção capitalista, o trabalho produtivo é aquele que gera lucro para o detentor dos meios de produção.

No que concerne à dicotomia público-privado, Arendt (1991), acrescenta uma profícua discussão. Segundo essa autora, desde a antiguidade, especialmente no surgimento da cidade-estado na Grécia, havia uma nítida separação entre a vida privada e a vida pública, em formas não só distintas, mas opostas entre si, que correspondia ao âmbito familiar e ao político respectivamente. O público representava o lugar do exercício da afirmação do homem livre, do discurso (*lexis*), no qual a persuasão pela palavra era a lógica das relações entre os homens. De forma contrária, o privado, era o lugar da ação (*práxis*) em oposição ao *lexis*, isto é, o discurso da esfera pública. Na esfera privada, encontravam-se aqueles que se encarregavam da reprodução das condições de sobrevivência – a mulher (reprodução biológica) e os escravos (reprodução material) onde grassava o poder absoluto e ilimitado do *paterfamilias*, o *dominus* (p. 36). Para a autora:

O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio; e ambas estas funções naturais, o labor do homem no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar. (ARENDDT, 1991, p. 40).

Assim, o espaço privado situava-se no campo das necessidades à manutenção da vida, da privação marcada pelo poder, pela violência e pela submissão em oposição à esfera pública que representava o lugar da liberdade e da igualdade. Arendt (1991) explica que:

A polis diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer “iguais”, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão. Assim, dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois o chefe da família, seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais (p. 41 e 42).

A autora ressalta que a concepção de público e de privado dos gregos não corresponde às mesmas noções no mundo moderno, pois, o privado passa a ser relacionado mais com a noção de intimidade, de preservação da individualidade do que propriamente com a ausência de liberdade e, a ascendência da vida doméstica transpõe para o espaço público as questões até então relativas a economia doméstica como coisa coletiva. Nas palavras da autora: “No mundo moderno, as esferas social e política diferem muito menos entre si [...] as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida” (ARENDR, 1991, p. 42, 43).

Para este estudo, a compreensão histórica da construção desses dois espaços sociais colaboram no entendimento do caminho percorrido socialmente pela mulher e pelo homem em relação às posições ocupadas na esfera pública, isto é, na dimensão em que o ser humano era considerado verdadeiramente humano, livre, cidadão, na qual inscreveria sua passagem pelo mundo pela superação da simples necessidade da vida biológica, portanto, em oposição ao homem político: “Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias – não somente porque eram a propriedade de outrem, mas porque a sua vida era laboriosa, dedicada a funções corporais”(ARENDR, 1991, p. 82, 83).

Assim, um longo caminho histórico é percorrido pela mulher, de segregada ao espaço doméstico para a esfera pública, política, em que conquista o direito à escolarização,

participação na vida civil, no trabalho fora do lar. Paradoxalmente, a entrada da mulher na esfera pública, ficou a passos largos da noção de igualdade e liberdade já que essa relação não implica apenas em uma relação de gênero, mas também de classe social e de poder. A absorção massiva da mão-de-obra feminina na indústria, de forma extenuante é um exemplo histórico que ocorreu tanto no continente europeu quanto nos países colonizados, como o Brasil, onde:

A partir de 1840, com o aumento das fábricas de tecidos, era cada vez maior o número de mulheres e de menores na indústria, ganhando salários inferiores aos homens [...] Com o término do regime escravagista, inicia-se um processo de organização racional de um mercado assalariado, condição básica para que as relações capitalistas de produção pudessem dominar plenamente a economia brasileira. Este mercado de trabalho é formado por imigrantes, cuja vinda para o país é fomentada a partir de 1888, e pela população pobre das cidades, inclusive mulheres e crianças (RIZZINI, Irma, 1993, p.31).

Não por acaso, as mulheres pobres tiveram, historicamente, menores possibilidades de acesso ao estudo, à profissionalização. Com baixa ou nenhuma qualificação, restava-lhes os postos de serviços não-especializados e ocupações que exigiam baixo nível de instrução e escolaridade. Nessa posição, a mulher tornava-se sujeita a um trabalho com alto grau de exploração e alienação (WEIL, 1979).

Da mesma forma, grande parte delas, estenderam as tarefas domésticas realizadas na própria casa para a casa de terceiros, numa nítida prova da herança escravagista²⁰, que, no Brasil teve algumas particularidades como a manutenção de criança filhos de escravas na casa dos senhores, segundo as pesquisadoras Martha Abreu e Alessandra Martinez (1997), o que

²⁰ Souza (2003, p. 157) referindo-se aos impactos da passagem da população escrava para a condição de liberto, retoma Florestan Fernandes para mostrar as dificuldades de adaptação a nova ordem competitiva extremamente desfavorável aos negros que teriam que disputar com os migrantes estrangeiros o mercado de trabalho “Nesse contexto, as mulheres ainda tinham comparativamente mais chances de acesso ao mercado de trabalho do que os homens, pelo quase monopólio dos serviços domésticos, única área onde a competição com o imigrante não era significativa”.

explica a existência de um contingente de mulheres ex-escravas e filhas de escravas, confinadas, pela condição econômica, em casa de patrões, como *crias*²¹, empregadas.

Um estudo realizado por Rosa Ribeiro e Ana Lúcia Sabóia (1993) sobre o trabalho de crianças e adolescentes comprovam que o trabalho doméstico já se inscrevia no rol das tipificações de trabalho infanto-juvenil desde a década de 80, confirmando a estreita relação do trabalho doméstico com o gênero feminino e sua desvalorização em relação ao trabalho realizado por homens, conforme demonstra o trecho a seguir:

[...] enquanto 39% das mulheres de 10 a 17 anos, ocupadas, ganhavam até ½ salário mínimo por mês, 35% dos homens na mesma faixa de idade ganhavam mais de 1 salário mínimo. Esta desigualdade na área urbana é parcialmente explicada pelo grande peso da ocupação de empregada doméstica no conjunto das atividades exercidas pelas mulheres de 10 a 17 anos. [...] esta ocupação é a que mais empregava meninas e jovens nesta faixa de idade, 35% delas, com um salário médio de 0,4% salários mínimos [...] entre 1981 e 1989 esta ocupação manteve o primeiro lugar no ‘ranking’ das ocupações femininas [...] (RIBEIRO e SABÓIA, 1993, p. 35).

O processo de desvalorização do trabalho doméstico, construído historicamente, tem marcas particulares, com variações culturais dependendo do contexto histórico. Na região amazônica, era comum, no início do século passado, a prática de ter uma “cria da casa” geralmente vinda do interior do Estado, conforme revela um estudo feito por Figueiredo (2000) sobre sociabilidades da infância na Amazônia:

A família ía completa (para o arraial de Nazaré) e, muitas vezes, as meninas mais ricas levavam consigo, como “acompanhantes”, as “crias da casa” – fosse uma empregada ou uma “irmã adotiva”, revelando um costume muito arraigado não só na Amazônia como em outras partes do Brasil, por meio de uma eficiente “circulação de menores” oriundas de famílias mais pobres (p. 340).

Bezerra Neto (1995) em estudo sobre práticas e representações sociais sobre a educação feminina destinadas a crianças órfãs e jovens de setores abastados da cidade de

²¹ O termo *cria* é também expressado como *cria da casa*. O seu uso é muito freqüente na cidade de Belém para designar meninas que vêm do interior do Estado para morar numa casa que não é a sua família de origem. Utilizado por Aldrin Moura de Figueiredo (FIGUEIREDO, 2000, p. 340).

Belém em fins do século XIX, em educandários católicos²², revela dois elementos históricos importantes para este estudo: a primeira é a segregação social de meninas pobres em relação às ricas, mesmo que fisicamente próximas, corroborando o que já foi indicado por Figueiredo (2000) e, a segunda, diz respeito a educação destinada à ambas: amor e dedicação “à família, à instituição eclesiástica e à figura masculina” (BEZERRA NETO, 1995, p. 8). O trecho a seguir faz parte de informações coletadas por Bezerra Neto no jornal católico A Boa Nova, de 23 de março de 1878 de um pronunciamento do presidente da província, Bandeira de Mello:

Atualmente estão ali reconhecidas 60 meninas que, com o sustento material recebem gratuitamente a educação intelectual, moral e religiosa. Além das órfãs e meninas desvalidas conta já o Asylo muitas meninas pensionistas, que ali recebem educação esmerada e vivem completamente separadas daquelas. Embora seja o mesmo estabelecimento parece-me racional esta divisão, visto como ela é exigida pelas diversas condições da sociedade. O Asylo das órfãs é inteiramente distinto do colégio, onde são educadas as pensionistas (BEZERRA NETO, 1995, p. 11).

O processo socializador para meninas seguia um mapa instituído pela sociedade, legitimado pelo Estado e pela Igreja: meninas ricas eram disciplinadas para a maternidade e o cuidado do lar enquanto que as meninas pobres eram enviadas para o trabalho doméstico, conforme mostra Bezerra Neto (1995): “enquanto as pensionistas usufruíam de uma ‘educação esmerada’ que lhes possibilitava a condição de ‘damas de salão’, compatível com suas condições econômicas mais favoráveis, as órfãs desvalidas deviam ser preparadas para o mundo do trabalho” (p. 15).

Almeida (2001) ao estudar a representação da mulher negra na obra de Marques de Carvalho, fornece informações sobre a relação de mulheres pobres e negras com o trabalho doméstico:

Em meio a um ambiente citadino, onde o projeto de modernização traçado pelas elites fazia-se presente, as mulheres negras desenvolviam atividade profissionais diversas a fim de prover sua subsistência e, muitas vezes, a da família: eram lavadeiras, vendedeiras, criadas, prostitutas etc (ALMEIDA apud ALMEIDA, 2001, p. 367).

²² Segundo Bezerra Neto (1995) o Asilo Santo Antonio foi fundado em janeiro de 1878 no prédio do convento de Santo Antonio abrigo “meninas órfãs e desvalidas” (p. 10).

No mesmo estudo Almeida continua:

[...] homens e mulheres do povo percorriam ruas, praças, largos, residências e demais lugares da cidade, em meio a luta cotidiana pelo seus sustentos e de suas famílias. Aguadeiros, vendedeiras de doces e refrescos, sapateiros, cozinheiros(as), feirantes, pedreiros, serventes, empregados (as) domésticos, jardineiros, enfermeiras etc buscavam sistematicamente desenvolver atividades remuneradas com o objetivo precípua de reduzir seus sacrifícios (ALMEIDA, 2001, p. 369).

Historicamente marcada como uma atividade laboral desvalorizada, o trabalho doméstico é tratado desigualmente dentre outros tipos de trabalho. A legislação brasileira apresenta três tipos de trabalho: - o trabalho urbano, o rural e o doméstico. Dentre esses, o doméstico é o que apresenta a menor proporção de garantia de direitos²³. Podemos considerar que esse é mais um elemento constitutivo das relações sociais do trabalho doméstico que concorre para a formação de subalternidade e estigma, pois dá suporte para a elaboração de representações sociais em três níveis: do ponto de vista produtivo - na ótica capitalista-, é considerado como uma atividade que não agrega valor porque não gera lucro diretamente; culturalmente é uma atividade percebida de forma naturalizada como trabalho feminino; e, legalmente é quase integralmente desprovido de proteção social-legal em relação ao trabalho urbano.

²³ Constituição Federal de 1988, artigo 7º.

3. Componentes sócio-históricos da Amazônia e a naturalização do trabalho infanto-juvenil doméstico

Um olhar para a história da formação econômica, política, social e cultural da Amazônia nos instiga pensar sobre a possibilidade da correlação entre o processo que ocorreu nos cinco séculos de sua colonização e a prática presente nos dias atuais, de alocar crianças e adolescentes de cidades da zona rural no trabalho doméstico na capital, como crias, criadas, empregadas domésticas.

Em relação ao período da colonização na Amazônia, podemos destacar as práticas colonizadoras de capturar o indígena e o negro africano para a servidão aos colonizadores e missionários, seja na condição de escravo ou de liberto, para utilização em atividades extrativistas, agrícolas, domésticas e na conquista do território.

A formação econômica, política e social do Brasil foi marcada por um processo denominado de modernização tardia ou periférica. No século XVI, enquanto a Europa mercantilista implementava sua economia com políticas de fortalecimento de seu capital mercantil, dentre as quais, a exploração das colônias fornecedoras de matéria-prima para sua indústria nascente (HUBERMAN, 1983), o Brasil figurava no mapa das conquistas mercantilistas como fornecedor de produtos, com uma economia baseada no extrativismo.

Na Amazônia a colonização se deu de forma diversificada nos estados que a compõem em razão das diversas forças políticas interessadas em obter lucros sobre as riquezas das terras do novo mundo. Sucedeu-se assim políticas diferenciadas, da metrópole, para cada região por meio da contabilidade da relação custo *versus* benefício e, ainda, em razão de condições ambientais favoráveis ou adversas em cada região para o desenvolvimento da agricultura ou do extrativismo das chamadas drogas do sertão. Nesse processo, a escravização do homem

original da terra, ou melhor dizendo, dos primeiros habitantes – os indígenas, e sua subordinação ao modelo de ocupação, foi o primeiro passo no processo de exploração da região. Segundo Vicente Sales (1971) o primeiro século de ocupação da Amazônia foi marcado pela escravização do indígena:

Belém não poderia subsistir, como ponta de lança contra a floresta, se não houvesse em tórno a lavoura de mantimentos. Assim, instaladas no Forte do Presépio, os portugueses cuidaram de trazer alguns colonos para iniciar os trabalhos agrícolas – a cargo de mão-de-obra escrava. Paralelamente, foram deslocados alguns missionários, destinados a contactar os selvagens das redondezas [...] os portugueses queriam dominar os indígenas e reduzi-los à escravidão; os jesuítas também pretendiam-nos para si (SALLES, 1971, p. 4).

No contexto da colonização da Amazônia, a escravização do indígena era aceita “naturalmente”, pois fazia parte da lógica da conquista e exploração das terras encontradas no novo mundo, uma vez que “Pela organização do trabalho colonial, não podia ser dispensado o braço servil” (SALLES, 1971, p. 5).

As práticas atuais de trazer meninas do interior dos estados para as capitais como crias, criadas e empregadas domésticas seguem uma lógica com aspectos semelhantes. Ambos os fenômenos históricos guardam entre si características correlatas: o arremetimento de meninas por um intermediário ou entregues pelas próprias famílias; o afastamento das meninas de seus vínculos primários; impactos da mudança para a vida na cidade etc., conforme discutiremos neste item. O depoimento a seguir exemplifica a manutenção dessa prática nos dias atuais com roupagem nova, mas com fortes raízes na relação de servidão dos indígenas e africanos ao tempo da colonização:

Lá era uma ilha, né. Então eu vivia lá com meus pais, meus pais, nós era muito filhos e a minha mãe teve 9 filhos. Então como era tudo escadinha, né, quando eu tinha 8 anos, uma senhora que veio de Portugal com o esposo dela – eles casaram e vieram aqui pro Brasil-, então ela murava só e ela me pediu da minha mãe. Como era 9 filhos, muito filhos, muita gente em casa e ela me pediu pra mim ir morar com ela, e eu fui, fui morar com essa família – essa portuguesa e esse português. Eu tinha 8 anos (Entrevistada 2).

A facilidade com que essa família entregou uma criança de 8 anos para uma família de terceiros - nesse caso, no final da década de 1920-, como cria, pode revelar traços de uma sociabilidade que foi moldada em meio a um padrão de relação social servil praticada desde o período colonial. Essa ação objetivada da família - que insere a filha num sistema de circulação no âmbito do trabalho doméstico-, reflete relações sociais constituídas no processo histórico da formação, econômica, política, social e cultural da Amazônia que teve em sua base uma profunda desigualdade econômica e social, marcada nitidamente por diferenciações étnicas com a escravização do indígena e do africano pelo europeu branco, num cenário em que o trabalho servil indígena foi a primeira opção dos colonizadores na conquista da Amazônia.

O extrativismo praticado intensamente na Amazônia - com as chamadas drogas do sertão, arregimentava a mão de obra indígena, por serem os melhores conhecedores da floresta em comparação aos negros também escravizados, mas que eram mais onerosos para os colonos uma vez que precisavam se adaptar a essa atividade. Criou-se então a chamada indústria da descida ou descimentos²⁴ como período de intensos massacres dos indígenas (SALLES, 1971). Já nesse momento histórico, é possível identificar certos traços marcantes da relação de dominação que puderam compor as atuais formas de exploração de crianças e adolescentes no trabalho doméstico: a exploração do indígena masculino nas expedições para o interior da floresta e das mulheres índias no trabalho doméstico, conforme nos relata Salles:

As tropas de resgate não conheceram limitações. A penetração na floresta e a navegação nos rios amazônicos só poderiam ser realizadas com sucesso com a colaboração do indígena. Foi o que se fez. Conhecedores da floresta e hábeis navegadores, os selvagens acabaram transformando-se no melhor aliado dos portugueses na conquista da Amazônia: os homens usados para o trabalho servil, quase sempre longe de suas mulheres, que eram reduzidas à servidão doméstica ou ainda usadas como concubinas dos colonizadores (SALLES, 1971, p. 8).

²⁴ Expedição que adentrava o interior da floresta em busca de indígenas para escravização (HOUAISS, 2001).

Assim, o chatinamento²⁵ de índios - também denominados de peças do sertão e negros africanos, foi o marco histórico da política de colonização da Amazônia nos primeiros séculos, cuja participação indígena foi predominante em relação ao escravo africano, diferentemente de outras partes do país, em que a presença do escravo africano foi maior (SALLES, 1971).

Na Amazônia, a escravização do indígena nos primeiros séculos assumiu feições de barbárie, em um grau elevado de espoliação que levou a extinção de inúmeras tribos, além de um processo de desagregação das populações indígenas de seus grupos de origem mesmo com a existência de leis e alvarás que foram criados não para impedir o massacre, mas para tentar frear a dizimação desses povos. Segundo Salles:

Pela Lei de 8 de abril de 1688 a metrópole determinou que todos os anos se fizessem resgates nos sertões e que os índios resgatados se repartissem entre os moradores, ‘pagando estes o custo de cada um deles’. Tal prática sempre foi considerada como a mais adequada para satisfazer as necessidades dos moradores e aquietar as consciências (SALLES, 1971, p. 16).

A escravização permitia ao colonizador o pleno mando sobre os colonizados: índios e africanos. Contudo, essa dominação encerra contradições e conflitos na relação de poder dos colonizadores, mas também de resistência dos escravizados, objetivada na luta, na fuga, no suicídio, na segregação ou no ato de sucumbir por meio da subjugação, da subalternização, do amansamento²⁶, da aceitação do jugo tanto pela força física quanto pela ação dos missionários, em especial, os jesuítas, que, sob o manto da doutrina cristã arrebanhava os indígenas para as suas propriedades “impondo-lhes um jugo brando, segregando-os até onde possível, dos europeus” (AZEVEDO apud SALLES, 1971, p. 4).

²⁵ Chatinamento é uma expressão usada por Vicente Salles (SALLES, 1971, p. 11) para designar, segundo Houaiss (2001), fazer comércio com; negociar; negociar desonestamente. No texto refere-se ao comércio de índios e negros na época da colonização.

²⁶ Amansamento: expressão utilizada por Vicente Salles referindo-se a domesticação dos índios hostis aos colonizadores (1971, p. 62).

Tanto no período colonial quanto na contemporaneidade, resistência e subjugação são partes contraditórias do mesmo processo de dominação. Se, na época da colonização a captura dos indígenas, inclusive com a utilização dos preadores²⁷ fazia parte de um amplo esquema de manter a escravização, nos dias atuais, os preadores (com suas distinções da época atual) são homens e mulheres que além do comércio de mercadorias do interior do estado para a capital, se ocupam da tarefa de arregimentar meninas para colocação no trabalho doméstico, atuando como atravessadores, tal como pode ser encontrado no depoimento a seguir:

[...] tinha um senhor pra lá que ele sempre quando via assim já mocinha, ele procurava [...] procurava querer trazer. Aí ía com os pais [...] trazia sempre as meninas de lá pra se empregar pra cá [...] Ai ele pegou disse que era pra mim vim que ía servir de babá. Ele foi lá em casa, a mamãe perguntou se eu queria. Eu disse que eu queria vim. Aí foi que eu vim com ele, isso foi *pesque* [parece que] em 40 e, num sei se foi em 48, por ai assim, num me lembro bem a data [...] Aí foi que eu vim, ele me levou pra casa duma senhora, era até lá no Largo da Trindade [...] Um dia eu vi ele, eu tava assim e aí vi ele passar olhando assim. Eu digo: olha o seu T. ! Mas eu não vou também falar nada. Ai depois disso nunca mais eu vi ele [...] depois que eu vim ele ainda trouxe também mais outras meninas [...] ih, muitas meninas de lá ele trazia (Entrevistada 5).

A narrativa da Entrevistada 5 expõe a figura do intermediário entre a família que entregava e a família que recebia crianças e adolescente para o trabalho doméstico. Contudo, na época da colonização havia uma política escravagista da metrópole que institucionalizava a escravização tanto do indígena quanto do negro africano. A escravização de ambos era fato aceito como “natural”, ou seja, eram vistos apenas como mão-de-obra necessária para o trabalho. Nos dias atuais, ao contrário, não há uma carta régia, lei ou alvará que dê sustentação para essa prática, há sim um conjunto de leis que proíbe o trabalho infantil e a circulação de crianças sem a devida posse da guarda. Porém a realidade contradiz as leis, pois a utilização de crianças e adolescentes no trabalho doméstico, a doação de crianças para família de terceiros em solo amazônico é uma prática recorrente, realizada de forma

²⁷ Segundo Salles os preadores foram referidos por La Condamine (1944, p.5 apud SALLES, 1971, p. 15) como os “Piratas do Pará”. Eram os denominados homens que se embrenhavam na mata para capturar os indígenas (SALLES, 1971, p. 5).

naturalizada, aceita como inócua e considerada, na maior parte das vezes, como de ajuda mútua.

Qual o elemento compulsório para a manutenção desse fenômeno histórico até os dias atuais? Qual o peso do legado colonialista sobre o amazônida da contemporaneidade e a naturalização da prática de entregar seus filhos e filhas para o trabalho doméstico na cidade em casa de terceiros?

As raízes sócio-históricas da escravização dos indígenas são elementos importantes para se pensar a constituição de uma sociabilidade marcada por uma concepção identitária diversa daquela vivida pela sociedade tribal. Imerso em sua cultura nômade e voltada para a subsistência, para a arte, para a ludicidade, a sociedade indígena foi violentamente atingida na sua cultura pela imposição do modo de produção mercantilista do colonizador – forma primitiva do capitalismo, cuja lógica era o ganho pecuniário. Nesse processo, os primeiros habitantes da Amazônia foram aviltados em todas as dimensões da vida humana ao serem escravizados. A captura, o aprisionamento, os trabalhos forçados, os castigos físicos, a inculcação do medo e da obediência obliteraram em grande parte a cultura indígena, pela violência da chacina, do massacre, pela cooptação e extinção de tribos inteiras. A cultura indígena em sua diversidade étnica foi inescrupulosamente simplificada na representação do colonizador capitalista como um povo preguiçoso, sedentário, dado ao prazer, inábeis para o trabalho, conforme indica o relato a seguir: “[...] a providencia de se aplicarem índios a soldada sai pouco mais que inútil; pois os índios, que conhecem a liberdade, e são de natureza preguiçosos não há quem os meta a caminho, fogem do trabalho para a ociosidade; não param em casas particulares [...]” (Visitas Pastorais, 1960, p. 159 apud SALLES, 1971, p. 26).

O modo de ser do indígena era improdutivo do ponto de vista dos colonizadores que chegavam ávidos por braços nos seus empreendimentos, por isso eram capturados à força ou amansados. A sociedade indígena continuou perecendo mesmo após as ordenações do

Marques de Pombal para eliminação da escravidão indígena. A transição histórica do índio da condição de escravo para homem livre parece ter pouco alterado a sua posição de dominado na relação com o colonizador. Vicente Salles (1971, p. 27) cita um trecho de Handelman no qual se refere as condições dos indígenas pós escravidão:

[...] eles agora se diziam cidadãos livres, com igualdade de direitos, porém tanto quanto antes, deles se abusava como escravos do estado a serviço dos seus concidadãos brancos, durante seis meses por ano; além disso, agora tinham que entregar um décimo do fruto de seus trabalhos à coroa, uma sexta parte das sobras ao diretor, e este diretor não era para eles nenhum patriarca, como o era antes o missionário, porém imperava como um feitor de escravos, interesseiro, de coração duro (HANDELMANN, 1931 apud SALLES, 1971, p. 27).

A condição de liberto não o livrou da dominação que sofria como escravo tal como o servo que ao se tornar livre do feudo, encontrou-se despojado dos meios de produção necessários para sua reprodução social. Por via semelhante, o indígena amazônida foi enredado num processo de espoliação, permanecendo atado ao poder dos senhores numa sociabilidade da obediência, da disciplina - o chamado amansamento, como meio de conservar a sua reprodução material e social.

Por sua vez, a introdução massiva do escravo africano, no governo de Mendonça Furtado, em 1755, com a criação da Companhia Geral do Comércio Grão-Pará e Maranhão, por inspiração de seu irmão Marques de Pombal, instituiu o tráfico de escravos africanos em larga escala, e acrescentou um novo conjunto de elementos sócio-históricos à sociabilidade do amazônida. A estratégia de substituir a mão-de-obra indígena por escravos africanos foi um empreendimento difícil e caro aos colonizadores. Os negros africanos arrancados de sua terra, de sua cultura para a servidão no novo mundo e lançados para a longa travessia oceânica, raramente chegavam saudáveis à região, especialmente em Belém (PA) já que os navios negreiros atracavam primeiramente o porto de São Luis (MA) onde ficava a maior parte deles (SALLES, 1971). Os custos da viagem e o pagamento de impostos faziam com que o empreendimento chegasse a um patamar de custos elevados. A propriedade de um escravo

africano chegou a ser signo de posição social entre os colonizadores, fossem os mais abastados ou não, conforme trecho da Carta dos diretores da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão citado por Salles a partir da obra de Mendonça:

[...] E isto aumentava os lucros da companhia, uma vez que os moradores esperavam ansiosamente os navios negreiros para comprar os escravos – “porque como têm a certeza de que nunca mais hão de ter escravos índios, desejam fornecer as suas fazendas, com outros que lhes sejam duráveis, e assento firmemente que se hoje entrassem três ou quatro navios neste porto, em menos de um mês teriam consumo, porque não só os senhores de engenho e lavradores maiores os haviam de comprar, mas até os pobres fariam os últimos esforços por comprarem ao menos um, porque além da conveniência que lhes faz esta gente, reputam por honra o terem escravos, que no modo de imaginar destes povos, não é pequeno objeto para fazerem quanto no possível pelo adquirir” (MENDONÇA apud SALLES, 1971, p. 36).

Na lógica capitalista o africano diferia do indígena na sua inserção ao trabalho. Enquanto o negro era demandado para a lavoura, por meio de uma concepção biologizante do tipo físico, da força motriz necessária ao trabalho braçal, o índio era utilizado no extrativismo pelas habilidades como profundos conhecedores da região. Como habitantes da floresta, os indígenas eram hábeis nas técnicas do nado, na procura por comida e água, na formação de trilhas, na navegação e nos segredos da cura e da morte no meio da floresta.

O índio descortinou um novo modo de vida àqueles homens ignorantes das técnicas nativas da América. Em termos de desempenho físico, o indígena ensinou aos primeiros sertanistas, singularidades importantes para atenuar os desgastes das marchas, revelando-lhes novas formas de pisadura que não concentravam esforços excessivos em poucas juntas ósseas, propiciando um trabalho mais generalizado das articulações dos pés, diminuindo assim as possibilidades de surgimento de lesões tendíneo-ligamentosas, bem como das dores que as acompanham, o que por fim favorecia o aumento das distâncias percorridas [...] os sertanistas aprenderam a usar o arco e a flecha, instrumentos que até então não haviam utilizado (PACHECO NETO, 2002, p. 20).

A partir dessa representação calcada nas concepções capitalistas de exploração do trabalho humano os colonizadores organizaram uma certa divisão do trabalho que dicotomizava negros e indígenas, conforme explica Tavares Bastos ao referir-se a supremacia das atividades extrativistas sobre a economia agrária na Amazônia colonial:

[...] a indústria mais produtiva do Amazonas, a extração e fabrico da goma elástica, não é produto do trabalho escravo; é o índio ou o mameluco, que a preparam e vendem nos portos fluviais aos mercadantes do Amazonas. O escravo existe em algumas povoações, em engenhos de açúcar, e na pequena lavoura de gêneros alimentícios (TAVARES BASTOS, 1937, p. 198 apud SALLES, 1971, p. 58)

Nessa divisão do trabalho, a utilização da mão-de-obra africana e a do indígena oscilava como um pêndulo, ou seja, quando as lavouras e engenhos pereciam por falta de investimentos suficientes que garantissem seu desenvolvimento, o emprego de escravos africanos decaía, cujo preço para esta região tornava-se mais elevado em razão dos custos e impostos sobre o processo de aquisição. O inverso também acontecia, ou seja, “em certos períodos de crise nas atividades extrativistas, como durante a queda do ciclo das *drogas do sertão*. Mais tarde o ciclo da borracha reativou extraordinariamente a economia extrativista, enquanto as lavouras e os engenhos entravam em colapso” (SALLES, 1971, p. 58-59). Essa foi uma das razões, dentre várias, para a menor presença de escravos africanos na Amazônia do que em outras regiões do país, como em Minas Gerais, por exemplo.

Além disso, é preciso considerar que entre os indígenas e os africanos, há uma diversidade de etnias, que se fragmentaram e se cruzaram na Amazônia colonial, marcando a sociabilidade daí resultante. Um exemplo disso é a presença de negros libertos vindo da região do Caribe por meio de um movimento migratório dirigido da colônia inglesa de Barbados. A inserção social desses negros foi bastante distinta da dos escravos, pois falavam o idioma do colonizador inglês e se inseriram fora da posição de escravos, deixando contribuições nas artes, no magistério, na economia (SALLES, 1971, p. 59).

Outro marco diferencial é o registro de escravos africanos trazidos por famílias portuguesas da praça de Mazagão²⁸, em 1769, segundo informa Salles:

Essas famílias mazaganistas, e seus escravos, foram responsáveis pela introdução de numerosos elementos culturais na Amazônia. Em 1773, por exemplo, realizaram magníficas comemorações na Nova Mazagão durante as

²⁸ No sul do Estado do Amapá localiza-se o atual município de Mazagão que engloba 17 povoados, dentre os quais Mazagão e Mazagão Velho (wikipedia.org).

quais houve representação de cavalcada de Mouros e Cristãos [...] Até hoje os negros daquela região promovem torneios de cavalhadas, mantendo ainda a tradição do *marabaxo*” (SALLES, 1971, p. 57-58).

O domínio do colonizador sobre índios, negros africanos e descendentes mestiços, não cessou com a abolição da escravidão em 1888, pois “Após essa lei, ainda houve, durante muito tempo, certa retração de parte a parte, que retardou a integração do negro na comunidade amazônica e não lhe deu consciência de homem livre” (SALLES, 1971, p. 135).

Não são poucos os registros de resistência do negro e do indígena ao domínio de seus senhores, contudo, o “amansamento” do índio e a submissão do negro e seus descendentes também foram marcantes para enfrentar o domínio senhorial na ancestralidade do mando e da obediência. A obediência era o passaporte para a sobrevivência no jugo senhorial. Nesse processo, a submissão “naturalizou-se”, constituindo um modo de ser no qual subalternizar-se representava a opção mais favorável à sobrevivência.

Da posição de escravo para a de homem liberto, os índios, os negros e os mestiços continuavam a compor a base da mão-de-obra da economia amazônica, ainda essencialmente extrativista principalmente pela coleta do látex e do cacau. Passa então a vigorar um sistema de trocas que prescindia da moeda corrente. Tratava-se de um tipo de fornecimento de créditos conhecido como aviamento. De forma simplificada, o aviamento consistia numa transação comercial na qual o extrator dos produtos entregava sua produção a um intermediário e recebia em troca o pagamento em mercadorias. Praticamente não havia a presença de dinheiro ou seu equivalente (SANTOS, 1980). As relações sociais que se estabeleciam nesse sistema seguiam a ordem social decorrente da escravização do indígena, pois também instituía uma completa subordinação do extrator aos demais membros da cadeia comercial em razão do controle do processo pelo patrão, por meio do preço do produto extraído, do preço das mercadorias recebidas, da administração da contabilidade; do controle

da dívida; do controle do transporte, entre outros. O depoimento a seguir corrobora a informação histórica:

[...] depois quando acabou o negócio da lenha, das madeiras, que lá já num dava mais pra eles tirarem, eles foram tirar seringa [...] Até meu pai depois disso também ele ainda trabalhou na borracha [...] eu fui cortar borracha, fui pro seringar [...] Tem que ir cedo na saída do sol [...] a gente risca ela, [...] mete o cadilho [...] e vai na outra [...] faz primeiro aquele caminho, ai lá adiante tem outra [...] chegando na última de lá a gente recolhia aquela [...] primeiro que a gente fez [...] vai botando no barde onde tem o perparo pro leite não ficar coalhado [...] mas isso vinha de Belém [...] a gente era empregado desse pessoal. Isso era para o pessoal que vinha de Belém que comprava. Eles que davam o preço. Pra, pra.. esse tempo eu num levava era nada [...] Era só pra comer, só, só e meter espinhos nos pés, estragar as mãos (Entrevistada 2).

Segundo Roberto Santos (1980), foi no período de exploração da borracha que esse sistema predominou em razão da importância que a região assumiu como principal exportador de um produto indispensável ao mercado europeu, devido o processo de industrialização em marcha.

Acordavam a gente 5 horas da manha [...] a mamãe fazia o café, a gente tomava e a gente saía pro mato [...] eu levava as lata pra trazer o leite [...] as vasilhinhas, que tinha umas cubinhas, [...] eu chegava lá na árvore, eu puxava, enfiava o negócio, era assim, aí a gente ia embora [...] aí quando a gente voltava, as vasilhinhas tavo cheia, a gente ia botando na lata [...] já quem carregava era a mamãe e o papai que a gente quase não dava conta [...] eu botava o leite, defumava [...] Essa borracha vinha pra cidade, Tefé, de Tefé vinha pra Manaus [...] Eles pagavam porque tinha barco daqui de Manaus pra lá [...] Aí arrecebia, ele (o pai) nesse dia entregava tudo, ele tinha o patrão, [...] um patrão que vivia na cidade, tinha uma loja, sabe lá, ai quando o papai ia, levava saco de açúcar, saco de café, saco de tudo, aquele monte de tudo [...] nessa épica pesque nem se falava em salário, num sabia nem que salário existia [...] Ele recebia sabe cumé? Era assim: em mercadoria, mais era em mercadoria. Às vez ele recebia um dinheirinhozinho assim pra comprar as vez comida (Entrevistada 9).

O aviamento trouxe conseqüências sociais amplas na formação da sociabilidade da população amazônica porque estabelecia um alto grau de dependência do trabalhador ao patrão, em uma “contabilidade” que gerava um “debito perpétuo”. O funcionamento desse sistema em uma cadeia vertical reforçava esse nível de exploração, particularmente porque se fundamentava na pouca capacidade do extrator dos produtos de enfrentar a relação de dependência a que era submetido no sistema de aviamento. Era de fato, uma população

cercada de privações materiais; mal alimentada, sujeita a todo tipo de insalubridade e doenças, com uma taxa de mortalidade acentuada por conta das condições sanitárias e das epidemias, percorrendo trajetos distantes e em condições precárias que, aliado a pouca ou nenhuma instrução escolar, acabava ficando sujeitada a um universo de vulnerabilidades e fragilidades tanto material quanto social. Essa relação de poder e dominação da classe patronal sobre os extratores parece ter potencializado a posição historicamente subalternizada dada pela escravização e pelo aviamento.

Existiram inúmeras formas de resistência, mas isso não impediu a manutenção de relações de poder no campo do trabalho doméstico que, via de regra, mantém naturalizadas formas de dominação como a prática de inserir crianças e adolescentes no trabalho em casa de terceiros.

Contudo, é importante delimitar a questão aqui colocada - a constituição de uma sociabilidade dada não de forma mecânica do sistema escravagista e do aviamento, mas a partir de determinados elementos históricos de ambos os sistemas, em um campo de tensões e conflitos, que gestaram relações sociais correlatas àquelas praticadas nesses sistemas, levando-se em conta o contexto histórico contemporâneo quando ainda se pratica a inserção de crianças e adolescentes no trabalho doméstico.

Nessa linha de raciocínio Cotta Júnior (1999) argumenta que:

Ao se falar de sociedades complexas, acredito que a estrutura familiar e a organização social circundante refletem, tanto uma combinação específica de fatores relativos a um determinado grupo social, um determinado gênero de vida, quanto do contexto cultural, político e econômico específico de uma determinada época e lugar [...] dentre estes fatores, destacam-se aqueles ligados à atividade econômica [...] (p. 87).

Assim, o foco desta discussão é que, como resultante desse processo histórico, a sociabilidade subalternizada estende-se também para o campo doméstico por ser a família um espaço social de construção de uma dada sociabilidade, cujo papel estruturador e estruturante (BOURDIEU, 2007) fundam códigos e normas de conduta na vida social, em especial na

infância, fase de maior intensidade da interiorização do mundo (BERGER, 1985) a partir da ação instituinte e institucionalizadora da família que produz e reproduz atitudes, ações, padrões de comportamentos e valores que têm de ser firmados e reafirmados continuamente para garantir a sua própria manutenção.

Nesse cenário, a rede social estruturada reproduz a sociabilidade subalternizada dos adultos na relação com o colonizador, senhor e patrão no ingresso ao trabalho doméstico, uma vez que internalizam um modo de ser constituído no legado da sociedade a qual pertencem como sujeitos coletivos, como pessoas em um campo de relações de dominação também patronal. A sociabilidade de crianças e adolescentes no trabalho doméstico vai sendo construída em uma “família de terceiros” na qual elas estão na posição de “criada”, “cria da casa”, “empregada” e, por conseguinte, estão submetidas a um sistema hierarquizado, com regras explícitas ou implícitas, obrigações, obediência de ofício e submissão.

Segundo Berger e Luckmann (1985), a socialização primária envolve um intenso processo emocional no qual a criança percebe o mundo em que vive como o mundo, ou seja, o seu mundo particular é visto como generalidade. É a fase de maior intensidade da interiorização do mundo a partir da ação institucionalizadora da família, em que as ações e os padrões de comportamentos são fixados mais intensamente, ou seja, sedimentados.

Assim, mesmo libertas, um contingente de mulheres ex-escravas e filhas de escravas, permaneceu confinada, pela condição econômica, em casa de patrões, como crias, empregadas.

Com isso, argumenta-se que essa relação de dependência e submissão foi potencializada pelo conjunto valorativo – dominação e submissão - do sistema escravagista e pelo sistema de aviamento. Assim, de escravas, passaram à posição de “crias da casa” ou simplesmente “criadas” em casas de famílias abastadas, ou não, na capital Belém. O pesquisador Aldrim Figueiredo em seu estudo sobre Memórias da Infância na Amazônia, faz

referência à presença dessas meninas em Belém em trecho já citado. A antropóloga Angélica Motta-Maués (2004, p.7) também se refere a essa prática social: “Estou falando [...] da situação de crianças que eram dadas, pelos pais, para criação, vindas das pequenas cidades do interior do estado - próximas e até muito distantes da capital -, que trocavam os serviços (tarefas domésticas) delas pela educação que esperavam que elas recebessem”. Em seus estudos, ela menciona a obra de Vicente Salles, *O Negro no Pará*, na qual se encontram registros dessas práticas a partir de um relato do conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente da Província, em 1848:

[...] “ao meu conhecimento têm sido trazidas de vários pontos vivas reclamações, que denunciam a prática abusiva, com que se arrancam violentamente às famílias miseráveis, principalmente na classe dos mestiços, índios, ou tapuios, crianças e menores de ambos os sexos entre 7 e 14 anos de idade pouco mais ou menos, com os quais se fazem mimos e presentes para dentro e fora da Província, considerando-as coisas, e não pessoas, e sujeitando-as a uma espécie de servidão [...]”. Sem dúvida, a prática continuou. E alguns desses abusos chegaram aos nossos dias e constituem objeto de estudo sociológico a ser feito com bastante rigor, como a prática da *doação* de crianças para os serviços domésticos das famílias que as podem sustentar e talvez educar; as normas de contratação de serviços, nos meios rurais, fazendas e estabelecimentos agrícolas; nos seringais e nos barracões de beira-rio, através do costume do *aviamento* etc (SALLES, 1971, p. 275, 276).

De todo esse conteúdo histórico que vem compor a sociabilidade do amazônida, se depreende uma reflexão sobre a posição de sujeito biológico e utilitário na representação do colonizador. Como escravo ou como subalterno, índios, negros e mestiços não são considerados pessoas no sentido estudado por Marcel Mauss (2003). Para esse autor, a noção de pessoa foi uma construção histórica bem diferente de uma situação naturalmente dada. Para tratar da noção de pessoa, Mauss delimita sua reflexão fora do campo da psicologia, da neurologia, da lingüística, todas com acúmulo de conhecimento sobre esse tema. O foco de Mauss é no âmbito da história social. Parte da constatação simples de que “é evidente, sobretudo para nós, que nunca houve ser humano que não tenha tido o senso, não apenas de seu corpo, mas também de sua individualidade espiritual e corporal ao mesmo tempo” (2003,

p. 371). A partir daí, Mauss realiza um exercício exaustivo e denso sobre os povos primitivos e os estudos que possa responder sua pergunta: “De que maneira, aos longos dos séculos, através de numerosas sociedades, se elaborou lentamente, não o senso do ‘eu’, mas a noção, o conceito de que os homens das diversas épocas criaram a seu respeito?” (MAUSS, 2003, p. 371)

Para este estudo dissertativo, de forma extremamente resumida, serão comentadas apenas as conclusões do autor a respeito da construção da noção de pessoa. Para ele, foram os latinos que estabeleceram parcialmente a noção de pessoa na esfera do direito. Naquelas sociedades, “a ‘pessoa’ é mais do que um elemento de organização, mais do que um nome ou um direito a um personagem e a uma máscara ritual, ela é um fato fundamental do direito. Em direito, os juristas dizem: há somente as *personae*, as *res* e as *actiones*” (MAUSS, 2003, 385).

Segundo o autor, não há consenso sobre a etimologia da palavra pessoa e de sua institucionalização pelos latinos, contudo, ele afirma que foram estes que “deram o sentido primitivo que veio a ser o nosso” (2003, p. 386). A máscara, elemento dos rituais, a *personae* – por onde passa o som, portanto *per-sonare* simbolizava a posição, o nome, direitos individuais a ritos, privilégios. Então, foi dessa noção que se funda a noção de pessoa, especialmente. O autor cita dois eventos que parecem ter sido fundamentais para a institucionalização da noção de pessoa: - o fim do direito paterno de matar seus filhos e o direito à cidadania aos plebeus das *gentes* (2003, p. 387). Esses acontecimentos foram decisivos pois “Todos os homens livres de Roma foram cidadãos romanos, todos tiveram *persona civil*” (2003, p. 387). Há uma intensa rede valorativa nesses princípios. Mauss mostra que “o cidadão romano tem direito ao *nomem*, ao *praenomem* e ao *cognomem*, que sua *gens* lhe atribui” (2003, p. 387). Contudo, os escravos ficaram fora desse direito e, portanto, não eram considerados pessoas porque “*servus non habet personam*” (MAUSS, 2003, p. 389),

que significa que escravos não tem pessoa, ou seja, não têm direito a um nome, a uma filiação, a uma história, à posse de seu corpo, a bens materiais.

Por fim, a discussão de Mauss, mostra que a palavra *persona* relativa a “personagem artificial, máscara e papel de comédia e de tragédia, representando o embuste, a hipocrisia – o estranho ao ‘Eu’ – prosseguia seu caminho. Mas o caráter pessoal do direito estava fundado, e *persona* também havia se tornado sinônimo da verdadeira natureza do indivíduo” (2003, p. 389).

É justamente este ponto da discussão de Mauss que interessa sobremaneira à compreensão da condição do sujeito social amazônida frente ao colonizador. Seguindo os preceitos do direito romano, o colonizador não reconhece índios e negros escravizados como pessoas, com um universo de significados, símbolos que os distinguem como sujeitos reconhecidos entre si na sua individualidade e como sujeitos sociais de seu mundo, ou seja, pessoa como na definição de Carlos Rodrigues Brandão (1986):

O universo dos símbolos e dos nomes com que os grupos sociais se definem e definem os outros grupos, depende de como eles pensam as categorias de sujeitos-atores que percebem envolvidos nas suas relações de trocas de bens, de serviços e de significações. Em outra direção, as próprias sociedades podem gerar, como lógicas, valores e símbolos que são a realidade de sua cultura, os artifícios por meios dos quais estas categorias tão importantes: “eu”, “outro”, “pessoa”, “índio”, “branco”, “parente”, “amigo”, “inimigo”, são pensadas para serem vividas nas vidas de seus membros, sujeitos de seus mundos (BRANDÃO, 1986, p. 28).

Tal como os escravos romanos o índio e o negro foram nominados como *peças* do sertão e da África, objetos, seres sem história, sem alma, sem espírito, sem subjetividade, que podiam ser arrancados de sua terra natal, desagregados de suas relações primárias, familiares, afetivas, sujeitados a condições inumanas nas embarcações para o novo mundo, avaliados, distribuídos e explorados à exaustão. A negação da pessoa nesses seres chegou ao extremo da violência, da chacina, dos castigos, da dizimação de tribos inteiras. Negação, portanto da:

A idéia de pessoa, assim como tudo que envolve o pensar do homem sobre suas relações homem-natureza e homem-homem – através das quais ele pode se apreender como um ser de totalidade, um ser de universalidade – não é

universal. Não é “dada ao homem” como uma espécie de matriz inata do pensamento. Ao contrário, ela é uma construção cultural e a amplitude de seu sentido de liberdade-individualidade-universalidade varia de sociedade para sociedade. Em qualquer uma delas, no entanto, ela nasce e cresce no solo fértil das “representações empíricas do ser humano enquanto inseridos no grupo” (BRANDÃO, 1986, p. 33).

Não se trata de um julgamento moral, nem do discurso apologético da vitimização do dominado, mas do reconhecimento histórico da identificação de elementos que foram inculcados na formação da sociabilidade de uma sociedade com ancestralidade escravocrata e servil. Na tessitura da reprodução das relações sociais e da miscigenação, o amazônida se auto-reconhece como o índio, o africano ou é o escravo, o criado, o servo?

Não é fácil separar a dimensão individual da construção e do exercício cotidiano da identidade de sua dimensão social. Na verdade, de suas várias dimensões sociais e socialmente simbólicas [...] Um menino caboclo das matas do Norte aprende a ser “si mesmo”, uma pessoa, um outro Pedro, Pedro Garcia, misturando os sentimentos e a consciência que brotam de suas trocas afetivas com os seus pais e irmãos, com o emaranhado que o faz aprender a crescer reconhecendo-se também: ‘caboclo’, ‘filho de bugre’, ‘pobre’ e analfabeto. Porque ele existe no interior de um mundo que tanto predetermina desde que posições ele pode *ser* e *relacionar-se*, como estabelece os nomes das identidades de uma pessoa *mestiça* (porque resultado de um casamento entre uma índia e um branco em uma área de contato interétnico), *pobre* (porque privado de bens e obrigado a trabalhar sob a dependência do poder de outros) e *analfabeto* (porque vive fora de um contexto em que mestiços pobres podem ter acesso aos centros formais de ensino) (BRANDÃO, 1986, p. 39).

O ponto demarcatório nesta reflexão é o peso do legado histórico da escravidão e da servidão na sociabilidade de crianças e adolescentes que parece perdurar nos dias atuais como subalternizados às novas regras do capitalismo contemporâneo com a precarização da vida na exploração do trabalho de crianças e adolescentes enquanto crias, criadas e empregadas, em uma posição utilitária ao sistema, numa nítida demonstração de que a realidade pode estar mais próxima do antigo direito romano do que das leis vigentes.

4. A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico

4.1 Relações de poder e dominação no trabalho infanto-juvenil doméstico

4.1.1 Nomenclatura e o reconhecimento da identidade:

O ato de nomenclatura, ou seja, dar nome a indivíduos numa dada sociedade, segue uma ação que extrapola a simples escolha de um nome próprio para diferenciar as pessoas entre si. Permitimo-nos pensar que a nomenclatura de indivíduos na sociedade contemporânea, embora se encontre impregnada, por influência na família, de uma multiplicidade de fatores próprios do mundo moderno - o que torna a nomenclatura, de certa forma, naturalizada -, ainda guarda fragmentos da memória histórica de dispositivos praticados em sociedades mais antigas nas quais a nomenclatura estava ligada a uma representação da identidade. Este raciocínio nos leva até os estudos de Marcel Mauss (2003) a respeito da noção de Eu e da noção de Pessoa. Analisando dados de sociedades primitivas, esse autor explica que a origem de nomes de indivíduos estava ligada a funções e papéis que determinada criança deveria desempenhar naquela sociedade, assim como ao grau de prestígio e autoridade, perpetuando o nome de um antepassado importante, por exemplo. Nas palavras desse autor:

Vê-se muito nitidamente como, a partir das classes e dos clãs, ordenam-se as “pessoas humanas”, e como, a partir destas, ordenam-se os gestos dos atores num drama. Aqui *todos* os atores são teoricamente *todos* os homens livres. Mas, desta vez, o drama é mais do que estético. É religioso, e ao mesmo tempo cósmico, mitológico, social e pessoal (MAUSS, 2003, p. 376).

Ainda, segundo Mauss (2003) a nomenclatura, em algumas sociedades não modernas, atendia a certos preceitos dentre os quais a presença de até dois prenomes: um de uso corrente e um de uso secreto, um para a estação quente - o nome profano e, outro para a estação fria - o

nome sagrado. Havia também a mudança de nome de acordo com a idade, ou seja, na relação entre o cumprimento dos dispositivos inerentes às funções daquela faixa etária.

[...] é muito significativo que, [...] cada momento da vida seja nomeado, personificado, por um novo nome, um novo título, da criança, do adolescente, do adulto (masculino e feminino); o adulto também possui um nome como guerreiro [...] enfim são nomeados: *sua* “sociedade secreta” na qual são protagonistas [...] São ainda nomeados: a casa do chefe [...] a canoa cerimonial, os cães [...] tudo é brasonado, animado, faz parte da *persona* do proprietário e da *família*, das *res* de seu clã (p. 378, 379).

O ato de nomeação como representação era ainda mais marcante em civilizações que praticavam a nomeação do indivíduo com o nome de um antepassado do clã, detentor de autoridade e prestígio, de modo a perpetuar a vida do próprio clã. Nessa nomeação estava intrínseca a herança pessoal, cultural e individual do antepassado ao ponto em que a pessoa objeto dessa nomeação assumia a identidade do antepassado, representando-o em todos os níveis e campos, principalmente a responsabilidade pelo clã. A afirmação da representação de um antepassado era sustentada e se mantinha por meio de rituais constantes providenciados pelo clã como uma forma de garantir a sua sobrevivência como tal.

O que está em jogo em tudo isso é portanto mais do que o prestígio e a autoridade do chefe e do clã, é a existência mesma destes e dos antepassados que se reencarnam nos detentores de tal direito, que revivem no corpo dos que carregam seus nomes, cuja perpetuidade é garantida pelo ritual em todas as suas fases. A perpetuidade das coisas e das almas só é garantida pela perpetuidade dos nomes dos indivíduos, das pessoas. Estas agem apenas como representantes e, inversamente, são responsáveis por todo o seu clã, suas famílias, suas tribos. Por exemplo, uma posição, um poder, uma função religiosa e estética [...] (MAUSS, 2003, p. 377).

Ocorre que além da nomeação por ordenação, havia também outra forma de possuir a herança material e cultural do antepassado, nas disputas, principalmente em situações de guerra “basta matar seu possuidor – ou apoderar-se de um dos aparatos do ritual, vestes, máscaras – para herdar seus nomes, seus bens, seus cargos, seus antepassados, sua pessoa – no sentido pleno da palavra” (MAUSS, 2003, p. 377).

Portanto, compreender a nomeação em uma sociedade é uma ação necessária para entender parte do processo de composição da identidade do indivíduo que é reconhecida tanto por ele quanto pela sociedade. Assim, com base nos referenciais de Mauss (2003) procuramos identificar nos sujeitos deste estudo, como a nomeação foi constituída, seja na ordenação familiar seja na ordenação social (escola, grupo de amigos, trabalho) e qual o peso dessa nomeação para o reconhecimento de sua identidade.

O campo social do qual os sujeitos deste estudo fazem parte é permeado pela religiosidade e, neste sentido, boa parte das nomeações estão relacionadas a este campo. Em países predominantemente católicos, é comum dar as crianças o nome do santo do dia, ou o do santo ou da santa de devoção, geralmente o padroeiro da cidade. O fragmento da história a seguir mostra esse tipo de ordenação:

Sou Maria de [...] ²⁹. Eu nasci dia da Nossa Senhora da Conceição. Era pra eles botarem Maria da Conceição, mas aí o papai queria Maria de [...], a mamãe queria Maria da Conceição, depois eles concordaram que eu tinha que ser Maria de [...] e botaram Maria de [...]. Ela (mãe) era devota da Nossa Senhora da Conceição e ele era devoto da Nossa Senhora de [...]. Eles eram, um era devoto duma e o outro d'outra. Eu gosto [do nome], eu adoro porque Santa Maria é mãe de Jesus. Eu gosto por isso eu tenho duas, três netas [com o nome da santa] (Entrevistada 1).

O processo de nomeação, neste caso, tem uma forte relação com o sistema religioso, possivelmente para alcançar bons augúrios e proteção para a criança. Contudo, pode ter também relação com o sistema social na medida em que concorre para a inculcação e sedimentação de uma sociabilidade dentro dos preceitos virtuosos das santidades evocadas.

Identificamos também, dentre os sujeitos desta pesquisa, outra modalidade de nomeação – aquela que se altera no curso da existência, em fases distintas da trajetória individual. Estamos nos referindo não a uma alteração de ordem legal, mas de nomeações ordenadas informalmente por meio de apelidos e nomeações recebidas no processo de

²⁹ O nome foi suprimido assim como o nome da Santa correspondente para evitar a identificação da entrevistada.

socialização. Interessa-nos compreender as razões dessa mudança e a sua relação com o reconhecimento da identidade. No fragmento de depoimento a seguir expomos a seguinte situação:

[...] Tenho [apelido], tenho, era [...] ³⁰ que eles me chamavam, quando eu era criança me chamavam [...]. Ele, o velho, o papai, me chamava [...] Gostava que me chamasse de [...], que eu não gostava que eles me chamassem [nome civil] - a modo era grande o meu nome, ai eu gostava mais que eles me chamassem de [...] (Entrevistada 1).

No nascimento, a Entrevistada 1 foi ordenada com nome de uma santa, escolhida por seu pai, mas, ainda criança, seu próprio pai deu-lhe uma nova nomeação. Ao que parece, essa segunda nomeação tem um caráter mais prático no trato da vida cotidiana, é curto, formado por duas sílabas, ao contrário do nome de batismo, que é composto por dois nomes próprios e uma preposição (de). A entrevistada não lembra a origem e nem a relação do significado do apelido. Em nossa análise, sob o ponto de vista da composição de sua identidade, trata-se de um nome comum aos dois gêneros, emite um sentido de força. De fato, a detentora do apelido teve uma infância de muito trabalho, realizando tarefas indistintas que incluíam capinar, plantar, carregar os produtos por longos percursos até a embarcação para o transporte a Belém, manobrar canoas, ajudar o pai na construção de embarcações. É possível que o apelido tenha sido dado em razão das exigências dessa função assumida no sistema familiar, ou seja, uma nomeação mais coerente com a situação vivida em relação à denominação original próprios de uma santa. Neste caso, houve uma mudança no tipo de nomeação - do sagrado ao profano, este último, mais próximo às nomeações próprias dos guerreiros, que no caso dela representou o trabalho pesado na roça inculcado em sua trajetória de vida:

É, ah, eu me vejo assim com muita vontade de trabalhar, é assim que eu me vejo assim [...] Eu serro, eu prego, eu tomo conta de bicho, crio pato, crio galinha, tudo isso eu faço. Se é pra serrar eu serro, eu tenho o meu martelo, tenho o meu serrote, tenho as minha ferramentas pra trabalhar. Isso tudo meu pai deixou, ensinou pra nós (Entrevistada 1).

³⁰ O apelido foi suprimido para preservar a identidade da entrevistada. É um nome com duas sílabas, comum aos dois gêneros.

De modo inverso, a santificação parece ter sido a razão para a mudança de nomeação exposta nesta outra situação:

[...] meu apelido de casa é [...] ³¹ Foi a minha avó, a minha avó, porque quando eu era pequena eu fui pra lá [pra casa da avó] eu era – disque, engraçadinha, branquinha. Disque era gordinha. [...] Aí ela me apelidou de [...], aí até hoje, tô com essa idade todo mundo não me conhece por [...], só me conhece D. [...] Eu gosto porque me chamaram assim [...] É, sim, fez bem pra mim, fez sim, me sinto bem, graças a Deus [...] Se procurar pela Dona [...] - Num sei, quem é ela? É assim, assim. -Ah é a Dona [...], pronto é a Dona [...]. Eu digo, pois é, a Dona [...] porque eles diziam: a [...] é muito boa, ela é boazinha, ela sabe fazer as coisas, ela presta atenção, ela não é menina de rua, ela num gosta de estar na rua. Se ela vai na rua fazer uma coisa vem rápido. Então eles [patrões] me queriam assim, por causa disso, eu era muito boa pros meus patrões e meus patrões ficavam assim comigo (Entrevistada 2).

A mudança de nomeação, neste caso, foi dada pela avó ainda na infância que, segundo o relato da entrevistada, correspondia a uma semelhança física da criança com as imagens de santos, comumente retratados com a compleição física de europeus brancos: pele clara, cabelos claros e cacheados, formas arredondadas. A nomeação ligada ao sistema religioso engendra repercussões no sistema social, quando converge a imagem santificada à representação de uma identidade carregada de bondade, obediência, tal como foi relatado pela entrevistada. É de se supor que, a nomeação por si só não tenha esse poder de moldar uma conduta, contudo é muito provável que tenha se constituído como um dos elementos que foram inculcados e sedimentados na socialização dessa criança. O auto-reconhecimento da sua identidade fica evidente em sua fala quando expressa acima que a nomeação lhe fez bem e que a referência ao nome original é de uma pessoa de quem nem se sabe “*quem é ela?*” Do mesmo modo, o reconhecimento social (dos patrões) realizou-se a partir dos mesmos parâmetros: “*então eles me queriam assim, por causa disso*”.

Ainda nos reportando ao âmbito do processo de nomeação, apresentamos a seguir a situação de mudança de nomeação ocorrida no sistema social, mais especificamente na escola:

³¹ O apelido foi suprimido para preservar a identidade da entrevistada, trata-se do nome de uma santa.

Eu sempre foi calma, que até lá os coleguinhas me chamavam de formiga morta [risos] disque porque [falando rindo] eu era tão calma [risos] [...] Lá, porque, imagina. Em Mangueiras, quando ia pra escola ainda, né, aí os outros meninos começavam naquela agonia deles, e eu só ficava na minha. - E a formiga morta, não fala nada? [risos] [...] Eu não. Ficava só olhando (risos) (Entrevistada 5).

Supomos que, neste caso, a nomeação na escola, não deva ser considerada exatamente uma mudança de nomeação, contudo, fica evidente no relato, que essa forma de nomeação pelos colegas da escola refletia o reconhecimento da identidade de uma pessoa introvertida, pouco interativa. Relacionando esse aspecto com o processo de socialização da entrevistada percebemos que o ambiente familiar pode ter sido constituidor dessa identidade que os colegas de escola reconheceram e nominaram. A identidade representada na expressão “formiga morta”, parece ter acompanhado a trajetória de sua vida. Na fase de socialização primária a figura paterna é destacada por ela como alguém com características pessoais semelhantes as suas: “*o papai era tão calmo, pra ele tudo tava bom*”. Mais tarde, na socialização secundária na escola, ela reflete o comportamento do pai: “*Eu era tão calma!*” E na adolescência, já no trabalho doméstico em Belém, ela continua (re)agindo no campo social que a sua nomeação representa, pois nas manifestações acerca de sua relação com a patroa, a entrevistada destaca a sua (re)ação frente as ações repressora de sua empregadora: “*Não, eu não, vixe! Calada, num respondi nada, só fazia chorar. Chorei, chorei*”.

A próxima situação destacada neste estudo pode ser considerada mudança de nomeação, mesmo que no âmbito informal, conforme relato a seguir:

Quando eu cheguei aqui em Belém, eu trabalhei numa casa, ela [a patroa] disse: - Ah, a senhora é parecida com a Dona [...] ³², vai ser outra [...] que vai ficar aqui. Pronto, ela começou a me chamar de [...], [...], [...], aí ficou [riso]. Aí, todo mundo me conhece aqui como [...], [...], [...]. Ninguém sabe meu nome verdadeiro, (risos). É uma piada (Entrevistada 9).

Essa situação tem um componente a mais nesse segundo processo de nomeação. A entrevistada foi trazida do Estado do Amazonas para o Estado do Pará, pela patroa referida no

³² Prenome da empregada anterior a qual ela veio substituir.

depoimento acima sem qualquer tipo de documentação, ou seja, a identidade civil da entrevistada passou a ser um fato remoto levando-se em conta a distância geográfica e social de Belém e o seu local de origem – Tefé, cidade no oeste do Estado do Amazonas. Sem identidade civil, e sob a autoridade patronal a ordenação de um nome foi aceita passivamente pela entrevistada que o assumiu desde os 16 até seus atuais 62 anos. Posteriormente, uma terceira ordenação ocorre - a identidade civil é oficializada na Comarca de Belém, com novos elementos: - o local de nascimento passa a ser Belém e não mais Tefé. Mantêm-se o nome original e os sobrenomes dos pais “[...] *o jeito que teve foi tirar, né porque eu num pude voltar pra ir buscar, aí que vale que eu sabia da minha idade, sabia da minha idade, aí eu tirei a certidão que foi o jeito pra mim poder tirar meu, meus documento*” (Entrevistada 9).

Essa terceira nomeação parece não alterar a segunda já institucionalizada. Nossa análise recai principalmente sobre dois aspectos: primeiro, ao colocar uma pessoa no lugar de outra, a partir da função exercida, neste caso uma empregada doméstica, há, ao nosso ver, a negação da identidade da entrevistada que passa a ser reconhecida sob a representação da anterior. Institui-se a função e não a pessoa - o ser humano individual por debaixo dessa nova identidade social durante 15 anos consecutivos nessa mesma família. Por que, após deixar a casa da patroa, não voltou a sua identidade nominal civil? Os 15 anos passados na casa da patroa, que fez a ordenação nominal, foi tempo suficiente para a inculcação e sedimentação dessa identidade social. Passado esse tempo, ela ainda se reconhece socialmente com a nomeação dada pela patroa e só revela o nome civil em situações que exigem o amparo legal. O segundo aspecto, é que ao deixar a família de origem, a entrevistada experienciou uma situação que a obrigou a romper radicalmente com seus vínculos primários, uma vez que partiu de sua família sem deixar o endereço da patroa e sem anotar o de sua família. Durante os anos que passou longe de sua casa jamais teve contato com algum membro familiar. Esse

fato pode ter sido também favorável para a inculcação dessa nova identidade uma vez que o passado tornou-se distante geograficamente e socialmente.

A última situação destacada nesta pesquisa retrata não exatamente uma mudança de nomeação, mas uma mudança no reconhecimento social:

Olha, me chamam de [...], é [...-...], tudo que é nome eles me chamam, né [risos] [...] me chamavam de Negrinha [risos] [...] que eu era neguinha mesmo, né, assim que me chamavam lá na rua de casa. Mas ai eu fui crescendo, eu fui estudando, ai eles pararam de me chamar. Aí eu também num gostava, né, que me chamassem assim - que eu tinha nome. Aí pronto, foram me chamando só de [...] (Entrevistada 10).

Neste caso, a nomeação não foi ordenada no campo familiar nem patronal, mas no grupo de vizinhança, o que demarca o campo social da nomeação. Parece estar implícito nessa nomeação uma marca negativa relacionada à cor da pele, que vai se desvendando para ela como uma identidade negativa. Na medida em que adquire maior conhecimento de sua posição no campo social: *“Mas ai eu fui crescendo, eu fui estudando”*, vai percebendo a negatividade da representação social de sua nomeação e elabora estratégias de resistência a essa representação social negativa a fim de mudar o reconhecimento social de sua identidade, passando a reforçar a sua nomeação civil positivamente.

A reflexão sobre a nomeação e o reconhecimento da identidade foram aqui destacadas para contribuir no estudo das relações de poder e dominação no trabalho infanto-juvenil doméstico, em especial a identificação de subalternidade e estigma, foco central desta pesquisa, no sentido de desvendar um dos componentes da identidade. Assim, consideramos que as nomeações ordenadas não se limitam a um simples ato da interação social, mas implicam em relações de poder, conforme discute Bourdieu:

[...] É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação [...] graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário [...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a

crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras [...] O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder (BOURDIEU, 2007, p. 11, 14, 15).

Creemos então, que o ato de nominar se inscreve em um campo social carregado de poder simbólico. O ordenador da nomeação o faz a partir de uma determinada posição no campo em relação ao nominado: o pai, a avó, a patroa, os colegas de classe e a vizinhança. Com isso já se institui uma posição de dominação que é ignorada como arbitrária pelo dominado – o poder torna-se irreconhecível. O processo estruturante e estruturador da nomeação da Entrevistada 2 como “uma santa” desde a fase de socialização primária contribui para sua permanência no trabalho doméstico de forma irrepreensível, disciplinada, boazinha, uma verdadeira santa, por duas décadas no trabalho doméstico. Da mesma forma, podemos afirmar que a Entrevistada 5, nominada como “formiga morta”, segue o mesmo processo estruturador e estruturante que a manteve nessa identidade por longo período no exercício do trabalho doméstico. A nomeação profana da Entrevistada 1, fez parte do seu processo de socialização primária moldada para o trabalho. “A criança aprende que é aquilo que é chamada. Todo nome implica uma nomenclatura, que por sua vez implica uma localização social determinada. Receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 177).

O ato de nomeação por si só não garante a existência do poder simbólico. Entendemos que é um dos elementos do processo estruturante e estruturador favorecedor da dominação por meio do poder simbólico, esse poder quase invisível que fez a Entrevistada 9 destituir-se de sua identidade original, aceitando a nomeação dada a partir da função, com o reconhecimento social de uma pessoa funcional.

4.1.2 Socialização e institucionalização de relações de poder

O nascimento marca a entrada da criança em um mundo socialmente construído, em uma realidade objetivada, isto é, “constituída por uma ordem de objetos que foram designados *como* objetos antes de minha entrada na cena” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 38). É, portanto, um mundo estruturado, que existia antes do nascimento da criança e que pode continuar existindo depois de sua morte.

A socialização constitui-se no processo que inscreve a criança nesse mundo construído, objetivado e em permanente construção em que esta também fará parte como agente estruturador e estruturante. Segundo Berger e Luckmann (2004), a socialização é uma “ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela” (p. 175).

Assim, a iniciação da criança no mundo objetivo dá-se na relação entre o seu ser biológico e social com o ambiente social no qual foi inserido. Isto porque no primeiro ano de sua existência, o organismo da criança ainda está se desenvolvendo biologicamente³³, ou seja, paralelamente ao seu desenvolvimento social (BERGER e LUCKMANN, 2004). Essa peculiaridade humana evidencia o caráter essencialmente social da espécie, na medida em que:

[...] o processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente [...] este ambiente é ao mesmo tempo um ambiente natural e humano [...] o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica [...] não apenas a sobrevivência da criança humana depende de certos dispositivos sociais mas a direção de seu desenvolvimento orgânico é socialmente determinada (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 71).

Compreendemos, a partir de Berger e Luckmann, que pensar o desenvolvimento do homem como socialmente determinado significa entendê-lo em sua multiplicidade de

³³ A noção de vida extra uterina extensiva ao primeiro ano de vida da criança foi retomada por Berger e Luckmann a partir de Portmann (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 71).

manifestações sócio-culturais, o que não exclui “os pressupostos genéticos do eu [...] dados no nascimento” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 73). Significa dizer que a relação entre o ambiente natural e social é dinâmica, portanto em constante movimento, o que faz do homem um produtor de si mesmo³⁴, de sua cultura, ao mesmo tempo em que, é produzido por ela em uma relação dialética, permanente e contínua.

A auto-produção do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens *em conjunto* produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais e psicológicas [...] Assim como é impossível que o homem se desenvolva como homem no isolamento, igualmente é impossível que o homem isolado produza um ambiente humano (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 75).

Na perspectiva da formação essencialmente social do homem, os autores em destaque acrescentam um dado de análise bastante interessante para este estudo:

[...] por um lado, o homem é um corpo, no mesmo sentido em que isto pode ser dito de qualquer outro organismo animal. Por outro lado, o homem *tem* um corpo. Isto é, experimenta-se a si próprio como uma entidade que não é idêntica a seu corpo, mas que, pelo contrario, tem esse corpo ao seu dispor (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 74).

O conhecimento sobre a existência de um corpo que pode ser experienciado, cria possibilidades de elaboração de inúmeras representações sobre ele na medida em que é este corpo que permite o contato com a realidade, ou seja, que se coloca como mediador entre as dimensões objetivas e subjetivas da existência humana. Por meio do corpo a subjetividade se exterioriza e se objetiva no mundo social que se estrutura e se transforma com a participação humana. A posição mediadora do corpo entre a subjetividade e a objetividade numa relação dialética, permite pensar que nele se imprimem a biografia individual e as representações socialmente construídas. Cabe, neste ponto, uma breve citação de Mauss (2003) em seus estudos sobre a arte de utilizar o corpo: “A criança, como o adulto, imita atos bem sucedidos que ela viu ser efetuados por pessoas nas quais confia e que têm autoridade sobre ela. O ato se impõe de fora, do alto, mesmo um ato exclusivamente biológico, relativo ao corpo” (p. 405).

³⁴ Essa discussão foi elaborada pelos autores citados a partir de formulações teóricas de Karl Marx.

Com isso, cremos que o corpo (socializado) e sua representação social são elementos importantes para a investigação de estigma e de subalternidade a partir do estudo do processo de socialização e de institucionalização porque, ao mesmo tempo, absorve os processos estruturantes e exterioriza os processos estruturados.

No processo de institucionalização a sociedade é apreendida como uma realidade objetiva, isto é, o mundo se apresenta aos indivíduos como um conjunto de instituições que irá ditar os modos de conduta para a vida social. Não são produtos de nossa memória, porque foram criados em um tempo histórico longo, e portanto, precisando ser legitimados em crenças, tradições e convenções para que sejam apreendidos e sedimentados pelo indivíduo, de forma coercitiva, ao ponto de parecerem inalteráveis. A linguagem é o mais intenso desses processos institucionais, porque é a primeira instituição que se impõe ao indivíduo (BERGER e LUCKMANN, 2004).

Antes de mais nada é o microcosmo da criança, evidentemente, que encontra sua estruturação através da linguagem. Esta realiza a objetivação da realidade, o fluxo incessante de experiências consolida-se, adquire estabilidade numa série de objetos distintos e identificáveis [...] A linguagem ainda estrutura o ambiente humano da criança por meio da objetividade e por estabelecer relações significativas [...] É por meio da linguagem que os papéis desempenhados pelos diversos seres se estabilizam na experiência da criança [...] a criança aprende a reconhecer os papéis como padrões repetitivos na conduta de outras pessoas (BERGER e BERGER, 1977, p. 193, 194).

O processo institucional na socialização primária é realizado por meio de mecanismos de reforço que organizam a conduta da criança no sentido de internalizar atitudes consideradas adequadas, mas não se restringe ao reforço. A institucionalização ocorre também por mecanismos de controle que envolve punições, castigos, regras, normas. Assim, “quanto mais a conduta é institucionalizada tanto mais se torna predizível e controlada” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 89). Daí, entram em cena os sistemas simbólicos, religiosos, morais e, quando estes não são suficientes, utiliza-se a coerção física infligida àqueles que reagem a

institucionalização. Na primeira fase de socialização da criança, os castigos físicos e morais são freqüentemente usados pela família para a institucionalização de conduta.

[...] Ah, quando ele [pai] castigava?! Ele batia em nós. Lá na mata, donde nós morava, tinha um cipó que chamam timbó-açu, aquele de fazer vassoura. Ele tirava, um cipó daquele, trançava, partia todas as pontas assim [gestos com as mãos], qualquer coisinha que nós fizesse ele dava-lhe uma pisa de deixar nós todo encalombado [...] Quando apanhava um, apanhava todos [...] Mas eu passei um bocado ruim, de tanto fugir dele, [rindo] mas Deus-o-livre se ele souber. Credo, ele era muito severo, ele era muito severo mesmo. [com ênfase] [...] (Entrevistada 1).

A imposição do castigo na infância, sedimentado na memória da Entrevistada 1, relatado com tanta ênfase, revela a coerção presente na institucionalização da conduta de uma criança numa área rural na década de 1930 na Amazônia Brasileira. O corpo, primeira dimensão da ação coercitiva, fisicamente torna-se todo “encalombado”, ou seja, cheio de hematomas. Essas marcas físicas expressam a força do registro do processo institucionalizador no corpo, em função de sua dimensão mediadora, pois mesmo que os hematomas desapareçam, enquanto efeito da ação disciplinadora tendem a se inscrever na biografia da criança como parte do processo institucionalizador de sua conduta, uma vez que, por meio do castigo, o pai acredita estar inculcando atitudes adequadas de conduta à estrutura social na qual estão inseridos. Por sua vez, a criança reage, mesmo de forma fragmentada, ao controle e coerção desse processo institucionalizador quando ela relata que “*eu passei um bocado ruim de tanto fugir dele*”. Contudo, essa reação não altera o processo que instituiu a representação de um pai severo, que pune. Naquele contexto, o papel de pai se instituiu com uma autoridade disciplinadora rigorosa. Instituiu-se a autoridade paterna revelando um processo de dominação patriarcal.

O depoimento a seguir mostra que a ação institucionalizadora também adota mecanismos de controle bastante simples, buscado na relação com o ambiente natural. Todavia com enorme poder de eficácia:

E a minha mãe, quando ela mandava nós num lugar, ela dizia: - Vão em tal lugar, mas num vão demorar. Ela ainda dizia: - Eu vou cuspir aqui, se secar, vocês vão apanhar quando vocês chegar. Mana, nós ia correndo, correndo, [falando rápido] que era pra nós voltar e aquele cuspe ainda tá molhado, sabe [risada], pra ela num bater em nós [...] Deus te livre, minha mãe era cearense! (Entrevistada 8).

Neste caso, o mecanismo de controle repousa não na aplicação imediata do castigo físico, mas no processo institucionalizador que sedimentou a severidade de castigos recebidos anteriormente. A mãe recorreu a um recurso mnemotécnico, ou seja, a memorização de uma punição física é agora acessada pela menina que aciona mecanismos internos de controle do próprio corpo, na relação da sua motricidade com o tempo que deverá gastar na realização da tarefa, de modo a não infringir a regra estabelecida. Ao realizar esse controle, ela própria está sedimentando uma conduta na relação dos papéis de mãe e de filha legitimamente reconhecidos, o que implica por um lado em poder de mando (dominação) e por outro de obediência filial (dominada). Além desse poder legitimado, a fala da menina denota um outro tipo de poder – o poder simbólico (BOURDIEU, 2007): “Deus te livre, minha mãe era cearense!” Para a entrevistada, ser cearense significa ser uma pessoa muito severa. É possível que na sua socialização, ela tenha internalizado a imagem da mãe no contexto de um universo simbólico com fortes componentes punitivos, provavelmente formada na crença em algum tipo de ligação com o imaginário popular de que mulheres nordestinas são fortes e destemidas. O processo socializador tem componentes de poder simbólico matizado pela condição cultural, neste caso, ser cearense. Em outro trecho de sua entrevista, novamente ela reporta-se ao fato da mãe ser cearense, enfatizando modos diferentes de realizar tarefas: “*A minha mãe não carregava mandioca no paneiro, num sei se tu sabe né, quem mora no interior carrega mandioca no paneiro, a minha mãe carregava aqueles feixes de mandioca e botava na cabeça - que ela era cearense*” (Entrevistada 8).

A severidade da mãe, demonstrada no trecho a seguir, parece ser um componente relevante na socialização da filha que marca uma efetiva relação de poder: “*quando a gente ia*

comer, né, aí a gente derramava a farinha no chão, derramava a farinha no chão... Aí quando ela ia arrancar a mandioca ela fazia pra cada uma um feixinho que era pra saber quanto gastava, né, quanto custava a gente gastar farinha lá no chão” (Entrevistada 8). A mãe utilizou novamente o corpo como mediador entre as dimensões objetivas e subjetivas do mundo social. No papel de mãe, ela submeteu a filha à realização do processo produtivo do alimento, não somente em razão da necessidade de sobrevivência, mas como meio de demonstrar que a produção do alimento requer esforço físico e, portanto, não deve ser desperdiçado. Ao participar do processo de trabalho a menina devia compreender e interiorizar esse mundo objetivado em sua dimensão subjetiva – não se deve desperdiçar alimento – a farinha porque sua produção exige esforço e tem o caráter penoso intrínseco ao trabalho³⁵. Essa interiorização é feita por meio da sujeição do corpo ao trabalho. A menina vivencia na e por meio da dimensão corporal, que não deve desperdiçar o alimento. Há então congruência entre a ação objetiva - produção do alimento e a subjetiva - não se deve desperdiçar. A mediação feita pelo corpo permite dar sentido e significação ao acontecimento, ao fato operado praticamente (BERGER e LUCKMANN, 2004).

É dessa maneira que a criança vai estabelecendo nexos entre diversos acontecimentos dotados de significados e, com isso passa a internalizar uma determinada ação particular – não derramar farinha para uma situação generalizada - não desperdiçar alimentos. A partir daí isso se torna uma regra do mundo social do qual ela faz parte. Participar desse mundo mais geral produz o efeito de estabilidade e continuidade (BERGER e LUCKMANN, 2004). No estudo das relações sociais de poder este dado é relevante porque esse processo inicia-se na socialização primária, que é:

A primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. [...] implica mais do que o aprendizado puramente cognoscitivo. Ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção [...] A criança absorve os papéis e as atitudes dos

³⁵ O caráter penoso intrínseco ao trabalho foi discutido no item 2.1 O trabalho mercantil e a negação do humano.

outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 175, 176).

Na socialização primária a criança vai absorvendo um mundo objetivo próprio do seu meio social no qual a sua posição está definida em um campo marcado fortemente pela autoridade paterna e materna. A questão é que, a apreensão do mundo na socialização primária é feita como se o mundo familiar ao qual a criança está inserida fosse o mundo em geral, o que torna os significados, as regras, os valores, os símbolos daquele ambiente social firmemente impressos em sua identidade. Embora na socialização secundária o processo de interiorização continue ocorrendo, os conteúdos da socialização primária são mais duradouros e persistentes.

A mamãe não gostava muito que a gente brincasse assim de se esconder e a minha mãe não gostava que nós brincasse com muleques, né, porque muleque, já sabe como é, né, era assim a nossa brincadeira, só mesmo de menina e até hoje eu tenho essa mania com meus filhos. Era assim, nossa brincadeira era assim, só nós mesmo irmã, prima quando iam lá pra casa [...] Era, era, menina com menina continua até hoje [...] É, eu não gosto [...] Menina não pode brincar com menino [...] vamos dizer assim que como eles me criaram assim (Entrevistada 8).

Na socialização primária da Entrevistada 8 a mãe impôs determinadas regras que foram absorvidas e assumidas por ela como verdade e levadas para toda a sua vida, isto porque, durante a socialização primária, a criança absorve como referência os significados que lhes são dados em um mundo visto e experimentado por ela como objetivamente real (BERGER e LUCKMANN, 2004). Por isso, mesmo não conseguindo explicar o porquê de meninas não poderem brincar com meninos, ela segue a regra estabelecida pela mãe inclusive projetando a mesma conduta na geração futura, desta feita, na posição de agente estruturante: *“A gente tem uma menina lá no lado de casa - que eu tenho um netinho meu. [Mãe da menina]: - Ei vizinha, brincar aí com o J. [neto]. [Ela responde] Não, não gosto que menino brinque com menina”*. A conduta instituída na infância é acessada cinco décadas depois, tal qual um programa que ficou registrado em sua consciência, na socialização do neto. Agora, no papel de avó, ela impõe ao neto a mesma regra que lhe foi imposta pela mãe. Neste caso,

vemos claramente um exemplo de “programa” elaborado no campo da sexualidade e da relação de gênero. O que se institui não foi um gesto particular de uma única mãe, mas de um meio social, numa determinada época numa sociedade específica.

Ainda que a socialização primária seja firmemente inculcada na vida do indivíduo outros processos de interiorização da realidade objetiva ocorrerão durante sua existência ao que é chamado de socialização secundária. “A socialização primária termina quando o conceito do outro generalizado (e tudo quanto o acompanha) foi estabelecido na consciência do indivíduo. Neste momento é um membro efetivo da sociedade e possui subjetivamente uma personalidade e um mundo” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 184).

De acordo com Berger e Luckmann (2004) diversos aspectos diferenciam a socialização secundária da primária. Nesta, o mundo é absorvido como um mundo em geral, na socialização secundária ocorre a interiorização de submundos, geralmente com um conjunto de conhecimentos específicos, particulares. A socialização secundária é instituída com o auxílio de rituais, ritos de passagem, utilização de símbolos, que diferem dentre as diversas culturas, levando-se sempre em conta que esse novo processo de interiorização será feito sobre o que o precedeu – a socialização primária. Além disso, na socialização secundária pode ser dispensada a carga emocional que acompanha a primária:

A criança deve amar a mãe, mas não o professor [...] Os mestres não precisam ser outros significativos em qualquer sentido da palavra. São funcionários institucionais, com a atribuição formal de transmitir conhecimentos específicos. As funções da socialização secundária têm um alto grau de anonimato (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 188, 189).

Para este estudo, importa compreender o quanto a socialização primária contribuiu na formação de condutas específicas para o trabalho doméstico. A análise dos dados referentes a essa fase da vida das entrevistadas revela uma forte tendência de socialização para a formação de uma conduta submissa, disciplinadora, por meio da institucionalização de relações de poder no âmbito do trabalho.

A Entrevistada 1 revela em seu depoimento o rigor da disciplina imposta pelo pai na realização de uma tarefa ao mesmo tempo em que reconhece a importância de ter sido criada assim, com rigor, disciplina e obediência:

Ele [o pai] fazia canoa, ele serrava farca³⁶ no mato pra pregar na canoa de 25 pé. Ele marcava o pau assim por cima com uma linha e marcava por baixo e nós botava assim um “vareio” igual isso aqui [faz um gesto com as mãos referindo-se a dimensões]. Por exemplo, tinha um pau dali outro daqui [gestos com as mãos] e botava aquele toro lá. Nós ia serrar, ele serrava um bocado com um dos dois [irmãos], depois eu pegava e nós serrava aquele pau. Deus-o livre que nós tirasse aquela serra daquela linha, Deus-o-livre. Nós apanhava mesmo [...] Ele [o pai] só era assim severo porque ele não deixava nós sair nem ir pra escola [...] Pra nós ser matriculado pra estudar lá foi obrigado a polícia interferir [...] Nós estudamos uma semana [...] só dizia que o nosso lugar era pra trabalhar. Ai, uns tempos quando nós crescesse, nós ia agradecer ele porque nós trabalhava e, de fato, que nós agradecemos que nós trabalhava, ninguém mexia com nada de ninguém [...] eu graças a Deus, eu me sinto feliz que o meu pai me criou assim (Entrevistada 1).

A socialização para o trabalho e todos os correspondentes morais relacionados a ele fica evidente na medida em que a proibição de frequentar a escola tornou-se um imperativo para o pai. O trabalho apresentou-se como via principal de introdução ao mundo social daquela comunidade, demonstrando como a força instituidora da socialização primária de um mundo particular daquela localidade ribeirinha se manteve sólida na biografia da Entrevistada 1.

Por outro lado, a referência materna, foi instituída como uma pessoa extremamente submissa: *“Ela [mãe] não falava nada [...] A mamãe era tão boa”*. Para uma criança que aprende como verdade, que sua ontogênese será construída pela disciplina e sujeição ao trabalho, são-lhes instituídas as bases para uma subalternização em suas relações sociais, em especial no trabalho doméstico como veremos posteriormente no item 4.1.3.

A situação se repete com a Entrevistada 2. A realidade objetiva em que ela nasceu estava impregnada pela luta para sobreviver em meio à pobreza. A institucionalização de uma conduta submetida a relações de subalternização pelo trabalho foi a base socializadora na primeira infância, conforme retrata o seu depoimento a seguir:

³⁶ Trata-se de tábua superior do costado de embarcação miúda, denominada de falca (Houaiss, 2001).

Ah, o meu pai era muito, muito ruim pra nós – Deus perdoe, quando nós éramos nova, nós apanhava muito, meu pai dava muito em nós, [...] ele era assim um homem que num gostava assim de muita conversa, num gostava assim de coisa, mas ele tinha aquela brutalidade com ele. [...] O meu pai trabalhava muito. [...] Olhe, o meu pai era tão ruim que quando nós já estava tudo mocinha nós queria sair pra estudar, pra vir aqui pra Icoaraci, pra vir aqui pra Belém, assim como para que ele nos botasse numa casa. [...] que a pessoa dissesse assim – olha fulano vai estudar, n'era?! Não, ele queria que nós trabalhasse, viesse só trabalhar, só trabalhar. “Não, vão trabalhar, vocês vão trabalhar”. E foi assim, por isso que nós não estudamos [...] Era, antigamente era isso que tinha. O pessoal antigo era assim, os antigos só tinham isso, eles queriam era só isso, só que os filhos trabalhassem. Trabalhando, pra chegando a tarde, tava o trabalho pronto, tá, tá acabado. Era isso que eles queriam (Entrevistada 2).

A referência paterna da Entrevistada é de uma pessoa severa, que lhe impingiu, por meio da socialização primária, a obediência filial e a submissão ao trabalho. Com essa base socializadora, na situação em tela, a entrada num processo de socialização secundária de mundos específicos como a escola tornou-se irrealizável. É possível que, para o pai, a introdução em um submundo além do âmbito familiar, como a escola, por exemplo, pudesse ameaçar a força instituinte de sua autoridade, como referência principal, para um processo de socialização ampla, principalmente a socialização para o trabalho.

A escola devia ser vista como algo negativo porque podia dismantelar os esquemas já legitimados no ambiente da Entrevistada, uma vez que a criança que estudasse estaria mais preparada para colocar o mundo que ela tomava como real e verdadeiro, em dúvida. Nessa perspectiva compreende-se o por quê da rigidez em manter os filhos fora da escola, qual seja, no intuito de conservar a realidade vigente. Isso ocorria porque o pai, provavelmente, também socializado para a submissão ao trabalho, já havia interiorizado na sua biografia que a sobrevivência dos filhos naquele contexto estava socialmente determinada: “sobreviverão se souberem trabalhar com disciplina, obediência e submissão”. Assim, acreditar-se-ia que o trabalho é o único meio da criança tornar-se adulto na sociedade da qual faz parte³⁷.

³⁷ Esta concepção de trabalho, sedimentada na autoridade paterna, corresponde a que se refere Rizzini pela qual a noção de infância foi afirmada no Brasil, especialmente para livrá-las do desvio, numa perspectiva subalterna e moralizante, conforme expusemos no item 2.2. deste trabalho.

A mãe, por sua vez, ocupava uma posição, apreendida pela menina, de uma pessoa passiva: “*Ela era mais submissa a ele. [Falando num tom de confissão]. A minha mãe era muito calada, né. [...] ela num sabia nem escrever o nome dela [...] Trabalhava em casa [...] Só em casa, lavava roupa, varria a casa*”. O programa institucionalizado na socialização primária da Entrevistada 2 foi a submissão, a obediência, a disciplina e o amor ao trabalho, assim ela se expressa:

Eu gostava muito de passar a ferro, então eles escolhiam eu pra passa a ferro. Eu era magrinha chega ficava cansada [...] Eu escolhia o ferro leve, num escolhia aqueles ferrão pesado [...] eu dizia: - deixa que a roupa eu vou passar a ferro, Seu C. gosta das roupas dele bem passado a ferro, deixa que eu passo [...] quando eu tava passando a ferro eu não ia na cozinha, porque eu não queria que sujasse a roupa, eu tinha o maior zelo na roupa deles, então eu num queria sujar porque se sujasse já sabia como era que ela (a patroa) ia me esculhambar, ela ia falar, ia dizer que aquilo tava sujo, tinha que lavar novamente e, assim não, eu agarrei, fazia aquilo com muito cuidado e muito carinho mesmo, e amor. Eu fazia, passava tudo a ferro, dobrava bem dobradinho, que num tivesse defeito, ai eu botava tudo em cima da cama (Entrevistada 2).

Para Berger e Luckmann (2004), “a realidade da vida cotidiana está organizada em torno do ‘aqui’ de meu corpo [...] Esta zona contém o mundo que se acha ao meu alcance [...] Neste mundo do trabalho, minha consciência é dominada pelo motivo pragmático [...] é *meu* mundo por excelência” (p. 39). O universo familiar da entrevistada 9 é uma localidade no centro da mata, com raras possibilidades de contato com uma realidade mais ampla. A vida familiar é recoberta pelo trabalho típico da zona rural, o extrativismo, a roça, a fabricação de farinha, a caça, a pesca. A realidade por excelência dessa criança é aquela vivida pelo trabalho. A criança já nasce num mundo instituído via trabalho, com um alto poder coercitivo e disciplinador:

Eu apanhava que só, porque as vez eu num sabia quebrar castanha, as vez eu quebrava o ouriço assim com o terçado, ai o terçado, ia assim nas castanha, cortava as castanhas, o papai me dava uma surra que eu num sabia, num aprendia a quebrar castanha [...] Nessa épica, eu tava com, deixa eu ver, com 10 anos [...] É grossa [castanha], e ele queria que eu quebrasse as castanha [...] eu ia, quebrava as castanha, mas as vez eu num sabia, ele me ensinava: - Menina num é assim, é assim, quanto ta pra você cortar ouriço, você tem que botar o terçado assim. Tudo ele me ensinava, era, e era assim que eu fazia, era assim (Entrevistada 9).

Ao mesmo tempo, a realidade da vida cotidiana organiza-se também em torno do tempo presente. Para a Entrevistada 9 o tempo de sua infância era constituído de valores ligados aos sistemas simbólicos religioso e moral. Estes representavam a legitimação da sua socialização primária:

Ensino que eles [pais] nos dava era [...] Qualquer coisa que nós merecia, né, nós respeitava - das crianças, dos menor aos maior. Era, a gente respeitava, a gente num vivia chamando nome³⁸, [...] nessa época se amanhecia o dia se tomava bença, do pai, da mãe, da avó. Era uma educação muito [...] boa, porque se a gente errasse em alguma coisa era uma surra que a gente pegava (Entrevistada 9).

A instituição da boa conduta era realizada não por qualquer pessoa, mas pelos pais, detentores de uma autoridade instituída pelo ambiente social da época. O papel de pai e mãe estavam estruturados de poder simbólico naquele contexto social, por isso bastava um olhar para que um conjunto de códigos fossem apreendidos pelos filhos. Essa é uma das propriedades intrínsecas do poder simbólico, segundo Bourdieu (2007). O depoimento a seguir expressa um exemplo claro desse tipo de poder:

Ah, a minha mãe dizia assim pra mim: - *o que você ouvir você fica calada, não fala, não responde pra ninguém, e também se você ouvir os outros falando dos outros não leva pra outra pessoa*. E nesse costume a gente ficou [...] A gente ficava caladinho e começava a chorar, né, porque a gente só se vingava no nosso olho [...] o que a minha mãe me ensinou até hoje ainda tá aqui ainda, ela dizia: - *o que você viu, lá fica* [...] Quando chegava gente em casa, que a gente – sempre a gente é entremetida, né, gosta de ir pro meio – aí minha mãe só olhava assim, dizia: - *Vai-te embora!* Ai a gente saía, né, de perto dela (Entrevistada 10).

A expressividade do olhar da mãe já institucionalizou uma reação nos filhos, pois: “qualquer ação freqüentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço [...] A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores” (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.77, 79). A congruência da linguagem verbal e corporal dá sentido e significado na ação da criança que apreende que não se deveria partilhar da conversa com

³⁸ Palavra grosseira ou obscena.

adultos. Essa conduta, instituída na socialização primária, provavelmente é levada para a sua vida futura, pois:

A realidade da vida cotidiana mantém-se pelo fato de corporificar-se em rotinas, o que é a essência da institucionalização. Ademais disso, porém, a realidade da vida cotidiana é continuamente reafirmada na interação do indivíduo com os outros. Assim como a realidade é originariamente interiorizada por um processo social, assim também é mantida na consciência por processos sociais (BERGER e LUCKMANN, 2004, p. 198).

As situações destacadas neste item procuraram evidenciar o cenário no qual se instituíram as bases sociais da exploração de crianças no trabalho doméstico, em um nível de submissão e subalternidade, pois, na verdade, não se instituiu simplesmente o trabalho, mas a submissão nessa relação social. Essa institucionalização deu-se a partir de condições sociais objetivas - pobreza da família, orfandade e pela reprodução de conduta subalternizada dos próprios pais. O item a seguir apresentará aspectos da inserção da criança no trabalho doméstico na cidade de Belém e a reprodução dos significados apreendidos na socialização primária – submissão ao trabalho em meio a relações de poder.

4.1.3 A inserção no trabalho doméstico: relações de poder, dominação, submissão, disciplina.

A criança que passou por um processo de socialização primária institucionalizador da submissão, disciplina e da obediência tende a inscrever-se na posição de dominada numa relação social de trabalho como o trabalho doméstico.

No campo social da família, essa criança experienciou a autoridade paterna e/ou materna - separada ou concomitantemente-, delineando, via de regra, uma relação de poder e dominação. Neste estudo, as relações de poder serão embasadas a partir de três autores-chaves: Pierre Bourdieu (1930-2002), Michel Foucault (1926-1984), contemporâneos em meados do século XX e Max Weber (1864-1920) anterior aos dois citados. Cada um desses autores parte de perspectivas teóricas distintas, contudo, consideramos pertinente apreender aspectos fundamentais de suas contribuições teóricas. Com base na perspectiva bourdesiana de que o poder não se realiza sem um lugar no qual possa ser exercido – as relações sociais-, tendemos a pensar que a família de origem, em seu processo de socialização primária, e a família empregadora na qual a menina se insere, são um dos campos de relações de poder do trabalho doméstico, isto é, o *locus* do exercício de poder. Portanto, as relações sociais do trabalho doméstico também mediam relações de poder simbólico, “poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física e econômica)” (BOURDIEU, 2007, p. 14).

Creemos ainda que a tese foucaultiana deve ser também aplicada nesta discussão, na medida em que o poder penetra em todas as esferas da vida social, numa espécie de microfísica. Destacamos que as contribuições teóricas de Weber também nos auxiliarão a entender um conjunto de aspectos singulares da constituição das relações de poder no trabalho doméstico na infância e adolescência levando-se em conta a contribuição de Weber na criação

dos conceitos de autoridade e dominação já que o campo doméstico é permeado por esses dois elementos na relação de poder.

A partir desses referenciais analíticos, que não excluem as determinações do campo econômico, pelo contrário, consideram-no na base da relação de poder de uma atividade de trabalho explorador³⁹, cremos ampliar a percepção de outros determinantes para a sujeição de meninas no trabalho doméstico no contexto amazônico. Interessa-nos sobretudo, verificar os modos pelos quais as relações de poder foram se constituindo no campo do trabalho doméstico em casa de terceiros, a partir da sua estruturação por processos institucionalizadores na família de origem e na família empregadora. Com isso queremos dizer que a dominação que a menina sofre em casa de terceiros não é um fato dado naturalmente e sim, construído socialmente em um processo que pode ter sido instituído desde a sua socialização primária.

Partimos do dado empírico de que as participantes deste estudo são mulheres que viveram sua infância no trabalho doméstico na cidade de Belém vindas da zona rural do Estado do Pará e de Estados vizinhos: Amazonas e Maranhão. Esse processo se iniciou com a entrega da menina aos patrões ou intermediários, quando ocorreu a intersecção de dois campos sociais – a família de origem da menina e a família empregadora. Portanto, não se trata da relação entre dois agentes sociais, mas entre dois campos sociais, permeados de poder. Para Bourdieu (2007) o campo social é:

[...] um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujo valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses (p. 135).

A partir dessa definição, a noção de campo será então entendida como um espaço de relações sociais tão objetivo quanto o espaço geográfico, o que implica dizer que o campo é

³⁹ Conforme foi discutido no item 2 deste estudo: O trabalho infanto-juvenil: uma construção histórica.

também um campo de poder no qual coexistem tensões e conflitos com relações de forças entre a posição que cada agente social ocupa neste campo. As (dis)posições ocupadas pelos agentes sociais são hierarquizadas a partir da composição dos seus diferentes capitais que, em conjunto, influirão na interação entre os indivíduos.

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, ao capital econômico – nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital (BOURDIEU, 2007, p. 134, 135).

No campo social da família de origem a posição da menina é de filha, irmã, neta o que lhes assegura determinado peso de capital social, cultural e simbólico. Já no campo social da família empregadora a posição que ela ocupará tende a ser de: cria, criada, agregada ou empregada doméstica. Muda o campo, mudam as posições e o peso de cada capital. Desta forma, cabe refletir por exemplo: que peso terá a habilidade de caçar, pescar, quebrar castanhas, coletar o leite da seringueira, atividades que exigem conhecimento da natureza, senso de direção, defesa contra animais selvagens, destreza manual, visual, no trabalho doméstico em uma área urbana? Esse novo campo exige da menina um tipo de capital que ela não pode acumular em sua trajetória, como: saber ler, ter escolaridade compatível com a sua faixa etária, por exemplo. Resta-lhe a posição do trabalho doméstico, para o qual ela acumulou habilidades, embora de forma distinta, em seu campo social de origem. Isto significa que os capitais que ela detém no campo social de sua família de origem terão pesos diferentes no campo social da família empregadora.

A partir dessa compreensão consideramos que, no próprio ato de inserção da menina no trabalho doméstico, se expõe a composição da hierarquização de dois campos sociais a saber: a família de origem, com seu capital econômico, cultural, social e simbólico específico, interagindo com a família empregadora que detém propriedades distintas desses capitais.

Essas diferenças constituem e instituem desigualdades que fundam as bases de poder entre estas famílias.

O meu pai era empregado deles [...] Quando eu tinha 8 anos, uma senhora que veio de Portugal com o esposo dela - eles casaram e vieram aqui pro Brasil-, então ela murava só e ela me pediu da minha mãe, como era 9 filhos, muito filhos, muita gente em casa [sorrindo] e ela me pediu pra mim ir morar com ela, e eu fui, fui morar com essa família - essa portuguesa e esse português. Eu tinha 8 anos (Entrevistada 2).

Nesse tempo nós tava na cidade [...] nós tinha vindo passar as festas de Santa Terezinha [...] foi quando pariceu esse senhor com essa senhora andando nas casas procurando uma moça pra trazer pra cá, pra Belém - uma menina pra trazer pra cá pra Belém, né, aí foi quando ela falou pro papai com a mamãe e a mamãe disse: olha, eu tenho a minha filha aqui, mas eu num sei se ela vai querer ir, né [...] Eu tava com 16 anos (Entrevistada 9).

É possível inferir que as lutas, as tensões e os conflitos que ocorrem nas relações da menina com os patrões expressam disposições constituídas também a partir dessa intersecção de campos hierarquicamente desiguais entre as diferentes famílias – família de origem e família empregadora. No caso da Entrevistada 2 as posições hierarquizadas no campo social são bem visíveis: de um lado a menina, de uma cidade do interior do Pará (capital simbólico), filha de um empregado da fazenda dos patrões (capital social), uma em nove crianças de uma família muito pobre (capital econômico). De outro, os patrões (capital social), donos da fazenda (capital econômico), portugueses (capital simbólico).

Na situação da Entrevistada 9, as posições no campo também delineiam a hierarquia da propriedade de capitais desiguais: uma menina do interior do Estado do Amazonas, de uma área localizada no centro da mata com um capital simbólico de interiorana, com o capital cultural próprio do seu lugar de origem – não tem nenhum título escolar, não é alfabetizada, sua rede de relações sociais, por excelência, está circunscrita ao campo familiar (capital social), passa para o campo social da família empregadora na posição subalternizada de empregada, agregada no qual o patrão detém um capital econômico maior – trabalha com

aviação, ocupa posto de trabalho distintivo (capital cultural), tem uma ampla rede de relações sociais (capital social) configurando-se em capital simbólico, pois:

O campo de produção simbólica é um microcosmos da luta simbólica entre as classes: é ao servirem os seus interesses na luta interna do campo de produção (e só nesta medida) que os produtores servem os interesses dos grupos exteriores ao campo de produção (BOURDIEU, 2007, p 12).

Há ainda, dois dados importantes. No momento da “entrega” da jovem à família empregadora, vem à tona a desigualdade de capital simbólico: a família empregadora não deixa com a família da menina nenhum endereço para contato em Belém e mesmo assim eles entregam a menina. Não há também o registro do endereço da família da menina. Além disso, a jovem é entregue sem nenhum documento oficial: *“Eu num tinha, nessa épica, documento nenhum, porque nessa épica na onde eu morava pra lá num faziam questão [...] Aqui não, né, aqui já se exige tudo, né. [...] quando a gente pegava o navio num era preciso a certidão, eles num pediam, n’era documento nenhum”* (Entrevistada 9). Este fragmento da fala da menina expõe a existência dos campos sociais: da família de origem “pra lá” e o da família empregadora “Aqui”. Aparentemente esse espaço de intersecção entre os dois campos é ausente de conflitos, contudo, na perspectiva da violência simbólica, a ação de entregar uma pessoa, no caso uma jovem de 16 anos para uma família de outro Estado, sem nenhuma garantia de retorno, sem os documentos necessários, na posição de empregada pode ocultar um ato de violência simbólica, pois: “o termo violência simbólica é eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas lingüísticas e outros” (VASCONCELOS, 2002, p. 81).

Contudo, há particularidades nessas intersecções entre os campos, como no caso da Entrevistada 8, cuja família empregadora parece se situar numa posição análoga na hierarquização do campo econômico da sua própria família de origem, que, diante de uma situação de extrema pobreza aciona mecanismos para a redução dos custos com a reprodução

material da família e “entrega” sua filha para uma pessoa conhecida que trabalhava como lavadeira e morava em um bairro periférico da cidade de Belém. Do mesmo modo que a Entrevistada 9, a menina é entregue sem nenhuma garantia de seu retorno a casa familiar, pois esta não conhecia o endereço da família empregadora em Belém. Ou seja, o retorno ficou condicionado à ação da tomadora do serviço.

A primeira vez [inserção no trabalho doméstico], eu tinha 10 anos. Aí foi uma senhora daqui de Belém e conhecia minha mãe. Então como nós era muita criança e a minha mãe trabalhava na roça, ela me deu pra essa senhora, pra mim tomar conta desse menino. Aí eu vim morar aqui na Motorizada [Passagem no Bairro do Jurunas] com essa senhora (Entrevistada 8).

Indagamos, neste caso, como se constituem as relações de poder entre os agentes sociais que se encontram em posições pouco diferenciadas no campo econômico? Cremos que a resposta encontra-se exatamente na relação dos demais capitais entre os agentes: a idade da menina, a sua posição na família empregadora como acessória ao grupo (LAMARÃO e MACIEL, 2007), a imposição do trabalho, da jornada, dos castigos. Assinalamos o fato de a mãe ter *dado* a menina “*ela me deu pra essa senhora*”, o que certamente irá ter outro peso para o capital simbólico da família empregadora já que a menina está sob a sua autoridade. Esses são elementos que constituem a posição da menina no campo social, concebido por Bourdieu como: “espaço social de dominação e de conflito. Cada campo tem uma certa autonomia e possui suas próprias regras de organização e de hierarquia social. Como num jogo de xadrez, o indivíduo age ou joga segundo sua posição social neste espaço delimitado” (VASCONCELOS, 2002, p. 81).

Essas situações podem ser refletidas também a partir da noção de herança social desenvolvida por Bourdieu como:

[...] as condições de participação social baseiam-se na herança social. O acúmulo de bens simbólicos e outros estão inscritos nas estruturas do pensamento (mas também no corpo) e são constitutivos do *habitus* através do qual os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta não pode ser realizada sem a ação sutil dos agentes e das

instituições, preservando as funções sociais pela violência simbólica exercida sobre os indivíduos e com a adesão deles (VASCONCELOS, 2002, p. 81).

De fato, em nenhuma das situações relatadas pelas entrevistadas as meninas foram arrancadas de suas famílias, pelo contrário, foram “entregues” por seus próprios familiares e se sujeitaram às regras, às normas impostas pela família empregadora que se apropriou da menina, com a anuência daqueles, indicando, na perspectiva bourdesiana, a presença do poder simbólico.

No processo de inserção no trabalho doméstico, a intersecção dos campos se assemelha a um mercado de trocas simbólicas, como pode ser observado no depoimento da Entrevistada 10:

Foi essa família de Bragança foi que me trouxe pra cá, ai eu vim com eles, com ela, me levou pra casa do irmão dela [...] lá da Presidente Vargas [...] num conhecia [a família empregadora], nem conhecia Belém. [...] Ela pediu pra mamãe pra mim vim morar com eles, sem salário, né, só pra morar, ai eu vim. Ai ela me dava as coisas, me dava roupa, me dava calcinha, sapato, ela comprava, ela não me dava resto (Entrevistada 10).

É uma troca simbólica porque não é um contrato de trabalho legível, baseado em um corpo jurídico legal. Sua existência não está descolada do contexto social: para a família que entrega a menina é mais uma possibilidade de enfrentar e minimizar a pobreza tentando “encaminhar” a filha para o estudo, para uma posição hierarquicamente melhor no campo. Para a família que recebe a menina, é uma possibilidade de usufruir dos serviços domésticos prestados por ela.

A passagem para o novo campo social com a chegada na casa dos patrões, representou para a menina, em primeiro lugar, a ruptura dos vínculos com sua família de origem e a conseqüente necessidade de decifrar os códigos deste novo campo e a institucionalização de novos aprendizados:

Ah, logo quando eu vim, eu me senti triste, né, porque eu tava acostumada lá [Bragança – casa da família], à vontade, ai vim pra cá [Belém-casa dos patrões] num fiquei mais à vontade [...] Foi horrível porque eu num sabia por onde de mexer, eu num sabia nem o nome dela [patroa], eu num sabia como chamar eles, eu num sabia como eu ficar ali com eles, né, convivendo

com eles [...] a roupa era lavada na máquina, [...] ela mesmo que lavava, que ela num queria que eu mexesse na máquina, né [...] Quando eu não conhecia alguma coisa eu perguntava [...] como o microondas, eu num sabia o que era, eu via eles esquentar a comida, mas eu num sabia [...] num sabia nem apitar o elevador, era tudo eles me ensinava, quando eu descia pra comprar pão [...] eu num sabia nem botar relógio no meu braço [risos] [...] Eu sei que foi horrível pra mim, ai na Presidente Vargas [...] só pra onde eu saía, era só na padaria [...] Só que eu achava muito ruim tá ali, porque eu num saía, só olhava na janela, só olhava os carros lá embaixo e olhava só mesmo dos altos, num dava pra mim descer, ficar lá embaixo. Num tinha amiga, num tinha nada, num conhecia ninguém [...] num tinha um quintal, que era um edifício, a gente morava no 4º andar [...] (Entrevistada 10).

Nesse fragmento da história de vida da Entrevistada 10, no momento de sua inserção no trabalho doméstico na área urbana, identificamos claramente a fase de transitoriedade de um agente social em um campo distinto de suas referências de origem. Para uma adolescente socializada na zona rural, envolvida com trabalhos de agricultura, vivendo em espaços com dimensões geográficas e sociais amplos que, de forma brusca, passa a viver num espaço social diametralmente oposto ao de sua família de origem. Por esse prisma, a constituição das relações sociais entre os agentes sociais expõe relações de poder, uma vez que a composição dos capitais entre as partes tem pesos relativos desiguais.

O depoimento da Entrevistada 1 elucidava a distinção dos campos sociais e os capitais específicos de cada agente, neste caso uma menina de 10 anos em um novo campo social (a casa da patroa):

Quando foi um dia, de manhã, ela [patroa] disse: - olha, hoje tu tem que subir nesse mamoeiro aqui e apanhar aqueles mamão. Eu subia lá no interior no açazeiro, nós fomos criados apanhando açai eu subia, né. Ai, mas [na casa da patroa] num tinha peconha⁴⁰, não tinha nada, ela mandou eu subir lá. Ai eu subi, quando eu cheguei lá em cima - que tinha uns filhos de mamoeiro assim, ai eu ia me apoiando e cheguei, era bem alto o mamoeiro, quando cheguei lá derrubei os mamãos que ela queria, joguei tudo, ai quando foi pra mim descer, aqueles filhos de mamão quebrou, ai eu vim duma vez, eu vim duma vez de lá até no pé da árvore. Isso meu aqui [mostra a parte interna do braço, próximo ao pulso], isso aqui ainda é ferida de mamoeiro. Olhe, isso aqui [mostra o outro braço] isso aqui, olhe, isso é ferida de mamoeiro, isso aqui meu ficou só uma ferida (Entrevistada 1).

⁴⁰ Laço de corda ou de pedaço de saco, por exemplo, de fibra de embira, em que os trepadores de árvore apóiam os pés de encontro ao caule, para por este subirem com a força de suas pernas e braços. (HOUAISS, 2001).

No campo social da menina, subir em açazeiros é uma habilidade comum, mas com os instrumentos necessários para isso, como a peconha. No campo social do trabalho doméstico a patroa pressupõe que, pelo fato da menina ser do interior, ela sabe subir em qualquer árvore. De fato, ela confirma a informação, mas explica claramente que subia numa palmeira – o açazeiro e com peconha, diferente de um mamoeiro⁴¹ que tem o caule oco e mais frágil, impróprio para subidas tal qual se faz no açazeiro. A patroa impõe e a menina obedece, ocorrendo o acidente.

Do mesmo modo, para a Entrevistada 11, decifrar o código da cidade foi uma possibilidade de aumentar seu capital social, começando pelo espaço mais próximo de sua corporeidade (BERGER e LUCKMANN, 2004) – os arredores da casa e do bairro onde vivia com a família empregadora: *“Aprendi a pegar ônibus, quando num sabia, perguntava, ai foi, foi, foi fácil pra mim. Andava mais a pé, que antigamente era uns bondinhos que tinha, ai era tudo mais perto ali pra banda do comércio, daí eles [patrões] moravam na Cesário Alvim, era tudo mais perto a gente andava mais a pé”* (Entrevistada 11).

O fragmento da história de vida da entrevista 7 também revela as dificuldades de decifrar os códigos desse novo campo social, quando passa a assumir responsabilidades de adultos que requerem habilidades que ela não adquiriu no campo social da família de origem como por exemplo cuidar de uma pessoa idosa:

Já foi uma diferença [na casa dos patrões] assim porque digamos ela [patroa] chegava com um remédio: - olha H., tu tem que dar esse remédio tal hora assim pra mamãe. Aí a dificuldade que eu sentia, porque eu não conhecia nem, bem dizer, hora. Nesse tempo, sabia ler aquilo, mas tinha coisa que eu não entendia, letra de médico mesmo eu não entendia. E então o que que ela fazia? Ela deixava marcado assim no vidro, pra mim, ai mar [não termina de pronunciar a palavra], colo [não termina de pronunciar a palavra], tinha um relógio grande, digamos, aqui [faz o gesto com as mãos apontando para a parede da sala]. Ai dizia: - olha H., quando o ponteiro tiver ali, aí é hora da mamãe tomar o remédio. Eu não tinha noção de ver a hora assim, eu num sabia, ai ela marcava tudinho, até no relógio era todo marcado pra mim. Quer dizer que isso ai foi uma dificuldade muito grande, né. Às vez, a enfermeira vinha cuidar da velhinha lá, olhar tudo, passar o remédio, mas

⁴¹ árvore (*Carica papaya*) da família das caricáceas, nativa de regiões tropicais das Américas, proveniente do México, de tronco grosso e oco, folhas com longos pecíolos, também ocos [...] (HOUAISS, 2001).

tinha vez que eu num ficava. Eu tinha que sair porque eu num tava entendendo nada, ai ela, como era filha, que vinha, tomava... ai depois que a enfermeira saía é que ela já vinha me ensinar tudo como era pra mim fazer (Entrevistada 7).

As meninas que são trazidas do interior seja pelos patrões, seja por um intermediário, experimentam mudanças substantivas em sua trajetória de vida. Mudanças que podem ser movidas pelo desejo de aumentar seus bens econômicos: *“como eu queria, tinha vontade mesmo de trabalhar, pra adquirir também qualquer coisa pra dar também pra meus pais”* (Entrevistada 5), e mesmo assim, deparam-se com uma nova realidade ao chegar na cidade que aparece-lhe, no mínimo estranha:

Nesse tempo, de lá de Mangueiras pra Soure era de canoa assim, remando [...] Agora de Soure pra cá era aqueles navio que chamavam, uma chatas, parece que chamavam. Quando a gente vinha, artava todas as redes. Vinha todo de rede artada. Passava a noite toda viajando, só chegava de manhã [...] É, lá no garpão, que chamam, é Ver-o-Peso [...] Eu fiquei assim admirada que eu nunca tinha visto nada dessas coisas, aquela aglomeração, tudo eu fiquei admirada, só olhando assim.[...] Ah, [bagagem] uma maleta de pau que a gente usava. Eu trouxe umas roupinhas que eu tinha, rede, não era muita coisa que eu trouxe [...] Nesse tempo é que.. por ali agora, já faz tanto tempo que eu nem sei... tinha ali o que? Chamavam garpão Mosqueiro-Soure, com é? Garpão, né. A gente saltava dali, vinha aqui pra fora pra esperar o carro, ai pegava ia onde tinha que ir, ía levar a gente [...] Tinha, tinha bastante [movimento de pessoas no porto] [...] Ih [...] Veio, ele veio [intermediário], me levou primeiro lá pra casa. Ele tinha uma filha aqui. No dia seguinte foi que ele foi me deixar lá [no emprego] (Entrevistada 5).

Providas de experiências de vida e de capitais diferenciados, essas meninas, geralmente, têm uma baixa escolaridade, desconhecem seus direitos como criança, como adolescente e como cidadã⁴². Por isso, são envolvidas como cúmplices no processo de dominação porque - como explica Bourdieu-, o poder simbólico é:

[...] uma espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade

⁴² A exploração de meninas no trabalho doméstico em Belém e a violação de seus direitos foi discutida em trabalhos já mencionados na Introdução: CEDECA EMAÚS. O Trabalho Doméstico de Meninas em Belém. Belém, 2000; CEDECA EMAÚS/OIT. O Trabalho Infantil Doméstico em Casa de Terceiros. Belém, 2002a. (mimeo); CEDECA EMAÚS. Mosaico de estrelas: histórias de meninas trabalhadoras infantis domésticas. Belém, 2002b.

daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (2007, p.7, 8).

Ainda, segundo Bourdieu (2007) há um jogo, como num tabuleiro no qual os agentes vão se movendo de acordo com a posição nesse campo e com o capital acumulado que lhe permite realizar jogadas mais adequadas e necessárias para acumular capital. Isso significa afirmar que haverá, em algum momento, reação da menina. Todavia, um movimento de reação não implica necessariamente na alteração da posição social marcada pela desigualdade social devido as diferenças abissais da posse e do peso de capitais entre os agentes, nesse caso entre a menina e os patrões.

Na perspectiva teórica apontada por Bourdieu, podemos identificar nos dados coletados que não é somente o capital econômico a mola movedora desse processo. A sedução da cidade, com as possibilidades de saída de um lugar extremamente isolado, pode desencadear mecanismos que inserem a menina no trabalho doméstico, especialmente quando a menina vivencia reflexos da vida urbana, como no caso da Entrevistada 7, cuja família trabalhava numa fazenda no Marajó. A visita da patroa à fazenda mobiliza na menina sua participação para o jogo ao qual se refere Bourdieu, para se fazer notada pela dona da fazenda e ser levada à cidade conforme é demonstrado no depoimento a seguir:

Eu já tava grande foi que eu achei que num era o lugar [...] eu vim pra cá com uma idade de uns 13 anos a 14 anos, nessa faixa. Comecei a trabalhar em casa de família [...] É porque eu me dava muito com a dona da fazenda, né. Eu era criança, mas eu acho que ela também gostou de mim e eu gostei dela, foi uma simpatia entre as duas [...] quando ela chegava na fazenda eu ficava sempre com ela, né, fazendo as coisa, ia pra lá. Criança, mas eu já entendia assim, pegava uma vassoura. E ela: - vai buscar tal coisa pra mim. Ela ficava lá pelo quarto e eu junto com ela, né, ajudando ela arrumar e ela falava pra mim: tu qué ir comigo? Começava a me convidar. Ai eu tive aquela simpatia pra vim com ela, foi ai que eu vim, ai morei esse tempo todo com ela [...] A mamãe deixou eu vim com ela (Entrevistada 7).

A sedução da cidade também foi um dos motivos de saída da zona rural - via trabalho doméstico para a Entrevistada 9, que, de tão intensa, obliterou sua percepção acerca de outros

fatores presentes nessa motivação como a distância de Tefé (AM) para Belém (PA), o afastamento da sua família de origem, dentre outros:

Ela [patroa] disse: - olha, nós mora em Belém. [mãe da Entrevistada]: - Belém? Belém? Belém é muito longe, mamãe disse. Aí eu disse: - Ah não, mas eu quero ir pra Belém, quero conhecer, conhecer Belém, sabe, eu quero conhecer Belém. Sabe porque? Porque a minha madrinha, uma vez ela teve aqui em Belém [...] ela ficou de me trazer. Um dia ela disse assim: - olha, quando eu for pra Belém, vou te levar pra ti conhecer Belém. Ela falou pra mim, a minha madrinha, né, pra ti conhecer Belém. Aí eu disse: - Ah, madrinha, tá bom, eu vou com a senhora. Eu vou falar com o compadre, eu vou te levar pra ti dá uma viagem comigo em Belém, pra ti conhecer Belém. Tu vai, tu volta comigo. Aí eu disse ta bom, mas foi na época que ela adoeceu, ela teve um problema muito rápido assim, eu num sei o que foi deu nela, que eu num me lembro mais, né, que num deu tempo dela me trazer [...] Ai quando esse casal apareceu, aí eu disse assim: - não mamãe, eu quero ir pra Belém, eu quero ir, eu quero conhecer Belém. Pra lá pra onde a minha madrinha disse que Belém é bonito, Belém é isso, Belém é aquilo, eu quero ir, eu quero ir (Entrevistada 9).

É possível inferir, pela leitura dos dados coletados, que a entrada em um novo campo social e a definição de uma posição nesse novo campo exigem das meninas estratégias diversas, dentre as quais a submissão como componente das relações sociais de dominação. Neste estudo sobre relações de poder consideramos importante acessar a teoria desenvolvida por Max Weber sobre a dominação para auxiliar nas análises realizadas.

A dominação em Weber tem nuances particulares no campo das relações de poder uma vez que sua análise aponta para uma relação unilateral entre os agentes sociais já que define poder como: “a oportunidade existente dentro de uma relação social que permite a alguém impor a sua própria vontade mesmo contra a resistência e independentemente da base na qual esta oportunidade se fundamenta” (WEBER, 1989, p. 107), ou seja, há prevalência de um indivíduo sobre o outro e, para haver prevalência é necessário que haja mecanismos de dominação.

Para esse autor, a dominação se mantém por meio da legitimidade, cujos fundamentos são de três formas, que Weber considera como tipos puros: a legal, a tradicional e a carismática. Na dominação legal, o dominado obedece em razão de uma lei, de um estatuto,

de uma base jurídica: “obedece-se à pessoa não em virtude de um direito próprio, mas a regra estatuída, que estabelece ao mesmo tempo quem e em que medida se deve obedecer. Aquele que manda também obedece a uma regra” (WEBER, 1992, p. 350). Nesse tipo de dominação o que conta é o que estabelece o contrato: a forma e o tipo de pagamento, as tarefas, a posição hierárquica do cargo. Deve prevalecer a racionalidade contratual distanciando-se de atitudes arbitrárias de âmbito pessoal ou sentimental.

Na dominação tradicional, o que conta é o poder tradicional, isto é, “é a que existe em virtude de crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito tempo existentes” (WEBER, 1992, p. 351). Neste tipo de dominação inclui-se aquela que existe entre senhores e servos, na qual há dependências pessoais, preferências e é marcada pela fidelidade pessoal que se sobrepõe ao dever ou à disciplina. A dominação é exercida em âmbito patrimonial (servos, criados, súditos) ou extrapatrimonial (favoritos, protegidos), o tipo puro dessa dominação é a patriarcal (WEBER, 1992):

A fidelidade inculcada pela educação e pelo hábito nas relações da criança com o chefe da família constitui o contraste mais típico com a posição do trabalhador ligado por contrato a uma empresa [...] E, efetivamente, a associação doméstica constitui uma célula reprodutora das relações tradicionais de domínio. Os “funcionários” típicos do Estado patrimonial e feudal são empregados domésticos (WEBER, 1992, p. 353).

A dominação carismática, segundo Weber, é exercida por meio de uma relação afetiva com o líder carismático geralmente reconhecido por seus poderes mágicos, ou feitos heróicos, capacidade de seduzir a multidão por meio de sua oratória. Essa dominação é baseada na devoção pessoal “Obedece-se exclusivamente à pessoa do líder devido às suas qualidades excepcionais e não em virtude de uma posição estatuída ou de uma dignidade tradicional; portanto, também somente enquanto essas qualidades lhe são atribuídas, ou seja, enquanto o carisma subsiste” (WEBER, 1992, p. 354)⁴³.

⁴³ Weber assinala que esse tipo de dominação foi tratado pela primeira vez por R. Sohm na obra O Direito eclesiástico para a antiga comunidade cristã (WEBER, 1992, p. 355).

Neste estudo, identificamos a predominância de relações de dominação tradicional em relação à legal e carismática. Para existir dominação legal seria necessário um aparato jurídico que legitimasse o trabalho infantil e juvenil. A dominação legal estatuída tanto pela Constituição Federal - CF, (1988), pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, principalmente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990)⁴⁴ não amparam este tipo de relação de trabalho – o trabalho infantil e juvenil⁴⁵, pelo contrário, ocorre uma inversão da legalidade, ou seja, trata-se de uma relação não legitimada pelo aparato jurídico-legal. Contudo, este estudo remonta à época da infância e adolescência de mulheres que nasceram na primeira metade do século XX, portanto ainda não existiam a Constituição Federal de 1988 nem o ECA. Somente a CLT vigorava, desde 1º de maio de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.452. Em relação à dominação carismática, não encontramos dados que ratifiquem esse tipo de dominação uma vez que essa forma de dominação requer um apego às qualidades excepcionais da pessoa (patrão), uma espécie de adoração pelo que a pessoa pode fazer de extraordinário, de heróico. Já a dominação tradicional fica bastante evidente, pois se trata de uma relação de servidão por fidelidade, por gratidão, por costume, por tradição⁴⁶:

Minha mãe, meu pai me chamava muita atenção porque ele também quando ele trabalhou pra, na fazenda, ele começou a trabalhar ele ainda era solteiro, então ele conversava com a gente e dizia: - *olha minha filha, eu tô trabalhando com esse pessoal aqui, essa família, desde o meu tempo de solteiro. Arranjei a tua mãe aqui na fazenda, me casei aqui na fazenda. Hoje vocês são tudo, bem dizer, já grande, tudo criado, continuamo trabalhando na fazenda. Então ele sempre dizia: - tu qué ir com essa senhora [dona da fazenda] pra Belém? Eu dizia que queria. - Então tu vai minha filha, mas é assim, o que eles mandarem tu fazer, tu vai, faz. A pessoa não pode ser mal-criada, não responda mal pra ela mesmo que ela lhe chame atenção. Cê num gostar, mas você escute calado, num dê resposta pra ela, procure obedecer ela. Era uma coisa que eles sempre diziam e a gente lembra até hoje – do conselho de pai e de mãe, é. De não ser mal-criado e ser assim.*

⁴⁴ Instituído pela Lei 6.089, de 1990.

⁴⁵ O ECA proíbe o trabalho infantil e protege o trabalho juvenil, a partir dos 16 anos.

⁴⁶ Este aspecto da teoria de Weber pode ser relacionado aos estudos de Berger e Luckmann (2004) sobre institucionalização. Embora estes autores não tratem diretamente da dominação, demonstram que no processo de socialização a interiorização do mundo social chega à nova geração não pela biografia individual, mas pela tradição. Embora esses autores não sejam contemporâneos e não tratem das mesmas questões, consideramos que a discussão sobre a tradição, seja como processo institucionalizador, seja como processo de dominação, se corroboram.

Antão eu acho que até hoje, eu tenho isso comigo que, num tem esse padrão que não chame a empregada atenção, mas a gente, se a gente tá errado a gente tem que ficar com a gente, né, tem que escutar calado, mesmo a gente tando errado, certo, mas a pessoa fala depois que a gente vai se explicar o motivo (Entrevistada 7).

Ela [patroa] era muito boa. Era muito minha amiga mesmo, amiguíssima mesmo, a idade que eu tinha era a idade dela [...] Quando ela veio de Portugal, ela veio pequena, mocinha de 15 anos e eu sempre ia por lá [casa] ficava com ela, eu também tava mocinha. Nesse tempo eu morava com os meus pais, eu ia por lá com ela, conversava com ela, porque ela veio [...] de Portugal pra casar com parentes - porque portugueses não gostam que casem com outras, eles querem que sejam tudo da família deles [...] Mas ela não era de maltratar muito, ela tratava bem de mim e ela, tudo assim que eu queria ela me ajudava, nunca me [...] (Entrevistada 2).

Fui m'embora (retornou de Belém pra São Luis) e lá encontrei a dona G., que eu já conhecia. [...] Ela tinha 5 menina [...] Ela pediu pra mim ficar lá [casa da patroa] brincando, a mesma coisa, ficar lá com os filhos dela e tinha a J., uma moça que ela trouxe de Manaus, que ela criava também, essa moça. Ai a moça também arranjou um rapaz, foi viver com ele e eu fiquei, mas tinha outra que ajudava na lavagem e eu tomava conta. Quando a P. [filha caçula] nasceu, eu fui tomar conta da P. Ai eu fiquei lá, ai quando ela disse assim: eu vou m' embora [pra Belém], mas eu queria que você fosse comigo. Eu também já tava querendo. [...] ai quando ela veio, ela pediu pra minha mãe de novo [...] A dona G., é a minha família que eu tenho aqui [em Belém] (Entrevistada 4).

Além dos três tipos de dominação já citados, Weber indica outros elementos responsáveis pela dominação:

[...] a probabilidade de encontrar obediência a uma determinada ordem, pode ter seu fundamento em diversos motivos de submissão: pode ser determinada diretamente de uma constelação de interesses, ou seja, de considerações racionais de vantagens e desvantagens (referente a meios e fins) por parte daquele que obedece; mas também pode depender de um mero "costume", ou seja, do hábito cego de um comportamento inveterado; ou pode, finalmente, ter o seu fundamento no puro afeto, ou seja, na mera inclinação pessoal do dominado (WEBER, 1992, p. 349).

Seguindo esse raciocínio, dominação e submissão fazem parte da mesma relação e a obediência é um componente básico. No campo do trabalho doméstico acreditamos que a dominação perpassa por esses três mecanismos apontados por Weber: racionalização de vantagens e desvantagens; pelo costume e pelo afeto.

Para uma criança que deixa a casa dos pais para morar com os donos da fazenda na qual o pai trabalha, a relação de submissão e afeto torna-se muito próxima. A herança social

de obediência e disciplina faz parte das relações que vão se estabelecendo para a criança na medida em que ela também se apega à família empregadora. A posição acessória num campo social diferente do seu marca a sua posição em um outro mundo, mesmo que seja como agregada. Identificamos na narrativa da Entrevistada 2 que ela se esforçava para tratar com zelo e cuidado as coisas e as pessoas dessa família. Contraditoriamente, ela traz a tona momentos de dispêndio, de esforço de energia física e emocional para dar conta das tarefas domésticas. Identificamos no caso a seguir, a superposição de dois tipos de submissão: pelo afeto e pela racionalização de vantagens. Na sua luta cotidiana ela busca reconhecimento dessa família para a qual dedicou boa parte de sua infância e adolescência:

*A minha patroa morreu [...] Ficou uma criança e eu fui criar.[...] Meu patrão era português, sempre convivi com português, nunca convivi com paraense [...] Eles eram donos de indústrias, donos de serraria, de olaria, de engenho de açúcar, de cachaça, dessas coisas tudo [...] dono de armazéns. Eles eram muito rico, essa família era [...] Ai é que eu fui trabalhar, trabalhava, tomava conta da menina, que era pequenina, que ela ficou com 1 ano [...] Ai eu ia pra cozinha, ajudava a cozinhar - na minha maior mocidade, que a senhora já sabe como é - os 15 anos da gente, n'era? Na minha mocidade foi aonde eu trabalhei mais [...] Quando ela [nova esposa] veio, eu disse: - *olha agora eu num quero mais ficar aqui, eu já teve todos esses anos, acabando a minha mocidade tudo aqui, com essas crianças, criando, e eu já to enjoada de criança, eu queria ir pra minha casa, queria voltar pra lá, pros meus pais.* Ai elas disseram: - *ah, mas eu não queria que você fosse, é tão boazinha com a gente.* Porque eu tinha paciência com as crianças, eu não maltratava, eu tratava bem, tinha dias que eu chorava porque eu tinha saudade da mãe das meninas, né, tinha dia que eu chorava com as crianças e tudo que eles perguntavam: - *cadê a mamãe? Cadê a mamãe?* Eu dizia, (voz embargada e choro) *a tua mãe num está, tua mãe foi passear, ela já vem [...]* Então eles num queriam que eu saísse da casa, eles queriam que eu ficasse na casa, eles não queriam. Ai eu disse: - *Não, mas eu não posso mais ficar – a minha mocidade seu J. to acabando tudo aqui com seus filhos, tudo, e agora já vem a sua esposa, né.* Ai quando ela (nova esposa) chegou, ihhh, ela disse que num queria que eu saísse, que eu ficasse com ela. Eu disse: - *olha, a senhora vem, já vai depois, vai gravida, vai ter filhos e ai vai outra luta pra mim de novo, e eu vou ficar velha aqui na sua casa, ai eu não aproveito nada da minha mocidade.* Ai ela disse: *Não, mas tu aproveita B., fica com a gente aqui.* Eu digo: - *não, eu num posso ficar, pronto! Aí completou meus 15 anos na casa dele (Entrevistada 2).**

Com a morte da patroa, ela assume os cuidados de uma criança de 1 (um) ano até os 6 (seis) anos. O que fez essa menina de 15 anos assumir esse encargo? Acreditamos que foi a submissão pelo afeto, na medida em que ela encontra-se em uma família que, pela sua fala

parece indicar que não é qualquer família, eram os donos da fazenda na qual o pai era empregado. Além disso, é uma família que ela reconhece diferente da sua de origem – são portugueses. Nesse seu relato parece estar implícito a identificação de capital simbólico objetivado: são donos de vários empreendimentos, moram num bairro de comerciantes prósperos de Belém. Nesse ponto acreditamos que se instala a submissão pela racionalização de vantagens na medida em que, a dedicação venha a ser reconhecida pela família empregadora. O que não acontece quando ela sai depois de 8 anos nessa família. Isto é revelado no momento em que um novo ciclo parece recomeçar na família empregadora – o patrão vai casar-se novamente. É o momento em que parece que ela rompe com a submissão e manifesta sua intenção de voltar para a casa dos pais. A argumentação da família empregadora confirma a conduta de dedicação com a família.

Em um novo trabalho, no qual ela permanece por mais 7 anos, sua história se repete, criando laços de afetividade, especialmente com a patroa, demonstrando como o afeto se torna componente de uma relação de submissão e dominação, já que se conhecem desde a juventude e são da mesma faixa etária. Contraditoriamente, ela também relata a extensa e intensa jornada de trabalho nessa casa:

Passava muito a ferro lá, muito mesmo, o dia todinho [...] Ferro a carvão, ferro a carvão [...] a gente fazia com muito cuidado, num botava pro lado pra onde o vento desse, pra num sujar a roupa. A gente fazia dum jeito que não sujasse a roupa. Mas era muito trabalho, muito sacrifício, muito trabalho. Mas lá eu trabalhava, lá eu tomava conta de roupa, era muita roupa, mas tinha 4 empregada, 4 comigo. Mas eu acordava pra lavar, depois da lavagem eu passar eu ia ajudar a passar. Eu passava muito bem. [...] Sabe que gente rica – português - tem muita roupa, e naqueles tempo não era como agora, era passado o colarinho, com água de goma pra ficar durinho e o punho da camisa bem dobradin... [não termina de falar a palavra], pra pindurar, para não amarrotar e tudo. Era assim que foi a minha vida [...] Era uma boa patroa, foi uma boa senhora me ajudou muito, em poucos anos ela morreu, ela morreu afogada em Salinas [choro, choro, continuou a narrativa chorando] [palavra inaudível, entremeada de choro]. Eu não estava mais com ela nesse tempo, eu já tinha me casado, [...] eles [patrão] ligaram pra mim eu foi lá no enterro dela e Deus-o-livre eu gostava muito dela, foi uma família muito boa pra mim, me ajudou muito, [chorando] até hoje eu sinto falta dela... [pausa com choro] eu dedicava toda a minha por ela, pros filhos, gostava muito dela mesmo (Entrevistada 2).

A submissão presente no trabalho doméstico para a Entrevista 6 também envolveu a racionalização de vantagens, o afeto e o costume. O pai era empregado da fazenda e as filhas, foram todas para o trabalho doméstico, com exceção da filha caçula que casou e não trabalhou fora. É possível afirmar a existência de uma conexão entre a reprodução da relação do pai com o patrão e a posição de empregada doméstica das meninas na casa da fazenda desde a tenra idade. No tocante ao afeto, já foi destacado o jogo de sedução da entrevistada para ser “escolhida” pela patroa para trabalhar na casa dos patrões na cidade. Quanto à racionalização de vantagens e desvantagens, é identificada na demonstração do esforço da menina para aprender e se submeter às regras do novo campo social.

Eu vinha assim quando eles tavam assim, mês de dezembro, que eles iam pra lá [Marajó], né, ferrar os gado. Aí quando eles vinham pra cá [Belém], aí sempre eles me traziam, né, aí eu vinha pra cá passear com eles [...] depois eu ia embora trabalhar com eles [...] Aqui em Belém eu ajudava a limpar a casa, ajudava a lavar roupa [...] Tinha empregada daqui da casa. Eu ficava mais pra sair assim com as meninas pra fazer compra pra gente voltar [...] Não, senhora, eu num trabalhava [...] eu saía assim com ela, a filha dele da mesma idade minha, a filha dele mais velha, era isso [...] fazer companhia com as meninas, sair com elas aqui [...] [riso]. Iam pro arraial, iam pra essas pracinhas por aí, não sei nem por onde mais, eu saía assim com elas [...] Não [não recebia pagamento] [...] Era, senhora, era pro meu pai. Eles compravam negócio de roupa, alguma coisa que eu quisesse, né, que eu me agradasse numa loja [...] eles me davam um agrado, sim [riso com a boca fechada], era isso que eles faziam (Entrevistada 6).

Para este estudo, a Entrevistada 3 tem uma particularidade, já citada na metodologia: é a única entrevistada que não nasceu na zona rural. A análise de sua inserção no trabalho infantil doméstico foi considerada por compreendermos que enriqueceu o estudo ao levar em conta essa singularidade. Por isso, optamos em mantê-la como fonte de análise. Em primeiro lugar, nos parece que a racionalização de vantagens e desvantagens está bem clara na seguinte situação da Entrevistada 3:

Eu nasci e me criei ali [Doca de Souza Franco], até meus 10 anos. [...] foi quando [...] finado Barata [governador do Pará – 1930 a 1934 e de 1955 a 1959] coisou as vacarias, pra sair do centro da cidade e aí tanto o meu pai como o meus primos tudo meus parente tinham vacarias ali e os outros mesmos, aí todo mundo vendeu a sua, meu pai vendeu foi quando ele veio

comprar esta casa aqui na [rua] Senador Lemos [...] Logo após, ele - isto foi em maio ou junho, quando foi em julho ele faleceu. Ai eu tava com 10 anos quando ele faleceu [...] Depois daí nós ficamos tudo assim pequeno, nós éramos 6 irmãos, tudo pequeno com a minha mãe. Eu digo: - não, isso não é coisa pra mim! Eu queria estudar e não podia, ai eu digo: - quer saber duma coisa? Eu vou pra casa de família. [...] e só peguei no pesado mesmo quando o meu pai morreu, com 10 anos aí é que [...] porque o pouco que eu arrumava eu vinha trazer pra casa, eu arrecebia o meu dinheiro vinha [...] Ai eu fui morar com uma professora que era secretária do Benjamim Constant [colégio] morei com ela muitos anos mesmo. [...] o marido dela trabalhava na Enasa, depois ele saiu da Enasa e foi pra uma firma em Capanema, a minha mãe não deixou eu ir pra Capanema com ela.[...] Ai eu peguei, digo: - não, mas eu num vou ficar parada, ih, mas num vô mesmo. Ai eu peguei eu fui trabalhar, conversando, me informando eu fui trabalhar com uma, uma senhora a L. que o marido dela era o presidente da Enasa, o Seu Z. [...] fui trabalhar com ela, pra tomar conta da, da, da filha dela, pra mim tomar conta da menina, levar ela pra escola, levar ela prum cinema. Ela já era mocinha, eu também já era mocinha, [...] Eu trabalhei lá até ela casar. Quando ela casou ela quis me levar pra São Paulo, a minha mãe não deixou de novo (Entrevistada 3).

A orfandade paterna desencadeou na Entrevistada 3 a necessidade de sair em busca de um trabalho que pudesse ajudar na renda familiar. A menina de 10 anos, filha de português dono de vacarias na Doca de Souza Franco tinha uma sociabilidade que lhe rendia uma extensa rede de relações sociais, em grande parte por participar da distribuição de leite da vacaria de seu pai para a área mais urbanizada da cidade (centro). Por meio dessa rede de relações sociais ela se conecta com um mundo também urbano, agora no campo doméstico de uma família, ou seja, em um campo com novas relações sociais. Identificamos que, na decisão de ir para o trabalho doméstico, ela parece racionalizar a vantagem de trabalhar em casa de terceiros, mesmo que isso lhe pesasse encargos ainda não vividos já que ela expressa que somente “pegou no pesado” depois que o pai faleceu. Depois de alguns anos com essa família, ela encontra-se na confluência de seguir ou não com a família empregadora para outro município a mãe intervém e ela, novamente parece racionalizar as vantagens ou desvantagens de se manter em casa de terceiros. Procura então novo trabalho, no qual parece usufruir de uma vantagem: acompanhar a filha da patroa à escola, mas também a passeios. Um fato chama a atenção: ambas estão na mesma faixa etária: “*Ela já era mocinha, eu também já era mocinha*”, contudo a posição no campo social é diferente. Acompanha a mocinha até o

casamento, que a convida para viajar para outro Estado. Novamente a mãe intervém e ela procura um novo trabalho. Nessa trajetória ela trabalha na casa de pessoas com posição social distintas na cidade: família de maestros, família de poetas, família de políticos (ex-governador do Pará).

Mais uma vez ela é levada para a decisão de seguir com os patrões para outro Estado ou ficar sem o emprego:

[A patroa diz:] - *C. eu acho que eu to com vontade de ir pra perto dos meus filhos. Eu digo: - tá, então eu num posso fazer nada, vá eu fico e eu arrumo outro emp...[não termina de pronunciar a palavra] serviço pra mim. Num se incomode que eu arrumo outro serviço pra mim. Ai ela disse: - olha eu vou te dar umas quantas referências. Mas ai eu não aceitei [...] porque, parece que eu [não completa a frase]. Não, eu digo, eu mesmo quero arrumar, porque se eu me der mal é eu mesmo (Entrevistada 3).*

No caso da Entrevistada 3 não há presença do “costume” ou da “tradição” de processos de dominação na sua inserção no trabalho doméstico. Pelo contrário, em sua história de vida, ela relata atitudes que conotam autonomia, independência e responsabilização pelos seus atos. Na expressão: “*eu mesmo quero arrumar, porque se eu me der mal é eu mesmo*”, fica evidente a sua atitude de responsabilização, autonomia e independência. Há também um diferencial em relação aos tipos de família nas quais ela trabalha: todas famílias de classe média, como já foi sinalizado anteriormente. Por isso, tendemos a concluir que há presença de uma relação de dominação, na perspectiva do poder simbólico, mas, com racionalização de vantagens e desvantagens.

Consideramos também importante verificar aspectos particulares da relação de poder no trabalho doméstico pela abordagem foucaultiana. A concepção de Foucault não se restringe ao âmbito jurídico de poder “considerado como um direito de que se seria possuidor como de um bem e que se poderia, por conseguinte, transferir ou alienar [...]” (FOUCAULT, 1998, p. 174), ou mesmo ao seu âmbito econômico “o poder é modelado pela mercadoria, por algo que se possui, se adquire, se cede por contrato ou por força, que se aliena ou se recupera, que circula, que herda” (FOUCAULT, 1998, p. 175). Ao elaborar uma análise não

exclusivamente econômica do poder, Foucault afirma que: “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (FOUCAULT, 1998, p. 175), mas essa força não significa exatamente repressão, por isso é necessário abordar a noção de poder por meio de sua mecânica, de suas disciplinas, de sua infiltração nas instâncias mais diluídas da sociedade, pois:

Identifica-se o poder a uma lei que diz não [...] Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1998, p. 8).

Essa construção sobre o poder é bastante esclarecedora para se compreender as relações de dominação no trabalho doméstico, pois se trata de uma relação que tem uma peculiaridade – é realizado no âmbito mais íntimo da atividade humana – a casa, a moradia, o espaço da privacidade. Nesse campo social, há uma teia de relações ambíguas e contraditórias que se relacionam ora como uma força repressora, ora com uma força invisível “uma espécie de guerra silenciosa, nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos” (FOUCAULT, 1998, p. 176). A essa forma de conceber o poder Foucault denomina de micro-poder ou sub-poder, que se realiza por meios de mecanismos de controle detalhados que chegam à dimensão corpórea: gestos, atitudes, comportamento, hábitos, discursos em detrimento do suplício, do martírio, do espetacular da punição, da repressão. Tal como Bourdieu (2007) Foucault (1998) discute a subliminalidade das relações, impregnadas de poder, mas pouco reconhecidas como tais. No campo do trabalho doméstico, especialmente quando envolve crianças e adolescentes, essa forma de poder pode ser encontrada na medida em que se desvenda as ambigüidades presentes nos discursos da

trabalhadora doméstica, incluindo o treinamento, a disciplina. O depoimento a seguir mostra essa ambigüidade e as relações de poder que permeiam o campo social da menina:

Não, [eu era] assim tipo uma filha dela, que ela me dava roupa, sapato, era assim, que nessa época ela me botou pra estudar [...] eu carregava água, carreguei muiiiiiiita água em lata na minha cabeça [...] A gente ia buscar água ai nessa rua nova, segunda. Olha eu ia de manhã, tu sabe pra mim pegar uma lata com água, eu voltava as vez dez, onze horas do dia pra encher esses camburão. Passava o dia inteiro carregando água pra essa senhora. Lata de, de, de margarina, dessas latas grandes de manteiga [...] Era, só que ela pregava um pau assim na beira da lata, por dentro e a gente pegava por aqui, sabe? [simula o gesto de carregar algo pesado pela alça]. [...] É, como eu não dava conta de carregar assim [mostra a posição lateral ao longo do corpo] eu botava na minha cabeça [...] Fazia aquela rudilhinha de pano e botava aqui [coloca as mãos sobre o centro da cabeça] botava a lata [...] Com 10 anos. Tu acreditas que eu andava na ponte com a lata solta na minha cabeça? Andava, eu andava. [...] e ela me batia quando eu demorava pra torneira, que eu voltava, ela ainda me batia. Ela pensava que eu tava brincando - que eu era criança, né. Mas eu num tava, tava esperando chegar a minha vez, que era fila, as latas, sabe? Ah, às vezes quando eu já num tinha mais força que eu levantava a lata com água cheia. A lata chegava até aqui [aponta para a altura do peito] ela virava - lá vai, eu voltava de novo pra torneira. Era isso que ela ficava com raiva, né: [A menina:] - *Ah D. F., derramou a água no caminho, eu tive que voltar pra ir buscar.* [Dona F.:] - *Que nada, tu tava brincando* [A menina:] - *Num tô, D. F.!* Aí ela se aborrecia comigo. Tinha vez que ela tava uma maravilha comigo, sabe, quando eu enchia o camburão de água pra ela, ela ficava muito sartifeita, contente, alegre, né. Aí ela, ela me cuidava bem, me tratava bem, né. Quando ela via que eu num dava conta de encher o camburão o dia todo pra ela - que era muita gente enchendo água-, ela se aborrecia, ela pensava que eu tava brincando com ela (Entrevistada 8).

Esse trecho de depoimento da Entrevistada 8 contém elementos que mostram o exercício de poder diluído e combinado em duas formas: pela ação repressora “*ela me batia, quando eu demorava pra torneira, que eu voltava, ela ainda me batia*”, e, pela ação do micropoder, pois fica evidente que a menina realiza o controle do seu tempo para cumprir a tarefa forjada silenciosamente pela ação repressora da disciplina.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças

(em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potencia que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 1977, p. 127).

O corpo da menina responde dentro dessa lógica e se adentra para o trabalho doméstico na produção de uma habilidade que lhe é exigida pela patroa: carregar água. Ela então acessa os efeitos do treinamento e da disciplina imposta na família de origem, quando sua mãe lhe obrigava a carregar feixes de mandioca na cabeça durante o trabalho na roça, fato já relatado em outra parte de seu depoimento. Dessa disciplina resulta uma postura corporal que ela aprimora com a lata d’água – carrega sobre a cabeça sem o apoio das mãos. Levando-se em conta que se trata de uma criança, esse adestramento do corpo ao trabalho pode ser ainda mais forte. Para Foucault: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (1977, p. 126) .

A constituição de um corpo “dócil” (FOUCAULT, 1977) envolve mais que o corpo, penetra em outras dimensões da sua vida, traduzida em opressão e é a própria menina que denuncia a existência de um poder disciplinar sobre ela: “- *que eu era criança, né*”. Contraditoriamente, ela busca na patroa uma relação que nega a sua condição de cria, empregada: (eu era) “*tipo uma filha dela*”. Na condição de filha ela recebia roupa e atendimento escolar, mas como cria, empregada, era sujeitada ao trabalho pesado. Reconhece a presença do jogo do poder quando relata que a patroa ficava alegre e contente quando ela cumpria com a tarefa: enchia dois barris⁴⁷ de água por dia.

Por outro lado, a habilidade constituída pela disciplina lhes resulta em vantagem entre seus pares e neste ponto identificamos a ramificação do poder penetrando por todas as esferas,

⁴⁷ Recipiente de madeira que lembra um cilindro abaulado, formado de aduelas, destinado a conservar ou transportar algo (ger. alimentos, esp. líquidos); tonel (HOUAISS, 2001).

conforme nos fala Foucault: “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder tem alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1977, p. 28). Por isso, da mesma maneira que ela utiliza a destreza com a lata d’ água na cabeça pra atender a uma regra da patroa, ela usa para se sobrepor a suas colegas, criando com isso momento de ludicidade em meio ao trabalho doméstico, pois a sedução de brincar com água era muito grande:

Então eu tinha umas, umas meninas, que a gente dizia: umbora aporfiar⁴⁸ de lata? Aí elas se danavam por causa disso, né [gargalhadas] [...] É, umbora aporfiar de lata, umbora ver quem é que segura a lata na cabeça sem segurar com a mão, né. Eu botava a minha lata – a lata ia assimmmm... eu só ia... olha.... na ponte... [faz um gesto demonstrando equilíbrio de um objeto na cabeça e demonstra satisfação] [risos] [...] (Entrevistada 8).

Esse fato também demonstra que nessas pequenas atitudes há resistência ao poder instituído pela patroa, mesmo que essa ação de resistir não consiga mudar a posição de dominada na relação com a patroa, mas tem uma outra hierarquização diante de seus pares, ou seja, ela ganha a competição de carregar a lata d’ água na cabeça porque possui uma habilidade que gera vantagem em relação às demais colegas, evidenciando que, o poder se espraia em uma rede infinitesimal de relações.

Além disso, fica claro que a menina ao demonstrar eficiência no carregamento da lata d’ água não percebe que está sujeita a um tipo de disciplina, de controle do tempo, de controle da atividade por um poder (patroa) que não está em sua frente, mas em sua consciência - a certeza de que será punida se não fizer a tarefa, ou seja, os olhos de quem vigia e pune estão subliminarmente presentes em cada etapa de seu trabalho, ela mesma se auto-regula e se pune na medida em que procura realizar a tarefa no tempo necessário “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de

⁴⁸ Trata-se de porfia, competição, desafio (HOUAISS, 2001).

suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” (FOUCAULT, 1977, p. 126).

Segundo Foucault “as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. Diferentes da escravidão, pois não se fundamentam numa relação de apropriação dos corpos” (1977, p. 126). O que ocorre com as crianças e adolescentes no trabalho doméstico não é escravidão, pois a patroa não é proprietária da menina, contudo há uma relação de poder na qual “o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições” (FOUCAULT, 1977, p. 16) é o que pode ser constatado no depoimento a seguir:

Nessa [casa] eu trabalhava, trabalhava mesmo. [...] Quando ela era viva, que Deus perdoe-a, nós trabalhava de lavagem de roupa, duas hora da tarde nós ia pro tanque com tudo na mesa. Ela dizia: - *B. tu faz o café e bota na mesa.* Eu botava na mesa, dava a merenda dos meninos, né e nós ia pro tanque de roupa, olhe, lavar roupa, lavar muita roupa. Dava seis horas eu dizia: - *Dona M., já é seis hora ninguém tomou nada.* Ela dizia: - *não, tem tempo, tem tempo.* [...]. Ai eu dizia: - *é, mas já vai dar 6 horas e ninguém comeu nada.* Ninguém comia nada.[...] Ninguém comia nada e tanta fartura, porque português tinha fartura. Era armazém mesmo, armazém de estiva, de, de ter uma sala assim grande cheia de tudo: bacalhau, azeite desses que vinha de Portugal, muita fartura, muito, mas Deus que perdoe os pecados dela que ela num [...] eu era um palitinho, eu sempre fui magrinha, eu nunca fui gorda, eu sempre fui magrinha, mas eu era magrinha, magrinha, magrinha de tanto trabalhar lá (Entrevistada 2).

No trabalho doméstico as meninas são submetidas a um rigoroso controle do tempo para dar conta da jornada diária. Segundo Foucault “o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder (1977, p. 138). Os horários estipulados pela rotina da casa dos patrões, a imposição do trabalho, a confinção na casa (a menina que vem do interior do Estado e fica enclausurada num apartamento perdeu a sua liberdade), são elementos dessas privações e interdições no trabalho doméstico conforme pode ser identificada nos depoimentos a seguir:

Primeiro é que eu fazia logo a limpeza, né, da casa, passava pano, toda a limpeza, lavava banheiro. Quando era na hora do almoço eu arrumava a mesa tudo lá, que a cozinheira logo disse como era pra fazer. Depois do almoço eu que ia lavar a louça toda, ai limpava de novo, passava pano por lá

ai depois era que ia tomar conta do bebê e da outra menina, depois ia lá pra praça com eles, ficava lá. Era assim essa vida [...] quando era cedo já tava deitada. Num saía quase, ainda mais que eu não conhecia ninguém, né num saía (Entrevistada 5).

Nós era 3 empregada [...] Era, a cozinheira, eu era ajudante da servente e tinha a servente. Elas eram tudo do interior [...] uma era de Marabá, a outra era de Breves e eu era do Moju [...] elas já eram mocinhas sabe, também [...] [...] Ah, a gente acordava 5 horas da manhã, todas, todas as três. Era, ai nós descia lá pro quintal, ia varrer o quintal, ela [patroa] tinha uns passarinhos, a gente limpava as gaiola, era assim. Aí a outra já cuidava da comida de manhã, né, fazer o almoço que às 11 horas eles almoçavam [...] Era uma casa, [...] [Av. Gov.] José Malcher, era só uma porta grande, hoje em dia [...] [é] aquela escola, lá, né, pois é, aquela casa era muito grande [...] Eu varria, eu passava roupa, eu lavava louça, eu arrumava a mesa do café, do jantar, do lanche à tarde, né? [...] Tinha uma padaria lá aonde tem aquela Big Ben? Eu vinha toda 6 hora da manhã comprar pão lá, toda 6 hora [...] 4 hora da madrugada, ela acordava a gente, ai eu, a gente ia pegar o ônibus, aqui em Nazaré, [...] pra gente comprar verdura, ovo, comida pra lá, peixe, sabe, era assim. Aí nós voltava 6 hora da manhã de lá do Ver-o Peso, era a hora que ela levantava (Entrevistada 8).

As engrenagens do poder, de suas ramificações estendidas em todas os espaços da vida social são evidentes nas relações de poder no trabalho doméstico, expressas nas narrativas de quem passou por essa experiência. O poder se faz pela submissão ao trabalho dentro de um contexto de necessidades materiais. Para a Entrevistada 6, ela afirma que o trabalho doméstico era sua única alternativa: *“É porque num tinha outra coisa, eu num tenho estudo, né pra fazer outra coisa. Então era a única que eu podia fazer era isso, né, que eu tô fazendo ainda até hoje, né”* (Entrevistada 6). Esse é um ponto abordado por Foucault sobre a existência de relações de poder no qual se extrai do corpo uma força útil:

É, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado). O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1977, p. 28).

O exercício do poder no trabalho doméstico é mais do que uma subordinação em uma relação de trabalho, é uma sujeição da pessoa desde a dimensão do seu corpo físico até a sua

dimensão político-social⁴⁹ posta em submissão, porque contextualizada em relações históricas de servidão, antes de propriedades – escravidão, feudalismo e nos tempos atuais de submissão, que envolvem desde a disciplina mais rígida até a dominação pelo afeto já assinaladas neste estudo.

A submissão fica inscrita em seu corpo, nos gestos, no modo de falar, no modo de ser. A Entrevistada 6, demonstrou durante a entrevista uma atitude que pode ser considerada de expressão de um hábito que denuncia subalternidade – ela responde acrescentando um “senhora” à cada pergunta nossa, conforme destacado a seguir:

Duas, é senhora [...] Portel, foi senhora [...] Não, senhora, eu [...] Não, não senhora, Portel [...] Foi, senhora [...] Foi, senhora [...] Foi, senhora [...] É, senhora [...] [É, senhora [...] Foi, senhora [...] Era, senhora [...] Não, senhora [...] Não, senhora [...] Não, senhora [...] Não, senhora [...] Foi, senhora [...] Não, senhora [...] É, senhora [...] Não, senhora [...] Não, senhora [...] Não, senhora [...] Não, senhora [...] Não, senhora [...] Tenho, senhora, tenho [...] É, senhora [...] É senhora [...] É senhora [...] Não, senhora [...] Ela vai todo dia, senhora [...] Tá, senhora, tá, senhora... (Entrevistada 6).

As relações do trabalho doméstico expõem relações de poder e submissão, não exatamente unilaterais porque há resistência, há ambigüidade, há contradições. Contudo, a predominância da dominação sobre a menina fica evidente em suas falas, perpassando as dimensões físicas e sociais de sua existência, inscrevendo suas biografias no campo dos dominados de uma sociedade que extrai do corpo, da pessoa, não somente o lucro, mas também a sua subordinação, a sua submissão, a docilidade de seus corpos tomados para o trabalho. Uma sociedade que disciplina seus cidadãos desprovidos de condições materiais de reprodução social - supostamente livres-, no cárcere da submissão, como nos foi revelado nos depoimentos de mulheres que passaram por essa experiência na infância e adolescência.

⁴⁹ Foucault define corpo político como “conjunto dos elementos materiais e das técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber” (FOUCAULT, 1977, p. 30)

4.2 Formação da subalternidade e constituição do estigma.

Identificamos alguns dos elementos constituidores da relação social do trabalho infanto-juvenil doméstico, carregados de tensões e conflitos expressos nos depoimentos pesquisados, assim como a posição da menina no campo social do trabalho doméstico a partir do peso de seus capitais frente aos agentes sociais desse campo, bem como a demonstração da formação de um poder disciplinar inculcado desde a socialização primária na família de origem sedimentado também pela posição submissa em casa de terceiros. Nessa reflexão consideramos pertinente indagar: o processo no qual a menina trabalhadora doméstica é envolvida gera estigma como expressão de subalternidade? Essa pergunta nos leva primeiro à noção de *habitus* estudada⁵⁰ por Bourdieu (2007) por compreendermos que o processo experienciado pela menina, desemboca na formação de um *habitus* que revelará a sua posição subalternizada com tendência à estigmatização.

Para esse autor, o *habitus* “é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital. [...] o *habitus*, a *hexis*⁵¹, indica a disposição incorporada, quase postural [...] de um agente em ação. [...] a noção serve para referir o funcionamento sistemático do corpo socializado (BOURDIEU, 2007, p. 61, 62). Quer dizer, não é algo estático, mas um estado que se produz no campo social permeado de tensões e conflitos porque coexiste em uma diversidade de papéis e funções hierarquizadas no qual se produz uma história objetivada e se reproduz em uma história incorporada. A conjugação desses dois estados da história é que vai constituir o *habitus*:

[...] toda a ação histórica *põe em presença* dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos,

⁵⁰ A noção de *habitus* (em latim) é antiga, remonta a Aristóteles como *hexis* (em grego), depois retomada por Marcel Mauss (2003) dentre outros autores e, mais recentemente por Bourdieu, que re-situou a palavra antiga em um conceito (BOURDIEU, 2007, p. 60, 61).

⁵¹ Equivalente grego de *habitus* segundo Bourdieu (2007, p. 61).

livros, teorias, costumes, direito, etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus* (BOURDIEU, 2007, p. 82).

Vimos que, no campo social do trabalho doméstico, a socialização da criança vai sendo construída na história objetivada da família de origem e nas relações patronais, assim como na ação dos sujeitos que incorporaram essa história e a tornam *habitus*. Por isso, a perspectiva dada por Bourdieu (2007) - da dinâmica das relações se parecerem com um jogo no qual dominado, mesmo sem perceber, alimenta a dominação-, se torna importante para entender como a subalternidade e o estigma se constituem ao mesmo tempo em produto de uma história objetivada e de uma história incorporada no *habitus*.

Portanto, o campo social em que se travam as relações do trabalho doméstico é constituído por um determinado *habitus* por meio de “conjuntos de elementos históricos depositados e sedimentados em seus corpos como marcas naturais que ditam sua história e se fazem reconhecer na história dos outros” (MACIEL, 2006, p. 241) que, cremos, podem ser percebidos como expressão da história incorporada dos servos, criados, escravos e empregados domésticos disciplinados e domesticados ao longo da história e que são reativados em sua biografia por meio da reprodução social familiar que ultrapassam gerações, como mostra o depoimento a seguir:

Eu disse: - olha minha filha, [falando para a sobrinha] a gente, como é, no começo num é muito bom, não, mas você vai aprendendo. Eu aprendi, a minha mãe aprendeu na casa dos outros. Ela foi criada também pela, pela, por outra família e sobreviveu [...] então por que que você num pode também? [...] A minha irmã que mora no Rio⁵², também tem uma filha, mora também na casa de família. Hoje em dia a filha dela faz faculdade. Quer dizer, ela não é tratada como empregada não, pela consideração, que ela já tem muito tempo lá. Criou os filhos da dona da casa, como eu criei os filhos da dona G., era como fosse da família, tá entendendo. É assim, a vida tem que ser assim (Entrevistada 4).

Para a Entrevistada 4 é quase uma determinação natural que sua mãe, sua irmã, ela própria e a sobrinha sigam o mesmo percurso familiar. O caminho para o trabalho doméstico já foi institucionalizado, sedimentado, inculcado e agora revelado como um *habitus* pois:

⁵² Cidade do Rio de Janeiro – RJ.

Esta actualização da história é uma consequência do *habitus*, produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico. A história no sentido do *res gestae*⁵³ constitui a história feita coisa a qual é levada, “actuada”, *reactivada* pela história feita corpo e que não só atua como traz de volta aquilo que a leva (segundo a dialética do levar e ser levado) [...] (BOURDIEU, 2007, p. 82, 83).

Por isso, neste estudo das relações do trabalho doméstico travadas na infância e adolescência de mulheres que passaram por essa experiência, podemos identificar a presença de *habitus* formado no campo das relações domésticas. A Entrevistada 8, ao ser entregue para uma conhecida de sua mãe, diz literalmente “*a minha mãe me deu pra dona F.*”, ou seja, refere-se a si mesma como algo que pode ser dado a outrem, tal qual a posição de escravos e de servos, propriedades de seus senhores. Em seguida, ela diz que a mãe faleceu e, com 15 anos, retorna para o trabalho doméstico em Belém: “*quando eu voltei [da casa da dona F.], foi na época que a minha mãe morreu, aí eu fui morar com a minha madrinha [em Belém]. Aí essa senhora foi lá e me pediu pra minha madrinha, aí eu vim morar com essa senhora*”. Novamente há um ato de “doação” de uma pessoa a outra. Perguntamos se ela recebia salário nessa nova casa e ela responde que não, e dá uma explicação que pode ser compreendida como a expressão de um *habitus*, pois reflete uma ação que está re-ativando um costume de um tempo histórico passado da história dos servos, criados, escravos: a submissão ao trabalho doméstico sem remuneração.

[...] Era, porque naquela época, as empregadas domes... [não termina de falar a palavra] que vinham pra cá pra Belém, a gente vinha morar com essas famílias, elas num dava dinheiro pra gente, elas num faziam salário da gente [...] Não, elas num davam pra família da gente, elas só davam mesmo pra gente, sabe, roupa, sapato, a comida, né. É assim, rede pra nós dormir, a gente dormia em rede (Entrevistada 8).

A presença desse *habitus* vai caracterizar uma situação de ambigüidade porque ao ser “dada” para uma família, a menina ocupa uma posição no campo social de trabalhadora doméstica. Contudo, a ausência de remuneração, de um salário e de uma inscrição legal desse

⁵³ *res gestae* – *res* no latim significa coisa, *res gestae*, feito ilustre, grande feito.

trabalho⁵⁴, acaba por se configurar numa relação dúbia: não é empregada, é “quase” da família, ou seja, é uma cria da casa, criada. Essa ambigüidade engendra uma questão que perpassa pela formação de uma dada subalternidade e constituição de um tipo de estigma porque, se a menina participa da dinâmica do campo doméstico na posição de empregada, a ela deveriam ser dispensados os direitos dessa categoria de trabalhadores. Ao ser representada como “quase” da família, da mesma forma, deveria receber os benefícios destinados à condição de filha. O depoimento a seguir traduz claramente essa ambigüidade. De um lado a vinculação com a família por uma forte relação de afeto: *“a pior coisa da minha infância [...] foi quando essa criança [filha da patroa] que eu amava muito morreu. Essa menina que eu gostava muito, que, a bem dizer, eu ajudei a criar, né. E eu gostava muito da menina, zelava como se fosse uma filha, uma parenta minha”* (Entrevistada 2). E por outro lado, o reconhecimento da posição de empregada: *“Em todas [as casas], eu me sentia como uma empregada porque às vezes assim, eu queria ser, assim, ser liberta, assim pra mim fazer um passeio, ir na casa de meus parentes”* (Entrevistada 2).

A ambigüidade entre ser ou não ser da família e empregada cria um solo fértil à instituição de estigma que marca e traduz o lugar efetivo da menina no ambiente doméstico da casa em que esta é trabalhadora. Em outro trecho de sua entrevista ela diz:

Eu num era de sair, eu num saía muito, eu num era, mesmo. Os patrão, Deus-o-livre, tinham muito zelo, num queriam que eu saísse. Eu num saía, só saía se fosse com eles aos domingo [...] ele dizia: - Olha B., perpare os meninos que nós vamos dar uma volta, vamos até a Condor, vamos dar uma volta – naquele tempo a Condor ainda era feia, agora não, a Condor ainda era feia, era só uma ponte que tinha lá, era feia a Condor, era só um barzinho que tinha lá, a gente ia lá, ficava sentada lá até 7, 8 hora, aí nós vinha embora, chegava, tirava a roupa dos meninos, ia banhar eles e vinha dar o jantar dos meninos. Era assim a minha vida... Era, pra tomar conta dos meninos [...] num era um passeio que eu escolhia. Eu ia com os meninos porque eu era obrigado eu ir, era obrigado eu ir, porque eu tomava conta deles (Entrevistada 2).

⁵⁴ Levando em conta que o trabalho infantil é proibido e o juvenil, a partir dos 16 anos, é protegido por legislação específica (ECA).

Esta ambigüidade fica evidente quando a Entrevistada 2 se refere ao zelo do patrão com ela, no sentido de proteção, já que era uma mocinha do interior vivendo na cidade, mas ao final da fala, ela reconhece que até no lazer da família, ela estava numa posição de empregada em um campo social que lhe subtraiu parte de sua vida pessoal – “a mocidade”. O olhar reflexivo sobre a objetivação das relações travadas nesse campo desnuda a ambigüidade e expõe o *habitus* que reflete um conjunto de informação social, entendida como:

[...] uma informação sobre um indivíduo, sobre suas características mais ou menos permanentes, em oposição a estados de espíritos, sentimentos ou intenções que ele poderia ter num certo momento [...] é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem (GOFFMAN, 1988, p.52).

No espaço público, a menina carrega consigo o campo social do trabalho doméstico no qual a sua posição é ambígua - empregada, cria, criada ou “quase” da família. Mas essa ambigüidade não o é para ela e nem para os agentes que interagem nesse espaço público, porque a informação social que é transmitida denuncia e reafirma a sua posição de empregada num passeio de domingo com a família empregadora porque a informação social, ainda, segundo Goffman, (1988) é transmitida por meio de signos e símbolos que podem ser de prestígio ou de seu oposto, de estigma⁵⁵: “signos que são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade” (p. 53). O autor refere-se à discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real, ou seja, a virtual é aquela que o indivíduo elabora para encobrir a sua verdadeira identidade social. No estudo sobre estigma, Goffman (1988), embora trate do tema envolvendo as suas diversas manifestações que incluem várias categorizações, enfatiza aquele que provém da representação da pessoa com uma identidade fora do padrão, incluindo desde pessoas com

⁵⁵ Segundo Goffman (1988), estigma é uma palavra criada pelos gregos relativa a sinais corporais que identificavam pessoas consideradas indignas, desonrosas que deviam ser evitadas em público. Os escravos, por exemplo, eram marcados com ferro em brasa, marcando sua posição na sociedade. Com o tempo essa noção foi alterada chegando a ser identificada com sinais da presença divina. A medicina relacionava-os com distúrbios físicos.

deficiência física até mendigos e boêmios aos quais ele denomina de: desacreditados, desafiados, desviantes sociais entre outros. Contudo, seus estudos avançam em direção a outros grupos (étnicos e raciais) que estão “numa posição relativamente desvantajosa na sociedade” (p. 156) e de populações pobres que “trazem a marca de seus *status* na linguagem, aparência e gestos” (p. 157) que na relação social encontram-se numa espécie de sub-cidadania⁵⁶.

Interessa para este estudo esta última perspectiva analítica de Goffman. A partir dela o estigma pode ser entendido como marcas negativas, atributos desqualificantes, que colocam seu portador em uma posição inferior aos demais agentes sociais. O estigma identifica os “menos iguais” entre os “iguais”, pois: “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidades de serem neles encontradas” (GOFFMAN, 1988, p. 11 e 12). O seu saber, a sua cultura, a sua capacidade, são considerados como menor, como negativos pela sociedade da qual fazem parte.

Relacionando com a afirmação de Bourdieu (1997, p. 103) de que “Todos os grupos confiam ao corpo, tratado como uma memória, seus depósitos mais preciosos” podemos pensar que o exercício do trabalho doméstico, desde a infância e a adolescência, implica na formação de um processo de inculcação de disposições duradouras revelado:

por signos exteriores com que se exprime a posição social, como as roupas, estendendo-se à *hexis* corporal ou à linguagem [...] De maneira muito mais conseqüente do que os signos exteriores ao corpo (medalhas, uniformes, galões, insígnias, etc), os signos incorporados, ou seja, tudo aquilo englobado na rubrica das maneiras (maneiras de falar, os sotaques ou as pronúncias, maneiras de andar ou de se comportar, o andar, a pose, a postura, maneiras de comer etc) [...] estão fadados a funcionar como apelos mediante os quais se pode lembrar àqueles que poderiam esquecer (ou que preferissem se esquecer) o lugar que lhes confere a instituição (BOURDIEU, 1997, p. 103).

⁵⁶ No sentido elaborado por Jessé Souza (2006) referindo-se a forma como indivíduos e classes sociais são excluídos da possibilidade de participar como produtores nas instituições modernas do mercado, do Estado e da esfera pública.

Isso implica afirmar que o *habitus* opera:

distinções que marcam fronteiras invisíveis - embora objetificadas nas disposições dos espaços sociais em que os indivíduos atuam, pois operam como signos distintivos profundamente arraigados naqueles que reproduzem os traços que os tornam reconhecíveis devido seus *habitus* incorporados e que também são reconhecedores dessas mesmas marcas em outros *habitus* (MACIEL, 2006, p. 240).

Por isso, acreditamos que o *habitus* do trabalho doméstico é construído e incorporado na história objetivada de uma relação de servidão que “embora não retorne como tempo histórico, fica registrada nos corpos dos indivíduos e se reproduz em diversas manifestações desses corpos” (MACIEL, 2006, p. 241), cuja objetivação se expressa em símbolos de estigma: nas atitudes, nos gestos, nas falas, na cor da pele, no atraso escolar, na postura corporal (encurvamento), nas mãos calejadas, degradadas pelo uso em atividades domésticas dentre outros.

Acreditamos que a subalternidade nas relações do trabalho doméstico se expressa assim que começa a existir um conflito entre a identidade real e a virtual para tentar encobrir o estigma, pois este faz parte do quadro de representações sociais, no sentido de que estas “recobrem o conjunto das crenças, dos conhecimentos e das opiniões que são produzidas e partilhadas pelos indivíduos de um mesmo grupo, a respeito de um dado objeto social (GUIMELLI, apud CHARAUDEAU, 2006, p. 432). Assim, as representações sociais acabam por se imbricar na realidade, passando a ser a referência primeira sobre ela. Daí o alerta de Bourdieu (1998, p. 108) de que é preciso “incluir no real a representação do real”. No caso da Entrevistada 2, fica evidente que ela realiza as tarefas domésticas e cuida das crianças do patrão para atender a representação social de empregada doméstica e, se segrega no interior da casa do patrão atendendo à representação social de ser “quase da família” acreditando que está sendo objeto de zelo e proteção por parte do patrão (BOURDIEU, 1997, p. 99).

Contudo, o pêndulo da balança da ambigüidade inclina para o lado da representação social estigmatizada, desencadeando diversos recursos para o encobrimento do estigma,

conforme pode ser visto na situação da Entrevistada 2. A posição de empregada doméstica aparece de forma contraditória entre seu discurso e sua ação, indicando a presença de estigma em relação a ser empregada doméstica porque no seu discurso, ela afirma que não ocultava que era empregada da família: *“perguntavam onde eu morava, eu digo: - ah, eu sou empregada ali, sou ama das meninas, ajudo na casa, ajudo a fazer tudo, se é preciso varrer a casa eu varro, se é preciso ir na cozinha ver as panelas eu vou”*. Mas, na ação - no momento de sair nos arredores da casa dos patrões -, ela revela uma atitude de encobrir qualquer vestígio do trabalho doméstico: *“Eu ia bem calçadinha, com roupa limpa [...]. Com a roupa que eu estava na cozinha eu num saía na rua, num saía, num saía, num saía mesmo, num saía. Eu tinha um pavor de sair cheirando à cebola na rua. Num saía mesmo”* (Entrevistada 2).

Para qualquer pessoa, parece ser comum que não se deseje sair na rua “cheirando à cebola”. Contudo, no caso de uma pessoa que se encontra em um campo social no qual essa é uma marca peculiar de sua posição naquele campo, o “cheiro de cebola” pode ter um outro significado. A ênfase com que ela afirma *“num saía, num saía, num saía mesmo”* também pode nos dar pistas de que se trate de uma tentativa de encobrimento de estigma.

Procuramos analisar a expressão da linguagem (códigos gerais) das entrevistadas e identificamos outro signo de estigma, pois a fala da criança proveniente da área rural revela um discurso (coloração específica do contexto) que comporta um estilo diferenciado, pois é produto da cultura, do contexto em que é produzido. E é visivelmente perceptível na ação reflexiva com o agente com que se relaciona. Bourdieu (1998) chama a atenção para que “as trocas lingüísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos” (p. 23, 24). Ora, a menina participa no campo do trabalho doméstico com um modo de falar constituído na experiência singular do campo social de sua família de origem,

socialmente caracterizado e provido de pesos simbólicos diferentes e distintivos, ou seja, não se trata apenas de uma variação da norma culta, mas de uma “elaboração especial que tende a conferir ao discurso propriedades distintivas, é um ser-percebido, que existe apenas em relação com sujeitos perceptores, dotados dessas disposições diacríticas que permitem estabelecer *distinções* entre *maneiras de dizer* diferentes, artes de falar distintivas” (BOURDIEU, 1998, p. 25).

No impacto da chegada à casa dos patrões ela participa, com o seu modo peculiar do discurso de seu lugar de origem, de um confronto dos capitais que ela mesma reconhece como um falar incorreto, fora da norma, fora do contexto. Para Bourdieu (1988):

[...] tal reconhecimento se evidencia com particular força através de todas as coerções, pontuais ou duradouras, a que os dominados submetem, num esforço desesperado para alcançar a correção, consciente ou inconscientemente, os aspectos estigmatizados de sua pronúncia, de seu léxico (com todas as formas de eufemismo) e de sua sintaxe, ou então, na confusão que os faz “ficarem sem ação”, tornando-os incapazes de “encontrar suas palavras”, como se ficassem de repente expropriados de sua própria língua (p. 39).

O depoimento a seguir revela parte desse processo, especialmente o ato de se abstrair da propriedade biológica de falar, pois sua fala depende de uma propriedade social da qual ela está - naquele campo social -, desprovida. Resta-lhe o esforço de tentar aprender a fala “correta”: “*Quando eu não sabia falar eu ficava calada ou então eu perguntava. Quando eu não conhecia alguma coisa, eu perguntava [...] Não, nunca nem riram de mim quando eu falava errado, sempre eles me explicavam como era pra mim falar*” (Entrevistada 10).

Esse modo de falar também se revelou na fase de coleta de dados desta pesquisa, na realização da entrevista - etapa considerada por Bourdieu (1997) em que se põe em presença a violência simbólica-, momento de intensa interação na qual se expôs a sintaxe, a entonação, os gestos das entrevistadas com uma certa “coloração específica” de seu local de origem, permeado de influências da fala urbana em razão do longo período já vivido em Belém e em outras cidades por onde passaram. Algumas características de suas falas são: trocam a

pronúncia da letra L pela da letra R e vice-versa; trocam a pronúncia do E pelo I; falam acentuadamente o fonema U no lugar do O; não pronunciam a letra S no final dos substantivos no plural; costumam encurtar certas expressões como: “parece que” para “paresqui” ou “pesque”. Presumimos que esse modo de falar era fortemente presente na infância e adolescência, época de sua inserção no trabalho doméstico, foi diferenciador na relação de capitais no novo campo social, e que por revelar posição social distintas se expressou como símbolo de estigma.

Identificamos também como símbolo de estigma a ausência ou a baixa escolaridade, herança familiar agravada pela inserção no trabalho doméstico. Bourdieu (1997) reporta-se à questão da formação escolar não somente em termos de custo, mas de anos de estudo e garantias certificadas desse sistema. Nessa perspectiva de análise as tentativas de recuperação dos anos de atraso escolar podem estar associados a um estigma. No Brasil, podemos citar um exemplo desse tipo de estigma quando se passou a associar negativamente a sigla MOBREAL⁵⁷ – Movimento Brasileiro de Alfabetização, a pessoas sem instrução, sem educação, indicando em seu sentido conotativo pessoa grosseira. Neste estudo, a ausência da escolaridade ou a formação incompleta foi considerada pelas entrevistadas como uma marca negativa. O depoimento a seguir exemplifica essa situação:

[...] num aprendi, tô aprendendo agora, de velha. Eu não sabia nem... Meus documentos tudo é de analfabeto. Eu num tenho nenhum ainda assinado porque eu ainda não pude trocar, é pra mim ir trocar a minha identidade

⁵⁷ “Projeto do governo brasileiro, criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando *“conduzir a pessoa humana (sic) a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”*. Este movimento, mantido pelo governo federal durante a ditadura militar, visava instrumentalizar o cidadão e torná-lo capaz de exercer sua cidadania. No entanto, o MOBREAL se limitou a alfabetizar de maneira funcional, não oferecendo uma formação mais abrangente, que capacitasse ao verdadeiro exercício da cidadania. Durante anos, jovens e adultos frequentaram as aulas do MOBREAL, sem atingir um nível aceitável de alfabetização ou letramento. A recessão econômica iniciada nos anos 80 inviabilizou a continuidade do MOBREAL que demandava altos recursos para se manter. Seus Programas foram assim incorporados pela Fundação Educar” (wikipedia.org).

porque eu já assino meu nome, né?! Num sei ler, vou dizer que eu já sei ler, mas ao menos o meu nome eu já sei, né?! [...] Eu me sinto assim, me sinto muito constrangida de não saber assinar assim como todos assinam, né?! Como meus filhos assinam e tal, né?! [...] Foi uma marca que eu fiquei com ela. Essa marca eu tenho comigo de não saber ler, escrever (Entrevistada 1).

Vasconcelos (2002, p. 79), elaborando uma apreciação crítica dos estudos coordenados por Bourdieu, refere-se a problematização feita por este autor sobre “a igualdade de oportunidades e a importância do sistema escolar para garantir a igualdade social a todos”. Segundo ela: “É o próprio fundamento da sociedade meritocrática que eles criticam e o sistema de ensino considerado como a ponta de lança dessa ideologia” (p. 79), qual seja:

a relação entre o “capital cultural”, a seleção social e escolar. O conceito de capital cultural (diplomas, nível de conhecimento geral, boas maneiras) é utilizado para se distinguir do capital econômico e do capital social (rede de relações sociais). Os estudantes de classe média ou da alta burguesia, pela proximidade com a cultura “erudita”, pelas práticas culturais ou linguísticas de seu meio familiar, têm mais probabilidades de obter o sucesso escolar (VASCONCELOS, 2002, p. 79, 80).

Segundo Baudelot (apud VASCONCELOS, 2002, p. 80) “O que Bourdieu demonstra é que existe relação entre a cultura e as desigualdades escolares: a escola pressupõe certas competências que são de fato adquiridas na esfera familiar”. O estudo, para a maioria das entrevistadas, foi uma lacuna difícil de ser preenchida, seja pela dificuldade de frequentar um estabelecimento escolar na cidade de origem, seja pela sobreposição de condições adversas provenientes do trabalho doméstico que tornam as oportunidades de estudo inacessíveis, corroborando a tese de Bourdieu sobre a relação do capital cultural com as desigualdades escolares.

O que não foi conseguido na infância e na adolescência tenta ser realizado na fase adulta, em particular, na meia-idade, como foi o caso da Entrevistada 9. Suas tentativas de recuperar o atraso escolar, com 62 anos de idade, ainda no trabalho doméstico, foram experiências bastante dolorosas que ela, mesmo recebendo o apoio de uma amiga que era professora, não conseguiu concretizar, e adiou esse projeto de vida para a sua próxima geração, os filhos:

Uma vez, eu, teve uma escola aqui [no seu bairro atual] na escolhinha, aí a M. disse assim: - *O. tem escola, a senhora num qué estudá?* Hum, ai eu disse assim: *eu quero! Eu quero, M.* [...] Isso foi ano retrasado [...] Eu disse: - *ah M., olha, num sei mana, pra mim estudar agora de noite, pra mim é um sacrifício, porque tu sabe que eu chego cansada* [...] Ela me matriculou e eu ia pra escola. [...] o que ela me ensinava, o que ela passava, parece assim que a minha cabeça num entra mais nada [...] num quero mais estudar porque num entra mana, nada na minha cabeça mais. *Quê que eu vou estudar?* [...] Eu disse: - *eu num me lembro, tu pode me ensinar uma coisa hoje, ou pode passar pra mim, eu num lembro mais. Vou pra escola, volto, pergunta, eu num sei nem te dizer! Adianta? Num adianta mais! Num tenho como voltar pra escola! Vou lutar pelos meus filhos, por eles* (Entrevistada 9).

Identificamos também a presença de estigma do trabalho doméstico em situações de interação em espaços públicos. É possível que o *habitus*, nessas circunstâncias, revele uma representação social estereotipada⁵⁸, corporificada e reflexiva (GOFFMAN, 1988) que, de imediato, vai determinar a posição da pessoa (trabalhadora doméstica) no campo em questão (uma repartição pública) e o caráter distintivo da interação, como no caso relatado a seguir:

As pessoas, eles olham pra gente diferente, né, porque a gente é doméstica. Aí ficam olhando, eles num ... [não termina a frase] Sei lá, parece assim que tem uma discriminação com a gente, né porque a gente é doméstica. Num recebem bem. É isso que é mais ruim da profissão doméstica é isso, né, que eles num consideram. Pode chegar num canto assim que é uma doméstica que ela num é recebida direito, mas se a senhora disser: - *ah eu trabalho no banco, trabalho na prefeitura*, que Deus-o-livre! Todo mundo atende, mas ser doméstica sempre deixa por último (Entrevistada 10).

Contudo, a posição no campo tende a se alterar quando há mudança no peso dos capitais no momento em que estes são revelados no ato da interação. O ato legitimado de uma posição instituída socialmente - ser membro de um sindicato, por exemplo, re-organiza a tensão das forças no campo social e expõe uma nova hierarquia de posições definidas pelo peso dos novos capitais. Os agentes entendem e jogam o “jogo” referido por Bourdieu (2007), conforme é demonstrado na situação a seguir:

Porque eu era doméstica [...] ai a gente vai fazer as coisas da gente, vai lá pra ser atendida, né, ai eles num atende porque é doméstica, tem que levar uma

⁵⁸ Estereótipo é uma “representação coletiva cristalizada”. Definida como: “imagens pré-concebidas e cristalizadas, abreviadas e fatiadas, das coisas e dos seres que o indivíduo faz sob a influência de seu meio social” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006, p. 215).

ordem num sei de onde [...] agora que eu chego num canto eu digo: - *olha, eu sou lá do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas*. É rapidinho que me atende. Eu fui na DRT⁵⁹, um dia dê... [não termina de falar a palavra], um dia lá que eu queria falar com o Delegado [...] *Eu queria falar com o Dr. N.* Foi mais quem olhou assim... [representou no rosto um ar de desdém]. Ai eu disse: - *eu sou lá do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, pode falar pra ele*. Foram lá e disseram e rapidinho mandaram eu entrar [risos], rapidinho. Eu digo: - *ah, agora sim, agora tá melhorando* [risos]. Mas antes não, bastava dizer que era uma, duma cozinha que ninguém atendia a gente direito, né.[...] A gente é mal recebido, né (Entrevistada 10).

Uma vida inteira no trabalho doméstico instituiu uma identidade social e profissional negativa - uma pessoa da cozinha⁶⁰-, portanto um estigma na Entrevistada 10. A instituição de uma identidade, para Bourdieu (1997) “tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma [...] é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade” (p. 100). A posição de subalternidade no campo social do trabalho doméstico acompanhou-a em outros campos, como os espaços públicos no qual ela é posicionada no “fim da fila”. Essa situação altera na medida em que, como indivíduo, se agrega a outro espaço institucional – o Sindicato. Nesse momento a representação muda, ela não está mais representando a si mesma, mas uma entidade com capital simbólico com peso relativo nesse campo social. Podemos inferir que isso possa ocorrer também com trabalhadoras domésticas que conseguiram acumular capital cultural (certificados, diplomas) por meio da elevação do nível escolar, e, com isso quebrar a subalternidade e o estigma. Contudo, neste estudo, predomina a situação daquelas trabalhadoras que foram inseridas na infância e na adolescência no trabalho doméstico e ficaram presas às amarras da subalternidade e do estigma.

⁵⁹ Delegacia Regional do Trabalho - PA.

⁶⁰ É possível que o adágio: “A conversa ainda não chegou na cozinha” encerre uma alusão ao fato da cozinha ser o lugar do trabalho doméstico, desvalorizado, desqualificado. Ser da cozinha é estar ausente da conversa, portanto excluído de determinadas relações sociais.

Outro aspecto analisado nesta pesquisa para identificar a existência de estigma foi a disposição do espaço da casa⁶¹ da família empregadora. Observamos a presença da segregação da menina nesse espaço, conforme pode ser compreendido na fala a seguir: “*Eu dormia assim numa puxada que tinha mais atrás, mas era tudo fechado*” (Entrevistada 5). Já a Entrevistada 10, que morava em um outro tipo de habitação – um apartamento, não era segregada no quintal, mas em um local similar: “*Tinha um quarto que ela [patroa] costurava, lá na Presidente Vargas, né, no quarto que ela costurava era onde a minha rede era armada*” (Entrevistada 10). A segregação é mais que a confinamento num espaço físico, é a separação no campo das relações, como revela o depoimento da Entrevistada 10:

Era, tipo assim humilhada, né, [...] ai eu me sentia assim, recusada, sei lá, me sentia triste [...] A televisão era no quarto dela [patroa] e os meninos iam tudo pra lá, trancavam as porta, pronto, eu armava a minha rede, me deitava e dormia, eu num via televisão lá. Eu me sentia mal com aquilo porque tudo quanto é trabalhadora doméstica assim, eu acho que tem uma televisãozinha, né pra ver nem que seja na sala, mas lá num tinha, era no quarto [...] Só olhava mesmo na rua por cima da janela [...] eu tinha medo, porque eles me metiam medo: - *olha, aqui, a cidade é assim, num dá confiança, porque eles te pegam, eles te matam te levam pra lá*. Eu vim do interior, morria de medo porque lá num tinha isso [...] vai pro interior, vai pro um igarapé, tomar um banho, vai lá pra beira de porto – que lá em Bragança a gente ia pra lá, né comprar caranguejo, mexilhão, né, e aqui em Belém eu num ia. Eu num ia nem olhar a maré, só ia olhar a maré porque lá da Presidente Vargas a gente olhava assim, um pedacinho ainda de uma janela que formava um canto assim, só pra clarear (Entrevistada 10).

O depoimento da Entrevistada 10 revela uma segregação mais ampla no campo das relações sociais de poder. Mostra claramente o impacto da mudança de espaços geo-sociais do meio rural para o urbano, provocado pela inserção da menina no trabalho doméstico, seja na relação como o meio ambiente de origem – espaços amplos, largos, abertos, nos quais ela podia transitar livremente próximo à natureza (rio) onde ela dominava os códigos necessários de sua sociabilidade e, o contraste do espaço urbano, com um tipo de moradia extremamente diverso do que ela concebia como “casa”. Nesse novo campo social, a casa assume a lógica de

⁶¹ Segundo a Entrevistada 5, a casa “era antiga [...] de alvenaria, tinha *pesque* uns seis compartimentos [...] ali, no Largo da Trindade, quase no canto da Almirante Tamandaré”.

um espaço racionalizado, verticalizado e apartado, refletindo a concretude da lógica hierarquizada – um edifício de apartamentos, por sua vez localizado num centro comercial, em uma avenida que, simbolicamente no Brasil, representa o núcleo da vida urbana – comércio, lazer, trocas, encontros etc – a avenida Presidente Vargas. Outro impacto contundente dá-se no campo das relações sociais: ela vinha de um lugar no qual sua percepção do grupo familiar e de vizinhança era conformado em uma lógica de reconhecimento de relações de sociabilidade ampla para um campo de relações urbanas de medo, de apreensões, no qual a sua sociabilidade encolhe por meio de novas regras como: *“não abrir a porta pra ninguém e não falar com estranhos. E eu num abria porque tem aquele olho mágico, né [...] Não abria a porta de jeito nenhum, pra ninguém”* (Entrevistada 10). Podemos reafirmar que a Entrevistada 10 sofreu confinamento físico e social, como transparece em sua fala: *“ela [filha da patroa] me contava a história dos namorados dela, né. Só que eu num saía pra namorar, eu ficava ali, né, trancada, no apartamento só saía com eles”*. Contudo, podemos identificar atitudes de resistência a esse confinamento, porém de forma limitada, conforme ela revela:

Eu lia revista, lia aqueles pedaço de jornal, que parecia aqueles negócio de... cumé? [pausa] propaganda de jornal que tem tal preço, [classificados] [...] também lia aquele negócio de que tava precisando de tal pessoa em tal canto, assim, né, ai eu lia isso no noticiário, né, mas só que eu tinha medo, né de sair procurando outro emprego porque eu num conhecia ninguém, ai eu morria de medo. Eu era muito medrosa, até hoje eu sou (Entrevistada 10).

De uma maneira mais ampla podemos dizer que as marcas do trabalho doméstico, visíveis e invisíveis, constituem também signos do estigma, porque o trabalho doméstico é um trabalho que revela uma posição social, se relaciona, em parte, à pobreza e seus componentes: analfabetismo, desinformação, precarização da alimentação, da moradia, do vestuário, dependências, baixa participação social, ausência de lazer, entre outros. A empregada doméstica carrega essas marcas como é expresso no depoimento a seguir:

Por isso eu digo hoje em dia, eu digo: - *olha minha neta, estuda, faça tudo o que você puder fazer pra você ter isso na sua vida porque eu não teve. Eu não teve* [fala chorando], *a minha mãe não pode nos criar, foi só trabalhar* [pausa] Mesmo que eu gostava [de trabalhar], mas se não gostar, né?! [...] Eu não teve, eu não teve. A minha infância foi só trabalho. Só teve mesmo isso de trabalhar muito, quando eu era muito nova, eu trabalhei nesse negócio de borracha também, eu trabalhei muito nesse negócio do mato [...] Gente nova, arriscado, né, no mato, uma cobra. Minha vida na minha mocidade, o que eu passei [...] eu não aproveitei quase nada da minha mocidade. Com meus 20 anos, que eu já fui me liberar dessa situação, já fui ter conhecimento em Belém, ai pronto, já, eu fui caminhando, né [choro] Mas o que me deixou ... [não completa a frase] foi de trabalhar muito, foi de passar a ferro, né. Assim, às vezes eu me sentia assim, parece assim, às vezes eu me sentia assim parece até que tá doente de tanto trabalhar, fraca, tinha dias que eu sentia assim fraca e eles achavam que era de tanto eu trabalhar (Entrevistada 2).

Parece claro a revelação do *habitus* quando ela expressa: “- *eu gostava* [de trabalhar]” ou seja, é um “gostar” que está dentro dela, incorporado, constituído, sedimentado, mas que se revela por uma condição “*mesmo que*”, ou seja, esse gostar foi condicionado, imposto, que ela agora relativiza à sua condição social quando ela expressa: “- *Mas se num gostar, né?!*” e logo em seguida ela denuncia a sua posição social que a colocou na via do trabalho doméstico: o trabalho duro na roça, os perigos da vida na mata, e por fim a perda da melhor parte da sua vida - a infância e a juventude. Ela revela também o momento em que se percebe subalternizada às famílias as quais servia, somente aos 20 anos “se libera”, porque se apropria de novos capitais: “*fui ter conhecimento em Belém*”, fato que coincide com a saída do emprego no qual passou vários anos, de forma segregada.

Para a Entrevistada 1, além de todos esses aspectos que se relacionam à pobreza, a sua origem étnica - indígena-negra também foi um componente de formação de estigma e discriminação como ela mesmo relata:

Sentei na mesa pra tomar café. Ai ela [a mãe da patroa], ela me olhou, ai ela [inaudível], porque eu era preta, né. Ai ela olhou pra mim, disse: “*No meu tempo que eu tinha as minhas empregadas, minhas empregadas não sentavam na mesa pra tomar café*”. Aquilo, sei lá, aquilo me doeu! (Entrevistada 1).

A atitude da mãe da patroa em relação à Entrevistada 1, causou dor, mas uma dor que não teve eco, foi guardada. Historicamente, nos remete a um tempo de segregação de negros em senzalas e de índios domesticados (SALLES, 1971). Nesse momento de tensão no campo social a mãe da patroa re-ativa o *habitus* e revela-o quando ela diz: “no meu tempo”, ou seja, fala de um tempo histórico. Por sua vez, a Entrevistada 1, reconhece e reage com a inculcação de sua posição submissa incorporada pois, ela relata que, alguns dias depois, seus “serviços” foram demandados pela mãe da patroa em uma situação constrangedora:

Ai a velha [mãe da patroa], era uma velhona, assim [faz um gesto com as mãos indicando uma pessoa de grande estatura] [...] num sei o que ela comeu, deu uma desinteria nessa velha, que ela se obrou⁶² tudo na rede, tudo na rede [...] ai a dona P. [patroa] veio assim: Dona A. ajude a mamãe lá. Ai eu digo: - *será que ela vai aceitar preto pegar nela?* Falei pra ela, disse: - *será que ela vai aceitar uma preta pegar nela, mas eu vou...* Ai eu fui, tirei ela da rede, botei ela na cadeira, dei banho nela, lavei a rede dela suja (Entrevistada 1).

Ao que parece, é possível especular que a reação da Entrevistada 1 se dá no campo da subjetividade - como uma vingança pessoal expressa em sua fala: “*será que ela vai aceitar uma preta pegar nela*” ou seja, a pessoa que se mostrava superior agora, em suas funções biológicas naturais não demonstrava nenhum traço superior, ao contrário, necessitava de alguém com disposições (incorporadas) para assumir a tarefa, recusada por todos os membros familiares e assumida pela Entrevistada 1, posicionada como a empregada, que o faz com todo o zelo que o seu *habitus* corresponde.

Assim, o trabalho doméstico, realizado desde a infância e adolescência, vai deixando marcas também pelas seqüelas do esforço físico impresso na realização de tarefas manuais, que exigiam destreza e habilidades corporais como passar roupa à ferro. Nos discursos das entrevistadas surgiram referências às marcas físicas pelas condições precárias no trabalho doméstico numa época em que não havia ferro elétrico, e outros instrumentos de trabalho que facilitam as tarefas domésticas. Além disso, havia um estilo de vida social que exigia um

⁶² Expulsar excrementos, defecar (HOUAISS, 2000).

vestuário composto por roupas bem passadas, alvejadas e engomadas, uso de anáguas, e saias encorpadas exigindo muita habilidade para sua limpeza e conservação “*e naquele tempo, tinha aquelas saias engomadas, aquelas anáguas bonitas pro pessoal ficar tufada* [risadas] [...] *Olha, eu engomava cada uma saia, cada uma coisa, aqueles paletós brancos de brim, pros cavalheiros ficarem bem...*” (Entrevistada 3).

As mãos calejadas, marcadas pela artrose, alergias, queimaduras, o reumatismo, as doenças, as dores nas articulações, por um lado podem ser atribuídas a uma condição típica de quem está na faixa etária acima de 50 anos, mas por outro lado, podem ter sido causadas ou potencializadas pelo trabalho doméstico. Contraditoriamente, a subalternização em que emerge a profissão de trabalhadora doméstica aumenta a distância de acesso aos direitos previdenciários que as deixam sob a dívida da submissão agradecida ou excluídas de uma aposentadoria pela não participação no processo contributivo da seguridade social⁶³:

[...] nunca assinaram a minha carteira. Por isso que hoje em dia eu não sou aposentada, por causa que nunca eles assinaram a minha carteira, nunca.[...] Vixe, eu tive do trabalho doméstico, eu tive uns: uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, dez casas que eu lavava pra fora. Lavava e trabalhava lá, nunca que elas assinaram a minha carteira, nunca. A dona P., com 16 anos [de trabalho] eu pedi pra ela: - *Dona P., assine minha carteira* [...] 16 anos com ela e ela nunca assinou minha carteira (Entrevistada 1).

Parece que nesse campo de conflitos e tensões explícitos e latentes a menina, a jovem, opera algum tipo de resistência como, chorar, ficar calada, não responder, mas, assim que podem, abandonam o emprego como foi o caso a seguir:

[...] só porque eu perguntei: - *Dona R. [cozinheira] num tem farinha?* - a cozinha era lá embaixo. Ah, pra que! Disque eu já tava gritando, já queria gritar mais do que ela [patroa], a dona da casa. Ai falou lá um monte de coisa, é assim. Aí, eu com medo, que quando é assim, qualquer coisa eu só fazia chorar, comecei a chorar eu falei pra dona R. que era a cozinheira, digo: - *olha eu vou m'embora, num vô mais ficar* [...] É que eu ficava chocada dela [patroa] ficar só falando gritando, qualquer coisa ela gritava, era isso, era aquilo [...]. Ela tinha uma mãe dela também que ela já era velha. Aí eu tratava também da velha, comida eu que dava na boca da velha. Às vezes, quando ela [patroa] ficava falando, o marido dela dizia: - *Ô C. a*

⁶³ Somente 28,1% dos trabalhadores domésticos contribuem para a Previdência Social e 73% não têm Carteira de Trabalho assinada (IBGE, 2004).

menina trata bem da tua mãe, tu num vê como ela se ajoelha pra dar comida pra ela. Costume, né, eu me ajoelhava porque ela num sabia pegar, mas eu dava na boca dela (Entrevistada 5).

Contudo, essas resistências têm o limite da própria dominação. Então, uma forma diversa de resistência dá-se pela docilização, pela subalternidade por meio de um mecanismo que Rizzini (1997) denomina de submissão agradecida, como uma dívida que ela tem que pagar com a sua subalternidade: “Quanto aos pobres, estes dependiam inteiramente da generosidade alheia que ao trazer alívio, cobrava em retorno a submissão agradecida” (RIZZINI, 1997, p. 146, 147). O depoimento a seguir revela essa atitude:

Eu agradeço ela [C.] e a filha dela por eu tá trabalhando e também ter estudado. Muita força ela [C.] me deu. Ela e dona G. por ter terminado o meu segundo grau. A filha dela [da C.] ali me incentivando [...] eu agradeço muito, [...] hoje em dia eu estou como estou, eu agradeço C., ela e a minha família [...] eu agradeço muito, trabalhei muito, penei muito [...] Tive 3 empregos, todos os 3 o melhor pra mim foi aqui, a dona G. [...] eu agradeço muito a vida que eu tenho hoje em dia [...] agradeço muito eles (Entrevistada 4).

Na perspectiva da dívida da submissão agradecida, a Entrevistada 4 molda e constitui uma identidade subalternizada, socialmente posta para uma menina que tem no trabalho doméstico a única saída para a sua reprodução social. Nessa posição, ela advoga pela responsabilização individual de um processo político, social e moral: a exploração e subalternização de crianças no trabalho infanto-juvenil doméstico.

[...] se uma família num tem condições, o jeito que tem é procurar casa de família, pra ela poder sobreviver e ter aquilo que ela quer porque ela trabalhando ela pode entrar numa universidade - federal, paga não [...] E trabalhando em casa de família é bom, num vou dizer que é ruim não, depende também muito da gente, não é só da patroa, você vai encontrar muitas patroas ruins, que hoje em dia [...] existe sim, num vou dizer que num existe, mas existe também patroa boa, mas depende tudo é de você. É de você que depende, num é da patroa, depende mais de você (Entrevistada 4).

Desvendar o estigma provocado pelo trabalho doméstico é revelar sua instalação, não como uma diferença individualizada, e sim coletiva, social. É entendê-lo no âmbito de um

processo histórico que envolve os aspectos, econômicos, políticos, sociais construídos na história de uma sociedade.

A subalternidade no trabalho doméstico subtraiu dessas mulheres a possibilidade de escolhas, de realização de projetos pessoais, de exercitar a capacidade de agir enquanto sujeitos sociais plenos:

Não, nunca ninguém perguntou [se tinha um sonho], porque se alguém perguntasse eu dizia, né: - *eu quero estudar, eu quero ser alguém na vida, né*; Mas só que ninguém nunca perguntou isso pra mim, nunca me deram aquela chance de ser o que eu queria [...] Eu num estudava, só estudei até a 5ª série mesmo. Agora que a N. diz assim: - *V. por que tu não estuda?* Ai eu digo assim pra ela: - *tu acha que ainda vai entrar matemática aqui* [aponta para a cabeça]? [risos] *Aqui num entra mais é nada* (Entrevistada 10).

Não encontramos nos resultados da nossa investigação evidências de que essas mulheres escolheram ser empregadas domésticas por um desejo baseado num projeto pessoal, social, profissional, mesmo para aquelas que tentaram reproduzir nas filhas, nas sobrinhas, a continuidade do trabalho, elas próprias reconheceram que é um serviço pesado, degradante.

Se tivesse uma filha e num tivesse condições de, de criar, de dar... [não termina a frase], eu preferia ir pra casa dos outros, mas a minha filha eu num mandaria não [para o trabalho doméstico], porque - num são todas [patroas], como eu tô te falando, [...] hoje em dia ainda tem muita casa de família que pega as filhas dos outros pra maltratar, ainda mais quando é criança que não sabe se defender [...] nem roupa eu num tinha, [...] era, só pra trabalhar, só pra trabalhar o dia todo, enchendo água. Aí quando eu quebrei o braço que eu parei mais, né, que eu num podia encher água, mas eu penei muito (Entrevistada 4).

Nesse relato fica evidente que o trabalho doméstico foi uma imposição para quem não tinha o direito de escolha a não ser um trabalho de baixa qualificação: “*É porque num tinha outra coisa, eu num tenho estudo, né pra fazer outra coisa, então era a única que eu podia fazer era isso, né, que eu tô fazendo ainda até hoje*” (Entrevistada 6). A inserção no trabalho doméstico vem confirmar a existência de um determinado *habitus* em uma forma socialmente perversa - o *habitus* precário, que, segundo Souza (2003, p. 167) “seria aquele tipo de personalidade e de disposições de comportamentos que não atendem as demandas objetivas”. Essas demandas objetivas, segundo Maciel, provêm de uma “sociedade marcada pela

competitividade mercantil que requer (exige) do indivíduo uma atuação social produtiva e útil para que ele seja reconhecido como membro desta” (MACIEL, 2006, p. 244). Portanto, a partir da noção de *hábitus* precário se desnuda o processo legitimador da desigualdade social como algo natural. O *habitus* precário inculca no indivíduo que a sua capacidade de reprodução social está no campo da sua capacidade individual de prosperar, de se desenvolver de modo pleno. Desconsidera os processos sócio-históricos que produzem as desigualdades econômico-sociais.

No caso brasileiro, o processo de modernização que torna a sociedade escravocrata caduca a partir da primeira metade do século XIX abandona à própria sorte toda uma classe, a dos escravos, que jamais irá recuperar qualquer função produtiva na nova ordem. É aí que se cria uma classe de párias urbanos e rurais que valem, não só para uma *elite má* mas, objetivamente, para toda a sociedade, inclusive para as próprias vítimas, *menos do que outros*. Nesse contexto não existe, objetivamente, cidadania⁶⁴, mas apenas sub e supercidadãos (SOUZA, 2004, p. 65).

No campo social do trabalho doméstico, a inculcação do *habitus* precário pode ser notada a partir de situações como a seguinte:

Minha filha, vocês tem que aprender porque vocês num sabe da vida de vocês como vai ser daqui pra diante, ela [a mãe] dizia. Dizia, vocês num sabem a situação de vocês daqui pra frente, minhas filhas. Minhas filhas, aprendo a fazer as coisa, um dia vocês chegare na casa alheia por ai vocês já fazem, sabem fazer as coisas, pra vocês num viverem apanhando pela cara, nem tampouco vivere recebendo esculhambação dos outros. Então vocês aprendem a fazer as coisa. Era isso que a mamãe ensinava pra gente. Era, ariar panela, ariar tudo ela ensinava. É, tudo isso. Ela criava no interior a gente, mas ela ensinava a gente, ela ensinava. Nessa época a gente ariava a panela com areia, era areia, que naquele tempo não tinha palha de aço, num tinha nada, né [...] tudo isso a minha mãe me ensinava a lavar roupa, me ensinava eu a passar roupa, né, me ensinava eu a lavar louça, porque a mamãe, ela se criou em Manaus, mas ela também trabalhava em casa de [falando bem baixinho] família (Entrevistada 9).

Fica particularmente evidente o esforço da mãe, que também foi empregada doméstica para inculcar nas filhas o *habitus* precário, ou seja, para as filhas não existem novas oportunidades de romper as fronteiras da pobreza e a saída é permanecer no patamar de

⁶⁴ Para esse autor cidadania é “um conjunto de direitos e deveres no contexto do Estado-nação compartilhado por todos numa pressuposição de efetiva igualdade” (SOUZA, 2004, p. 83).

ocupações que requerem pouca qualificação, tidas como naturalmente dadas – tarefas domésticas. No caso da Entrevistada 2, por exemplo, o “destino” dentro da perspectiva do *habitus* precário já havia sido traçado para todas as mulheres da família: “*Nenhuma de nós fomos pra colégio, nunca. Trabalhamos. Nem nada, tudo, foi tudo, tudo. Só que num fui foi a caçula [...]Essa nunca foi pra casa de ninguém, nunca foi pra cozinha, nunca foi. Agora eu e a minha irmã R. e a B., nós fomos, trabalhamos muito em casa de família, muito mesmo*” (Entrevistada 2).

Segundo Souza (2004) a modernidade que se instala no Brasil a partir da reeuropeização no século XIX, e não apenas no século XX, implanta um mercado competitivo e um Estado disciplinador que exigem um indivíduo com conhecimento in-corporado, que terá reconhecimento social e prestígio. Para aqueles que possuem apenas o próprio corpo, o sistema dispensa e oblitera as possibilidades de inclusão nessa nova ordem. Além disso, cria-se a noção de que a exclusão social é um fator essencialmente individual, fruto de fracasso pessoal. Nas palavras desse autor:

O preconceito contra o trabalho manual, como todo preconceito, espalha-se tendencialmente por todos os estratos sociais. Não obstante, os preconceitos possuem também força maior ou menor dependendo do estrato social de que estamos falando, mormente para aqueles estratos que só “possuíam as mãos” como instrumento de trabalho (SOUZA, 2004, p. 66).

Por isso, a subalternidade no campo social do trabalho doméstico se mantém por meio de uma naturalização e de uma objetivação de:

[...] acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas, por isso mesmo, tanto mais eficazes que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis [...] que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos (SOUZA, 2003, p. 175, 176, 177).

A perspectiva teórica que explica as relações de poder, as várias formas de dominação, o *habitus* e o processo histórico que os engendrou foi a base esclarecedora para ler nos dados coletados a presença de subalternidade e estigma em mulheres que realizaram trabalho doméstico na infância e adolescência.

Considerações Finais

O propósito deste trabalho foi analisar uma expressão de poder em relações de trabalho doméstico, realizado, na infância e adolescência, por mulheres no contexto de cidades da Amazônia brasileira. Consideramos que a escolha metodológica de realizar uma pesquisa qualitativa teve ganhos, por ter revelado um valioso conteúdo de informações para o estudo do trabalho infanto-juvenil doméstico, na interação com as entrevistadas, especialmente nos depoimentos relatados. Isso contribuiu para corroborar a importância da pesquisa oral para a construção de referências analíticas sobre este tema.

O processo desenvolvido na recuperação das experiências de trabalho infanto-juvenil doméstico registradas pelas entrevistadas foi eficaz no sentido de fazê-las rememorar suas histórias de vida, mesmo considerando que não se rememora toda a vida, mas parte dela, passagens que ficaram inscritas e que na relação de conjunto e de contexto se tornaram importantes para a trajetória de vida. Neste aspecto, consideramos ter aglutinado uma experiência valiosa no campo metodológico de pesquisa.

Consideramos que a nossa participação em todas as fases do processo metodológico fez parte desse ganho, na medida em que durante todas as etapas da coleta dos dados tivemos a interlocução com os conteúdos das entrevistas. Isso permitiu maior aproximação com o material empírico, tanto na leitura individualizada de cada história de vida quanto na leitura transversal por categorias, permitindo uma visão de unidade e de diversidade.

Ainda no campo metodológico, consideramos importante ter sido realizado um corte para um aspecto singular do trabalho doméstico – a constituição de relações de poder. Na medida em que não nos propusemos em dar conta da complexidade que envolve essa temática, a delimitação na expressão de poder dessa relação contribuiu para enfatizar aspectos ainda mais delimitados: o estudo da subalternidade e do estigma. Nesse sentido, foi possível

compreender que a relação de uma criança ou de um adolescente envolvidos em trabalho doméstico se encontra em um patamar de dominação que ultrapassa o campo econômico, adentrando em áreas mais sutis como a dominação simbólica.

Nesse exercício acadêmico foi possível identificar aspectos ocultos por trás do discurso da ajuda mútua tanto da família que entrega uma menina para o trabalho doméstico quanto para a família que a recebe. Os dados da pesquisa expressaram elementos ambíguos e contraditórios constituidores dessa relação de poder – dominação, resistência, submissão, subalternidade e estigma. A reconstituição das etapas de vida que envolvem a socialização e a institucionalização das entrevistadas tanto na família de origem quanto na família de terceiros, e a interlocução com o processo histórico mais geral foram as bases metodológicas para compreender faces da dominação no trabalho doméstico, contribuindo para desnaturalizar as relações ditas de “ajuda mútua” e revelar, em última análise, uma forma de dominação simbólica (BOURDIEU, 2007) travestida em uma dívida de submissão agradecida que tende a reproduzir atitudes subalternas.

Foi possível compreender também que a inserção de crianças e adolescentes no trabalho doméstico subtraiu, ou afetou negativamente, uma parcela importante de suas vidas, a infância e a adolescência. As entrevistadas contabilizaram perdas em seu futuro como a ausência de proteção e da garantia de direitos na fase de envelhecimento.

Por fim, consideramos que a inserção precoce no trabalho doméstico é conseqüência de um processo maior que deságua na expressão da desigualdade social, que no Brasil tende a ser percebida como natural, pré-reflexiva, a ponto de provocar indiferença em suas diversas faces (SOUZA, 2003). Nesse processo, a formação de um *habitus* que expressa subalternidade e gera estigma ganha contornos com relevos no exercício do trabalho doméstico realizado na infância e na adolescência já que o trabalho (mercantil) é, em essência, uma atividade penosa, feita pelo esforço, subjuga o trabalhador à posição de dominado. No trabalho doméstico, a

relação que sobressai é a de dominação e de opressão sobre a menina. Pela ótica do estudo das relações de poder, essa dominação ultrapassa as fronteiras de uma relação econômica, que é potencializada e oculta ao mesmo tempo por ser mais que um trabalho, realizado em um contexto de dominação, de opressão, de mando, porque envolve um processo instituidor de condutas submissas e subalternas que se tornaram *habitus* e se expressaram como estigma.

Foucault (1977, p. 15) em seus estudos mostrou que “É a própria condenação que marcará o delinqüente com sinal negativo e unívoco”. Neste estudo pudemos identificar o estigma da empregada doméstica “condenada” com marcas negativas em sua trajetória de vida, desde a infância e adolescência, não somente por ser empregada doméstica, mas pela representação simbólica que essa ocupação carrega: subalternização na relação direta com os padrões em marcas rituais “que o torna tanto mais obediente quanto mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 1977, p. 127), cujas inúmeras formas (isoladas) de resistência não conseguem alterar a posição social nesse campo.

Na perspectiva da identificação de elementos da constituição das relações de poder que envolve crianças e adolescentes no exercício do trabalho doméstico como o *habitus*, a subalternidade e o estigma tal como foi apresentado neste estudo pode parecer inviável qualquer tentativa de enfrentá-lo como uma questão social. Contudo, compreendê-lo nessa perspectiva pode ser um caminho de desconstrução de um processo reconhecido socialmente como inócuo. Por isso, consideramos importante abrir caminho para a discussão e o desvendamento de questões nesse enfoque de estudo do trabalho infanto-juvenil doméstico tais como: como a geração atual envolvida em trabalho doméstico vivencia essas mesmas questões? Como se dá a relação da sociabilidade típica da adolescência com relações de subalternidade e estigma no trabalho doméstico? Como a precarização do trabalho na fase atual do capitalismo repercute no trabalho doméstico realizado por crianças e adolescentes? Essas são questões que podem abrir novos estudos para fortalecer a relação da extensão

universitária e da pesquisa acadêmica, assim, como abre janelas que podem ser aprofundadas em nosso processo de formação continuada.

Neste processo de investigação encontramos referências valiosas na literatura local e na arte como este conto – “Velas. Por quem?” de Maria Lúcia Medeiros (1997), que nos pareceu ser a síntese poética do foco central deste estudo. Para Amarílis Tupiassu a escritora:

[...] traz à pauta a agregada, a serva, a menina deslocada, dada aos bem situados das cidades, a representante do sem nenhum direito, desprovida de qualquer identidade social, um resto apenas, que sobrou da avassalagem dos antigos descimentos, hoje ainda um pesadelo em processo, não só lance da memória que dói (TUPIASSU, 2005).

A seguir transcrevemos o conto integralmente:

Velas. Por quem?

Fatal foi teres chegado de manhãzinha, teus olhos de sono, quando ainda a cidade se espreguiçava e teres visto o casario, as ruelas tortuosas, os homens a gritar nomes e coisas.

O cheiro do café e o cheiro das frutas, o abafado cheiro das roupas suadas a entranhar na tua descrença a resina, o último cheiro do abraço que deixaras dias atrás entre o espanto e a euforia.

Fatal foi a má comparação que fizeste das velas de encardido colorido com o tecido que mal escondia teus pudores. Tuas unhas entre o roxo e o vermelho copiaste de onde?

Ao saltares dessas águas barrentas, ao abandonares sem saudade, rápido se perdeu teu barco entre os tantos aportados naquele cais. Fatal foi tropeçares e seguires aos solavancos pelas ruas achando que eram de boas-vindas os olhares. Ao pé do casarão mal iluminado fatal foi pensares que ofereciam vida nova, pois ouviste os sinos.

A família dormia ainda. Soubeste logo que havia menino, que havia menina, um doutor e sua mulher a quem devias servir, branca e alta mulher.

Mas te alimentaram antes, botaram a tua frente o pão que molhaste cuidadosamente no café preto para não acordar a tua eterna dor de dentes. Fatal foi teres ignorado os deveres tantos que ressoavam nas campainhas pelo casarão inteiro e pudeste rir, sorrir e te alegrar tantas eram as correrias, o leiteiro, o padeiro, o telefone... Pela janelinha lá no sótão era possível ver o rio, os pombos em revoada pelos telhados e até dizias “chô bacurau, chô bicho” e rias do teu próprio riso, doido, doido, e te apoiavas ora num pé ora no outro.

Mas ao ouvir a voz “Ó pequena”, desabalada era a tua carreira pelas escadas, era a hora de retirar o urinol de porcelana com a urina da branca senhora que ficou roxa um dia porque te pegou dizendo “pêra lá que eu vou tirá o mijo da mulhé” e te trancou e quase te esmagou na porta para que consertasses a língua, Ó pequena! Terias que dizer “fazer o meu serviço, cumprir minha obrigação” aprendeste logo sem compreender.

Fatal foi também isso, aprenderes rápido feito cachorro do sítio, e sair com o rabo entre as pernas repetindo “sim, senhora”.

Mas havia o sótão e a janelinha e o pedaço de rio, as velas encardidas, o sino das igrejas e as mil e umas vezes que te benzias, mão direita mão esquerda?

Da janelinha era possível ver a chuva se ia cair já, se não ia, se dava pra menina sair, pro menino brincar, fazias até tua mágica de dar um nó na barra de tua saia e paravas a chuva, ora se paravas, Ó pequena!

Nem tinhas cor definida, nem peitos tinhas, só os carocinhos que doíam e que a cozinheira te ensinou apertar dois caroços de milho e dar pro galo para que não crescessem tanto. Mas cresceram e logo o doutor e logo o menino, horário estranho, pesada hora, apertavam também, bolinavam, teu corpo ereto, tua cabeça baixa, coração aos pulos. Virou hábito deles, ficou pra costume, nem ousaste compreender, só aprender, Ó pequena!

Fatal foi tua ligeireza, o trabalho na roça, o leite de cabra que bebeste em tenra idade lá de onde aportaste um dia numa sonolenta manhã.

Com pouco já ninguém podia passar sem ti sendo pedaço deles, cria, cachorro fiel, Ó boa pequena! Nem cresceste tanto, alargaste sim, pernas rijas, braços fortes e com pouco já morria o doutor, já envelhecia a senhora, já casava a menina e já trocavas de mão e de patrão, pois a menina agora já era a mulher branca e perfumada que também enchia de urina o urinol de porcelana.

Pras histórias que me contas desses mil novecentos e poucos, fatal foi tua mansidão de bicho: o búfalo, a corça e o cão. Diante da mão espalmada, retomo do meu ofício e aceito ler teu destino mas, te adianto, não vejo mais – pesada hora – rastro sequer de fortuna, perdeu-se a do coração.

Cheia de pejo e de dó vou te esconder, Ó senhora, que fatal foi te roubarem a linha da vida.

(Maria Lúcia Medeiros)

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha e MARTINEZ F. Olhares sobre a Criança no Brasil: Perspectivas Históricas. In: RIZZINI, Irene. Olhares sobre a Criança no Brasil: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997. 200p.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. A mulher negra na obra de Marques de Carvalho. In: D'INCAO, Maria Ângela. ALVARES, Maria Luzia Miranda, SANTOS, Eunice Ferreira dos. (Orgs.). Mulher e Modernidade na Amazônia. Belém: Letras à Margem, 2001.

ALVARES, Maria Luzia Miranda e D'INCAO, Maria Ângela (Orgs.). A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995.

ANTUNES, Ricardo. O Caracol e sua Concha. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARENDDT, Hannah. A Condição Humana – 5ª edição. RJ: Forense Universitária, 1991.

ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. RJ: LTC, 2005.

Associação Brasileira de História Oral – ABHO. Diretoria Regional Nordeste. V Encontro de História Oral do Nordeste, realizado no período de 5 a 9 de setembro de 2005, MA.

BERGER, Peter e BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M.M., MARTINS, J.S. (Orgs.). Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977. p. 193-9.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. A Construção Social da Realidade – 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEZERRA NETO, José Maia. “O Asilo Lyndo e Protetor”: práticas e representações sociais sobre a educação feminina – Belém (1870/1888). In: ALVARES, Maria Luzia Miranda e D'INCAO, Maria Ângela (Orgs.). A Mulher Existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM/GOELDI, 1995.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. – 3ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Linguísticas: o que falar quer dizer - 2ªed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

_____. O Poder Simbólico – 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Tradução de Fernando Tomaz.

_____. (Coord.). A miséria do mundo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRANDÃO, Carlos R. Identidade e Etnia: Construção da Pessoa e Resistência. Cultura. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1986. Cap. 1 e 2.

CEDECA EMAÚS. O Trabalho Doméstico de Meninas em Belém. Belém, 2000.

CEDECA EMAÚS/OIT. O Trabalho Infantil Doméstico em Casa de Terceiros. Belém, 2002a.

CEDECA EMAÚS. Mosaico de estrelas: histórias de meninas trabalhadoras infantis domésticas. Belém, 2002b. 78p.

_____. Informativo do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil Doméstico. Belém (PA) abril, 2002c.

CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

COTTA JÚNIOR, Humberto. Leituras sobre família e modos de vida, no tempo e no espaço. In: Sociabilidade: Espaço e Sociedade. Maria Ângela D'INCAO (Org.) São Paulo: Grupo Editores, 1999.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral – memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977. Tradução de Leandro Konder.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Memória da Infância na Amazônia. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) Histórias das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000. p. 317 a 346.

FONSECA, Cláudia. Criança, Família e Desigualdade no Brasil. In: Rizzini, Irene (Org.). A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993. 243p.

FOUCAUL, Michel. Microfísica do Poder. 13ª ed. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1998.

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOFFMAN, Erving. Estigma . - 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

HEILBORN, Maria Luiza. Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HOUAISS, Antonio. VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. - 19ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

KOSIK, Karel. O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição. In: _____. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Trabalho e Indivíduo Social – 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2001: Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao. Acessado em 15.03.2007.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2003. IBGE, 2004. www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao. Acessado em 15.03.2007.

LAMARÃO, Maria Luiza. O Trabalho Infantil Doméstico e a Condição feminina. In: VIVARTA, Veet (Coord.). Crianças Invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Mídia e Mobilização Social, v: 6) p.72 a 75.

LAMARÃO, Maria Luiza Nobre e MACIEL, Carlos Alberto Batista (Orgs.). Mulheres do Bengui: contando histórias de trabalho infantil doméstico. Belém, Gráfica Alves, 2006.

LAMARÃO, Maria Luiza Nobre e MACIEL, Carlos Alberto Batista. Estigma e Subalternidade no Trabalho Infantil Doméstico: marcas da sociabilidade do aviamento na Amazônia brasileira. In: Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão: UFMA, 2007. (CD-ROOM)

MACIEL, C.A.B. *Habitus* Precário e as Danças da Sub-Cidadania. In: SOUZA, Jessé (Org.). A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira. Belo Horizonte. Editora da UFMG. 2006. p. 239 a 258.

MARCUSE, Herbert. Cultura e Sociedade, Volume II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 23ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. Manuscritos Econômico-filosóficos. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Editora Moraes LTDA, 1984.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, Maria Lúcia. Velas. Por quem? Belém: Edições CEJUP, 1990.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Na "casa da mãe"/na "casa do pai": Anotações (de uma antropóloga e avó) em torno da "circulação" de crianças. Revista de Antropologia. Vol. 47. nº2. São Paulo. July/Dec. 2004. ISSN 0034-7701.

Organização Internacional do Trabalho - OIT/Haas, Francisco. O trabalho infantil doméstico nas cidades de Belém, Belo Horizonte e Recife: um diagnóstico rápido. Brasília, OIT, 2003.

PACHECO NETO, Manuel. Palmilhando o Brasil Colonial: motricidade de bandeirantes, índios e jesuítas no século XVIII. Dissertação de mestrado. UFMS, 2002. www1.capes.gov.br/teses/pt/2002_mest_ufms_manuelpacheconeto.pdf acessado em 07.09.2007.

PASSETTI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: PRIORE, Mary Del (Org.) História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. – (Caminhos da História).

PRIORE, Mary Del. (Org.) História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. – (Caminhos da História).

_____. (Org.) Histórias das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível ao “dizível”. Ensaios. Ciência e Cultura, 1987.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del. (org.) História das crianças no Brasil – 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2000.

RIBEIRO, Rosa. SABÓIA, Ana L. Crianças e Adolescentes na Década de 80: Condições de Vida e Perspectivas para o Terceiro Milênio. In: Rizzini, Irene (org). A Criança no Brasil Hoje:desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes histórias das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Petrobrás – BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

RIZZINI, Irma. Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

SABÓIA, Ana Lúcia. As Meninas Empregadas Domésticas: Uma Caracterização Socioeconômica. Estratégias para combater o trabalho infantil no Serviço Doméstico. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Diretoria de Estudos Sociais. OIT-Brasil, 2000.

SAGAN, Carl. O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALLES, Vicente. O negro no Pará, sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serv. De publicações [e] Universidade Federal do Pará, 1971.

SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SILVEIRA, C., AMARAL, C. e CAMPINEIRO, D. Erradicação do Trabalho Infantil: Desafios, Estratégias e Elementos para a Avaliação de Programas Mimeo, Novembro de 1999, NAPP e UNICEF.

SOUZA, Jessé. A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG e Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. 1ª Reimpressão 2006.

_____. A gramática social da desigualdade brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, nº 54, fevereiro de 2004.

_____. A sociologia dual de Roberto DaMatta: descobrindo novos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos? Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 19, nº 54, fevereiro de 2004.

TUPIASSU, Amarílis. Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora. 2005, vol.19, no.53 [cited 25 January 2006], p.299-320. <http://www.scielo.br/scielo>. ISSN 0103-4014.

VASCONCELOS, Maria Drosila. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. In: Educação e Sociedade. Campinas, ano 23, nº 78. Abril de 2002. p. 77 a 87. Acesso em 06.11.2007. Disponível em www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a06v2378.pdf

VIDAL, Diana Gonçalves. A fonte oral e a pesquisa em História da Educação: algumas considerações. In: Educação em revista. Belo Horizonte, nº 27, julho de 1998.

VIVARTA, Veet (Coord.). Crianças Invisíveis: o enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração. São Paulo: Cortez, 2003.

WEBER, Max. Metodologia das Ciências Sociais. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Conceitos Básicos de Sociologia. Tradução de Gerard Georges Delaunay e Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1989.

WEIL, Simone. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Coleção: O mundo Hoje, v. 32.

WHITAKER, Dulce. C. A. ARARAQUARA: histórias não reveladas. Presidente Venceslau. São Paulo: Letras À Margem, 2004. 173p.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mobral>. Acesso em: 30.11. 2007.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Mazagao>. Acesso em 04.01. 2008.

Apêndice

Apêndice A – Roteiro de Entrevista para a pesquisa de campo da Dissertação de Mestrado: A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico: estudo sobre estigma e subalternidade.

1 Parte I: Identificação:

1.1 Data da entrevista:

1.2 Local da entrevista:

1.3 Hora de início da entrevista:

1.4 Hora do término da entrevista:

1.5 NOME: perguntar sobre o nome, se gosta dele, quem o escolheu, se houve alguma razão para isso. Conhece o significado desse nome.

1.6 APELIDO: Se tem apelido, qual a origem do apelido, é apelido de infância, estava ligado a algum traço pessoal. Se ela gosta do apelido. Como gosta de ser chamada.

1.7 IDADE: Perguntar a idade e a data do aniversário, o ano de nascimento.

1.8 DESCRIÇÃO FÍSICA: registrar a cor da sua pele, a cor dos seus olhos, cabelos, altura e compleição física.

1.9 HISTÓRIA: “Eu gostaria que a senhora me contasse a sua história, me fale sobre a cidade que a senhora nasceu, se criou”.

2 Parte II: Família de origem

2.1 SOBRE OS PAIS: se os conheceu, como eles eram fisicamente, de onde eram, descrição física dos pais. Se tem algum retrato deles, ou da família de origem. Algum registro, alguma lembrança material. Perguntar sobre a conjugalidade dos pais, o contexto, a forma como viviam. Perguntar se lembra de alguma história contada pelos pais sobre a vida deles e da família deles.

2.2 SOBRE A FAMÍLIA DE ORIGEM: Composição familiar, número de irmãos, pessoas que moravam com a família, quem eram essas pessoas. Como era a casa, como era o ambiente da casa e do entorno. Qual a religião professada pela família.

3 Parte III: Na casa dos pais: socialização e sociabilidade

- 3.1 NOÇÃO DE INFÂNCIA: Perguntar o que ela sente ao ouvir a palavra infância. O que significa infância para ela. Perguntar novamente sobre retratos do tempo de infância ou adolescência, carta, livro, brinquedo, objeto, cheiro, sabor, cor, som, música, e, em caso positivo, o que esse isso provoca nela em termos de sentimentos. Perguntar qual a melhor lembrança que ela tem da infância. O que gostava de fazer quando e o que não gostava?
- 3.2 SOCIALIZAÇÃO: perguntar o que ela mais gostava quando era criança. Como os pais educavam os filhos. Se havia regras de comportamento na casa dos pais. E se as crianças obedeciam aos pais. Se as crianças recebiam algum tipo de castigo. Identificar esses castigos (físicos e não-físicos: olhar reprovador, intimidação, ameaça). Perguntar o que ela aprendeu com os pais na infância ou adolescência (herança familiar). O que esse aprendizado representou para ela.
- 3.3 SOCIABILIDADE: perguntar sobre a interação com colegas, amigos, vizinhos, brincadeiras. Pedir pra falar sobre essas brincadeiras e se possível cantar alguma música de criança ou história.
- 3.4 ESTUDO: Perguntar se freqüentavam escola, se negativo, quais as razões. Se positivo, como era a escola, como eram os professores, quais as principais dificuldades.
- 3.5 SONHOS DE CRIANÇA: perguntar se ela imaginava a sua vida no futuro, se ela tinha algum desejo, algum sonho, se positivo, que desejo, que sonho era esse.
- 3.6 AUTO-IMAGEM QUANDO CRIANÇA: perguntar se ela se achava uma criança alegre, falante, extrovertida ou era mais do tipo calada, comportada, obediente.
- 3.7 COTIDIANO NA CASA DOS PAIS: procurar reconstituir a rotina da vida em família: como eram as refeições, como dormiam, como passavam o dia.

4 Parte IV: O trabalho na infância ou a infância no trabalho

- 4.1 TRABALHO INFANTIL: perguntar sobre trabalho na infância ou adolescência. O tipo de trabalho, como era feito esse trabalho, o tempo gasto para realizá-lo.

4.2 INSERÇÃO NO TRABALHO DOMÉSTICO: Sobre legado geracional no trabalho doméstico: parente mais velho que já havia trabalho como doméstica, que tenha sido criada ou cria da casa. Perguntar sobre todo o processo desde a sua entrega até a chegada na casa dos patrões. Se veio sozinha, com alguém da família ou com algum intermediário. Quais foram as condições (contrato legível) no contato com a família ou intermediário e qual a expectativa dela em relação a esse fato. Se os pais deram algum tipo de conselho, advertência para ela antes da partida. Que conselhos foram esses. Perguntar se ela se considerava preparada para realizar o trabalho doméstico na cidade. Caso contrário quem a ensinou. Perguntar o que deixou na família de origem que lhe fez mais falta e a idade que tinha quando saiu.

5 Parte V: Na casa dos patrões

5.1 CHEGADA: pedir pra ela contar como foi a viagem, a chegada na cidade, quem a trouxe, se conhecia Belém, o que sentiu, como chegou até a casa dos patrões, o que sentiu ao chegar em Belém, e ao chegar na casa dos patrões, quem a recebeu, quais as mudanças que ela percebeu ao chegar na casa dos patrões.

5.2 A CASA DOS PATRÕES: pedir pra ela descrever a casa, onde se localizava, se lembra de algum ponto de referência do entorno. Se tem algum retrato dessa época, algum objeto ou algo que lembre essa fase da vida. Perguntar sobre os patrões, de onde eram, em que trabalhavam, o tamanho e a composição da família. Como eles se relacionavam com a senhora. Perguntar se havia outros empregados na casa, quem eram e como ela se relacionava com eles. Perguntar sobre as tarefas delas e relacionar com o que foi contratado com os pais (contrato ilegível).

5.3 RELAÇÕES DE PODER: estimular que ela se expresse de forma mais subjetiva para reconstituir os elementos da relação social como: se havia regras na casa, que regras eram, se eram diferentes das regras da casa de seus pais, como ela se sentiu ao ter que obedecer essas novas regras. Elas eram repassadas ou ela foi descobrindo sozinha (efeito mimético) e o que teve que aprender de imediato na casa dos patrões. Perguntar se ela se sentia parte da família ou se se sentia a empregada da casa e em que situações ela sentia uma ou a outra posição (tensões e conflitos no campo: identidade real e virtual). Verificar a forma em que ela sentia o pertencimento e se ela percebia a ambigüidade da situação: afilhada, agregada, empregada. Verificar a existência de condutas disciplinadoras explícitas e implícitas: medos, apreensões, maus tratos, violência, exigências que ela não conseguia atender ou se, era tratada com zelo, atenção, respeito. Verificar se havia tensão nessa relação de obediência –

obedecia porque gostava ou porque era obrigada, se havia resistência de sua parte, se reagiu alguma vez e como foi essa reação, detalhar a relação.

5.4 SOCIABILIDADE NO TRABALHO: verificar a rede de relações na vizinhança da casa de seus patrões, se havia outras meninas na redondeza que tinham vindo do interior também, se criou novas interações. Verificar a parte do lazer, das folgas, a frequência dos passeios, se ia sozinha, com amigas ou com a família patronal. Verificar se freqüentava escola, qual o grau de escolaridade e o aproveitamento.

5.5. SUBALTERNIDADE E ESTIGMA: verificar a qualidade da relação com as pessoas da casa levando em conta a posição de empregada ou agregada: se percebia alguma discriminação, pelo modo de ser, de falar, de agir, de se vestir. Perguntar se ela se sentiu alguma vez envergonhada por ser empregada, se se sentiu valorizada nessa função. Perguntar sobre a forma de pagamento pelos seus serviços, a jornada de trabalho. Pedir pra ela descrever uma jornada de trabalho desde o levantar até o adormecer. Perguntar por fatos que a fizeram sofrer na casa dos patrões e o que lhe deram alegria e prazer. Quais os ganhos (se se sentia valorizada nesse trabalho) e as perdas do exercício do trabalho doméstico desde a infância, especialmente em termos de reconhecimento social. Perguntar se ela considera que teve oportunidade de fazer escolhas na sua vida, se havia alternativas para além do trabalho doméstico e, se deixou de realizar projetos de vida por estar no trabalho doméstico.